

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS SOCIAIS

THAIS DAMARIS DA ROCHA THOMAZINI

**PROGRAMA CÂMARA JOVEM: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UM
PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA**

TOLEDO

2012

THAIS DAMARIS DA ROCHA THOMAZINI

**PROGRAMA CÂMARA JOVEM: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UM
PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Toledo, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

Professora Orientadora: Profa. Dra: Rosana Katia Nazzari

TOLEDO

2012

THAIS DAMARIS DA ROCHA THOMAZINI

**PROGRAMA CÂMARA JOVEM: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UM
PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais,
da Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE/*Campus* de Toledo.

Toledo, ____ / _____ / 2012.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Rosana Katia Nazzari
UNIOESTE - Cascavel

Prof. Dr. Osmir Dombrowski
UNIOESTE - Toledo

Prof. Dr. Julian Borba
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Dedico esse trabalho ao meu esposo Ederson Thomazini, pelo amor, compreensão e companheirismo, e aos meus pais pelo constante incentivo ao estudo demonstrado ao longo de minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Fernanda Pamplona Ramão pela amizade sincera, dedicação e auxílio nas reflexões, análises e questionamentos desse trabalho;

Aos amigos de turma, Janete Krack Magnagnagno e Jovane Gonçalves dos Santos pela amizade e carinho demonstrados ao longo do curso e pelos momentos de angústia e felicidade compartilhados;

A todos os professores do programa de Mestrado em Ciências Sociais – UNIOESTE/*Campus* de Toledo;

A Profa. Dra. Rosana Katia Nazzari, orientadora desta dissertação de mestrado, pelo carinho, atenção, dedicação e companheirismo destinados ao desenvolvimento desta pesquisa;

Ao Prof. Dr. Amarildo Jorge da Silva, pelo seu carinho e competência relativos ao campo metodológico deste estudo;

Aos gestores: Sebastião Ferreira da Silva Filho, Claudia Agnes, Dilson Antonio Ledur e Aline Karvatte Piloneto por acompanhar o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa com compreensão e companheirismo, possibilitando minha participação em todas as atividades propostas pelo programa de Mestrado, permitindo a reorganização e flexibilidade de meus horários de trabalho;

A Elaine Maria Covatti e Luis Antônio Siqueira, coordenadores do programa Câmara Jovem, pela atenção dedicada a pesquisa e a contribuição no acesso à informações importantes relativas a análise deste objeto de estudo;

A todos os estudantes, em especial, os vereadores jovens estudados, pela disposição e carinho em participar da pesquisa.

Meus sinceros agradecimentos.

Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer.

Paulo Freire

THOMAZINI, Thais Damaris da Rocha da. **Programa Câmara Jovem: limites e possibilidades de um processo de socialização política**. 2012. Dissertação (Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná/*Campus* Toledo.

RESUMO

A pesquisa tem como objeto de estudo, o programa Câmara Jovem, criado em 2007 por representantes do poder legislativo do município de Cascavel – PR em parceria com o Núcleo Regional de Educação. Em exercício a partir da resolução municipal da Câmara de Vereadores 011/2007, o programa permite a participação de alunos do Ensino Fundamental II e Médio de escolas públicas e privadas do município, escolhidos mediante votação entre os estudantes da escola. De acordo com a resolução do programa, o projeto tem como objetivos integrar o jovem com a política, promover a integração da câmara municipal com colégios públicos e privados do município, oportunizar o aprendizado da função legislativa do poder público municipal e contribuir na formação de cidadãos capazes de participar do processo de tomada de decisões políticas. Nesse contexto, a pesquisa visa compreender as implicações que o processo de socialização política proposto no programa Câmara Jovem exerce na formação da cultura política dos jovens participantes. Parte-se inicialmente, de uma pesquisa bibliográfica acerca do conceito de socialização política, a partir de literatura específica, destacando autores que analisam as possíveis contribuições e limites desse processo para adolescentes e jovens e também para o regime político democrático. Mediante o estudo teórico e o problema de pesquisa apresentado, optou-se pela realização de um estudo de caso, com o uso de procedimentos metodológicos qualitativos. Foram utilizadas como técnicas de pesquisa: análise documental, pesquisa de campo e observação participante das sessões do programa durante o segundo semestre de 2010 e todo o ano letivo de 2011; e entrevistas semi estruturadas com vereadores jovens da gestão 2010 – 2011 e vereadores jovens egressos. No sentido de corroborar com o estudo qualitativo realizado, a pesquisa trabalhou com a coleta e análise de dados quantitativos primários, obtidos por meio de questionário objetivo aplicado em estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas do município. O uso de dados quantitativos visou realizar uma análise comparativa entre os estudantes que atuam como vereadores jovens na gestão 2011-2012 e estudantes do ensino médio que não participam do programa, buscando analisar em que medida a participação no programa pode influenciar concepções e atitudes políticas dos jovens participantes. O processo de socialização política proposto pelo programa, caracterizado pela ênfase na aprendizagem e integração do jovem com a política nos instiga uma reflexão acerca de qual concepção de política é ensinada aos jovens, e as possíveis implicações que esse processo pode ter na formação política dos adolescentes e jovens participantes.

Palavras-chaves: Programa Câmara Jovem – Socialização Política – Cultura Política.

THOMAZINI, Thais Damaris da Rocha da. **Programa Câmara Jovem: limites e possibilidades de um processo de socialização política.** 2012. Dissertação (Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná/*Campus* de Toledo.

ABSTRACT

This research aims to understand and analyze the “Câmara Jovem” program, created in 2007 by the legislative power of Cascavel city, located in the Paraná State in Brazil, in a partnership with the Regional Education Center. The program allows the participation of public and private schools, represented by students of elementary and high school levels. The students which are chosen by vote among the others students are called of “Youth Councilors” and have to represent their school and community in the “Câmara Jovem” during a year. In accordance with its resolution, the program aims to integrate the young people with the policy, to promote the integration between the legislative power and public and private schools in the city, to create opportunities to young people learn the legislative function of municipal government and to contribute to the formation of citizens able to participate in the political reality. In this context, this research aims to understand the implications that the socialization political process proposed by this program may have on the political culture of the young participants. Firstly, a literature about the concept of political socialization were studied and analyzed. The authors present their analyze about the possible contributions and limits of this process in the political formation of adolescents and youth people, and also for the democracy. From the theoretical study and the research problem presented, it was decided to realize a case study using qualitative methodological procedures. In this procedures we can detach document analysis, field research and participant observation of sessions of the program, and semi-structured interviews with young councilors that participate or have participated in the program. In order to corroborate with the qualitative study, primary quantitative data were collected and analyzed by means of objective questionnaire applied in high school students from public and private schools in the city. The use of quantitative data aimed to prepare a comparative analysis between students who participate as young councilors and students who do not participate in the program. This action searches to understand the elements that are envolved with the youth participation in the program, and the way that this influence may contribute in the formation of political conceptions and attitudes of young participants. The socialization political process proposed by the program, is characterized by an emphasis on learning and integration of the young with the policy, and motivated us to reflect about which conception of politics is taught to young people, and the possible implications that this process may have on the political education of young participants.

Keywords: Câmara Jovem – Political Socialization – Political culture

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O JOVEM COMO SUJEITO E OBJETO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	22
2.1. Socialização política: Possibilidades e limites no processo de formação de atitudes políticas.....	29
2.2 Socialização política: Limites.....	43
3 O JOVEM NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL E O PROGRAMA CÂMARA JOVEM.....	49
3.1 Programa Câmara Jovem.....	55
3.2 A concepção dos vereadores sobre o programa.....	59
3.3 A visão do coordenadores.....	61
3.4 Programa Câmara Jovem: expectativa acerca do perfil dos participantes	68
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	70
4.1 Estudo qualitativo.....	70
4.2 A utilização de dados quantitativos.....	76
4.3 Definição da amostra.....	77
5 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS.....	79
5.1 Entrevistas realizadas com os vereadores jovens.....	79
5.2 As sessões como espaço de participação política do jovem.....	84
5.3 Análise das proposições.....	89
5.4 Resultados da pesquisa quantitativa.....	92
5.4.1 Dados gerais e perfil socioeconômico.....	93
5.4.2 Interesse por política e participação em atividades coletivas.....	98
5.4.3 Concepção acerca da democracia e eficácia política.....	104
5.4.4 Confiança política.....	112
5.4.5 Integração do programa Câmara jovem com a comunidade escolar	116
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS.....	130
APÊNDICES.....	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Número de estudantes entrevistados.....	94
Tabela 02 – Série.....	95
Tabela 03 – Divisão dos estudantes por sexo.....	95
Tabela 04 – Realiza alguma função remunerada atualmente?.....	96
Tabela 05 – Participação em atividades.....	99
Tabela 06 – Participação nas Conferências Municipais da Juventude.....	101
Tabela 07 – Atividades realizadas na última eleição para prefeito, vereadores e presidente.....	101
Tabela 08 – A maioria dos jovens não tem motivação para a política.....	104
Tabela 09 – O jovem pode influenciar a política.....	105
Tabela 10 – Os jovens não conseguem participar da política.....	105
Tabela 11 – É importante o jovem participar da política.....	105
Tabela 12 – A política influencia nossa vida.....	105
Tabela 13 – Os partidos políticos são importantes para o Brasil.....	107
Tabela 14 – É bom para o Brasil ter muitos partidos políticos.....	107
Tabela 15 – Seria melhor se no Brasil existisse apenas um partido político.....	107
Tabela 16 – A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo.....	108
Tabela 17 – Em certas situações, é melhor uma ditadura do que um regime democrático....	108
Tabela 18 – O fato de ser uma democracia ou uma ditadura não influencia nossa vida.....	108
Tabela 19 – Eu votaria mesmo que não fosse obrigatório.....	109
Tabela 20 – O jovem precisa ter interesse em votar com 16 anos.....	109
Tabela 21 – Confiança nas instituições sociais e políticas.....	113
Tabela 22 – Todos os políticos são corruptos.....	115
Tabela 23 – Programa Câmara Jovem e a comunidade escolar.....	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 0 1– Título de eleitor.....	110
Gráfico 02 – Tem interesse em fazer o título de eleitor antes dos 18 anos?	110

1 INTRODUÇÃO

A relação do público jovem com o cenário político tem sido marcada por fatos e comportamentos contraditórios em determinados contextos sociais e em diferentes momentos históricos de nosso país.

Apatia, rebeldia e desejo de mudança são algumas das características atribuídas ao comportamento da juventude ao longo de nossa história e influenciaram a elaboração de concepções acerca do jovem, suas demandas, desafios sociais e perspectiva de futuro.

Segundo Abramo (2011), a preocupação e o debate a respeito da juventude brasileira passaram por diferentes interpretações analíticas nos últimos anos. O público jovem, embora no discurso comum do cotidiano seja compreendido por muitos como um público único com características, funções e atribuições sociais semelhantes, apresentou dificuldades de ser reconhecido em sua singularidade pelos atores políticos de nosso país.

A autora observa que, nos anos 1950 e 1960, os jovens que possuíam maior visibilidade em nosso país eram os sujeitos escolarizados, pertencentes à classe média. O debate central nesse período estava relacionado à condição juvenil e a sua capacidade de transformar e/ou reproduzir a sociedade. Por outro lado, destaca-se também a concepção de juventude enquanto transgressão, rebeldia e delinquência presente nesse período e considerada por muitos como um comportamento “quase que inerente à condição juvenil, corporificadas na figura dos ‘rebeldes sem causa’” (ABRAMO, 1997, p. 30, grifo do autor).

Nesse contexto, a concepção de juventude associada à rebeldia e à possibilidade do jovem causar caos à ordem social se intensificou nos anos 1960 e 1970. Esse contexto, segundo Abramo (1997), possibilitou representações sociais contraditórias acerca da juventude e foi fundamental para aumentar a visibilidade social do público jovem. Muitos passaram a atribuir a esse grupo a esperança de transformações sociais, o que causava temor de uma revolução social nos segmentos mais conservadores do país. Conforme destaca a autora (1997, p. 30):

No Brasil, é particularmente neste momento que a questão da juventude ganha maior visibilidade, exatamente pelo engajamento de jovens de classe média, do ensino secundário e universitário, na luta contra o regime autoritário, através de mobilizações de entidades estudantis e do engajamento nos partidos de esquerda; mas também pelos movimentos culturais que questionavam os padrões de comportamento – sexuais, morais, na relação com a propriedade e o consumo.

Passado o período que atribui à juventude um perfil rebelde, questionador e comprometido em relação ao contexto político, os anos 1980 e 1990 se constituíram cenários de um público jovem diferente com comportamentos, hábitos e atitudes presentes também nos anos 2000.

A juventude desse período passa a ser compreendida por atitudes e concepções “individualistas, consumistas, conservadoras e indiferente aos assuntos públicos. [...] O problema relativo à juventude passa então a ser a sua incapacidade de resistir ou oferecer alternativas às tendências inscritas no sistema social” (ABRAMO, 1997, p. 31).

Mais especificamente nos anos 1990, ainda com traços da apatia política da década anterior, a concepção acerca do jovem passa por ressignificações, e segundo Abramo (1997), o que influencia no foco do debate e da preocupação social é a presença de um grande número de jovens fragilizados socialmente, principalmente no que diz respeito às condições de moradia, alimentação, saúde, educação e limitadas possibilidades de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. Assim:

Como vítimas ou como promotores da cisão e da dissolução social, os jovens se tornam depositários desse medo, dessa angústia, o que os faz aparecer, mesmo para aqueles que os defendem, e que desejam uma transformação social, como a encarnação das impossibilidades de construção de parâmetros éticos, de superação das injustiças, formulação de ideais, de diálogo democrático, de revigoração de instituições políticas, de transformação utópica (ABRAMO, 1997, p. 32).

De acordo com Sposito (2007), é recente o interesse do poder público em promover políticas públicas para a juventude no Brasil. Segundo a autora, o público jovem recebe maior visibilidade a partir do contexto de violência¹, que passa a envolver um grande número de jovens brasileiros. Assim, a questão da violência em um primeiro momento, seguida pelo desemprego juvenil e o clamor pela cidadania direcionada a uma abordagem de direitos são fatores que marcam a pauta da agenda pública para a juventude brasileira nos últimos anos

[...] sobretudo a partir de 1997, observa-se uma série de ações destinadas aos jovens, articuladas em nível federal com forte presença da Unesco, ampliando-se no segundo mandato do governo FHC. As áreas governamentais mais porosas às iniciativas e propostas situaram-se no Ministério da Justiça e no Ministério da Previdência e Assistência Social (SPOSITO, 2007, p. 11).

¹ A autora destaca a repercussão nacional do homicídio do índio Galdino por jovens de classe média na cidade de Brasília em 1997, o assassinato de adolescentes na Igreja da Candelária e as rebeliões de adolescentes nas Fundações Estaduais, como acontecimentos que destacaram e deram visibilidade às dificuldades de políticas públicas para jovens em conflito com a lei e em processos de exclusão social (SPÓSITO, 2007, p. 7).

Abramo (1997) problematiza a maneira como a tematização dos jovens passa a ocorrer na sociedade de maneira geral, em especial, através da ação dos meios de comunicação e das políticas públicas direcionadas ao público jovem. Ao analisar o contexto da mídia, a autora afirma que o jovem é compreendido e evidenciado pelos meios de comunicação, ora como consumidores, ora como sujeitos envolvidos e responsáveis por problemas sociais relacionados ao tráfico de drogas e violência. A autora ainda destaca o fato do Brasil não possuir uma tradição de políticas e ações direcionadas ao público jovem como acontece em alguns países. O interesse em analisar o jovem é recente, bem como a elaboração de políticas sociais voltadas para a juventude.

Abramo (1997) analisa o contexto das políticas para a juventude nos anos 1990 e afirma que o poder público, em sua fase inicial de elaboração de políticas, estava preocupado primeiramente em promover melhoramentos na área da saúde, cultura, lazer e capacitação profissional de adolescentes e jovens. Ela menciona a presença significativa e representativa de organizações não governamentais que assumem a responsabilidade de atender jovens em situação de vulnerabilidade social, pertencentes às camadas mais pobres da população. A autora também realiza questionamentos a respeito da concepção de juventude difundida pela academia e presente nas políticas públicas para jovens que se encontra presente também no contexto atual. Os questionamentos feitos pela autora estão relacionados ao caráter das políticas e a maneira que estas reconhecem e compreendem o público jovem.

A autora compreende essas ações políticas como: 1) Programas de ressocialização e 2) Programas de capacitação profissional. O público alvo dessas políticas possui perfil semelhante: adolescentes e jovens carentes em situação de desvantagem social e expostos a problemas sociais como: tráfico e consumo de drogas, roubos, prostituição e exploração sexual, entre outras.

Abramo (1997) argumenta que embora seja importante considerar os pontos positivos desses programas, é preciso reconhecer que estes entendem o próprio público jovem como o problema social que se faz necessário resolver.

[...] pode-se dizer que a maior parte desses programas está centrada na busca do enfrentamento dos problemas sociais que afetam a juventude, mas no fundo, tomando eles próprios como problemas sociais sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los a ordem social (ABRAMO, 1997, p. 26).

Segundo a autora, um dos grandes desafios das políticas públicas para a juventude no contexto apresentado anteriormente, é romper com a fase de preocupação por parte das

instituições políticas e sistemas de governo, e avançar em ações mais efetivas direcionadas aos jovens e compreendê-los como sujeitos capazes de propor e formular ações voltadas ao atendimento de suas demandas sociais.

No cenário contemporâneo, Abramo (2011) mantém preocupações acerca da concepção de juventude reconhecida e difundida pela sociedade e do caráter das políticas públicas dirigidas aos jovens. Assim, embora seja possível reconhecer o aumento da visibilidade juvenil na agenda política, encontra-se ainda em uma fase de elaboração de políticas que precisam reconhecer os jovens enquanto sujeitos de direitos.

1.1 Delimitação do estudo

Essa dissertação teve como objeto de estudo a compreensão e análise do programa Câmara Jovem, criado em 2007 por representantes do poder legislativo do município de Cascavel – PR, em parceria com o Núcleo Regional de Educação. Em exercício a partir da resolução municipal da Câmara de Vereadores 011/2007, o programa permite a participação de alunos do Ensino Fundamental II e Médio de escolas públicas e privadas do município, escolhidos mediante votação entre os estudantes da escola. Os vereadores jovens e suplentes eleitos participam do programa por meio de sessões mensais realizadas na câmara de vereadores do município durante o período de um ano (tempo de duração de cada gestão), considerando a possibilidade de reeleição.

De acordo com a resolução do programa, o projeto tem como objetivos integrar o jovem com a política, promover a integração da câmara municipal com colégios públicos e privados do município, oportunizar o aprendizado da função legislativa do poder público municipal e contribuir na formação de cidadãos capazes de participar do processo de tomada de decisões políticas.

O referido programa recebe destaque no contexto municipal por ser a única ação organizada pelo poder público destinada à participação política de adolescentes e jovens, sendo referência em outros municípios da Região Oeste do Paraná.

Esta visibilidade do programa, somada ao fato de ter sido proposto e coordenado pelo poder público municipal e por ser compreendido como uma instância de representação da juventude do município, evidencia alguns elementos que justificam a relevância em analisar as possíveis influências que o mesmo pode exercer na formação política dos jovens participantes.

A compreensão do programa como um espaço que tem como objetivo atuar na formação de concepções e atitudes políticas de adolescentes e jovens justifica a necessidade e importância em analisá-lo como uma instância de influência política para os adolescentes e jovens participantes. A sua existência, desenvolvimento e visibilidade política em outros municípios da região Oeste do Paraná legitima a importância em compreender sua relação com o modelo democrático e as possíveis maneiras que o envolvimento no programa pode influenciar o comportamento político dos indivíduos que dele participam e dos que são representados por ele.

Sposito (2006) considera importante analisar a ação do poder público municipal no que diz respeito à formulação e execução de ações e políticas públicas direcionadas a adolescentes e jovens, tendo em vista a representação que estas podem ter para os próprios jovens e para o regime democrático, considerando a proximidade nas relações entre sociedade civil e Estado. Dessa forma, o estudo e os resultados da pesquisa podem contribuir na compreensão das relações políticas entre jovens e poder público em âmbito local, e ainda identificar concepções e comportamentos políticos que podem justificar ou contrapor análises mais complexas acerca do pensar e agir político da juventude.

Assim, os estudos preliminares e exploratórios acerca da resolução que regulamenta o programa e as observações das sessões que caracterizam a participação dos estudantes no mesmo (realizados no segundo semestre do ano de 2010), possibilitaram a definição do problema de pesquisa que orientou as ações e análises desse estudo, bem como as variáveis e objetivos da pesquisa.

A partir da análise das entrevistas realizadas com os vereadores que idealizaram o programa, com os profissionais que o coordenam, além do texto da resolução 011/2007 da Câmara municipal de Cascavel e do regimento interno do programa Câmara Jovem, constatou-se a intenção e objetivo do mesmo atuar como um espaço de formação de concepções e atitudes políticas nos adolescentes e jovens participantes e também ser um espaço de integração política entre a comunidade escolar e o poder legislativo municipal.

Mediante a intenção reconhecida pelo programa em se constituir enquanto uma instância de integração do jovem com a política e de contribuir para uma formação mais crítica e cidadã, definiu-se o seguinte problema de pesquisa: quais as implicações que o processo de socialização política proposto no Programa Câmara Jovem exerce na formação da cultura política dos jovens participantes?

A partir do problema proposto, estabeleceu-se como objetivo geral dessa pesquisa compreender como o processo de socialização política presente no programa Câmara Jovem

pode influenciar a formação de concepções e atitudes políticas dos jovens participantes. Como objetivos específicos, buscou-se entender como ocorre a participação do jovem no programa e analisar de que maneira o envolvimento dos vereadores jovens com o programa pode influenciar a concepção e comportamentos dos mesmos acerca do modelo político democrático.

Tendo em vista o problema de pesquisa e os objetivos propostos, estabeleceu-se como variável independente² de estudo o conceito de socialização política. E como variável dependente o conceito de cultura política. O conceito de socialização política é compreendido nessa pesquisa, como a influência de uma diversidade de elementos, instituições e sujeitos no processo de desenvolvimento e formação de concepções e atitudes políticas nos indivíduos. O referencial teórico que fundamenta a compreensão desse conceito pode ser visualizado nos escritos de Schmidt (2000), que entende o processo de socialização política como “formação de atitudes políticas nos indivíduos ou sob o enfoque geracional, o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações”. (SCHMIDT, 2000, p. 56).

Destaca-se no contexto brasileiro, a partir dos anos 1990, a realização de estudos relacionados ao processo de socialização política³, que buscam compreender e analisar a maneira como o jovem entende a política e a democracia, como ele reconhece sua capacidade de influenciar o contexto político e as decisões políticas, e a influência de diferentes instituições sociais no processo de formação de atitudes e concepções políticas.

Esses estudos evidenciam informações a respeito do contexto social, cultural, político e econômico do jovem em nossa sociedade e também destacam lacunas e limites existentes na dinâmica das instituições sociais que participam ativamente do processo de formação e mediação dos sujeitos com o cenário político.

Segundo Schmidt (2000), os estudos sobre cultura e socialização política têm como marco inicial a obra clássica *The Civic Culture* de Gabriel Almond e Sidney Verba (1965). Na obra, os autores entendem cultura política como “conjunto de orientações políticas – atitudes em relação ao sistema político e às suas diversas partes, e atitudes em relação ao próprio papel no sistema”. (SCHMIDT, 2000, p. 33).

² Compreende-se como variável independente aquela que é fator determinante para que ocorra um determinado resultado. É a condição ou a causa para um determinado efeito ou consequência. É o estímulo que condiciona uma resposta. (KÖCHE, 1997).

³ Nazzari (1995, 2002, 2005); Schmidt (2000); Baquero (1997, 2003, 2004); Silveira e Amorim (2005); Abramo e Venturi (1999); Abramo e Branco (2003).

Ao analisar o poder explicativo do conceito de cultura política, Schmidt (2000, p. 48-52), considera que “há uma causalidade recíproca entre cultura, economia e política; [...] todo sistema político estável tem uma cultura política que lhe proporciona legitimidade; [...] a cultura política de um país não é um bloco homogêneo de valores e atitudes”. O autor reconhece a cultura política como um elemento importante do sistema político, capaz de influenciar tanto a estabilidade do sistema quanto a sua transformação. Entretanto, o autor considera que embora necessária, a cultura política não é determinante para explicar os sucessos e limites dos acontecimentos e regimes políticos.

Nesse contexto, considera-se que o processo de socialização política através da ação intencional ou não de sujeitos e instituições sociais pode influenciar, em conjunto com outros elementos, a cultura política de um determinado contexto social. A interação e experiência dos sujeitos com o cenário político pode legitimar crenças, reproduzir comportamentos e também instigar sentimentos e atitudes de desconfiança e descontinuidades acerca do sistema político.

1.2 Procedimentos metodológicos

Visando estabelecer os encaminhamentos metodológicos necessários para a compreensão e análise do problema de pesquisa proposto, optou-se pela realização de um estudo de caso, com o uso de procedimentos metodológicos qualitativos, tendo em vista a necessidade de compreender o desenvolvimento do programa Câmara Jovem desde sua criação no ano de 2007, a maneira como ocorre a interação do vereador jovem com a política, e a concepção que os próprios sujeitos participantes possuem acerca de seu envolvimento com a Câmara Jovem.

A partir desses objetivos, realizou-se inicialmente uma pesquisa bibliográfica acerca do conceito de juventude, da relação que tem sido estabelecida entre o jovem e as políticas públicas e do conceito de socialização política. A pesquisa bibliográfica teve o propósito de identificar e compreender a maneira como o público jovem tem sido compreendido pelo poder público e se inserido na agenda política brasileira, assim como analisar concepções teóricas acerca do processo de socialização política, variável independente dessa pesquisa. O diálogo com a fundamentação teórica utilizada contribuiu na compreensão do programa Câmara Jovem enquanto uma ação política proposta pelo poder público direcionada a adolescentes e jovens e da influência que o mesmo pode ter na formação de concepções e comportamento político dos jovens participantes.

Considerando a delimitação do tempo estudado – 2007 a 2011, realizou-se pesquisa documental da resolução 011/2007 da Câmara Municipal, documento que regulamenta o programa e do regimento interno do mesmo, que apresenta as funções dos vereadores jovens, seus direitos e deveres e a organização das sessões do programa. Ainda como pesquisa documental, foram analisadas as proposições elaboradas e votadas pelos vereadores jovens durante o período de 2007 a 2011, buscando identificar elementos que pudessem evidenciar a concepção e expressão do jovem acerca da sua realidade e a formalização de uma ação do vereador jovem enquanto representante de um coletivo. Em paralelo à pesquisa documental, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os vereadores que propuseram o projeto e com a coordenadora pedagógica do programa, visando entender seu contexto de criação e os objetivos e intenções dos referidos profissionais acerca da formação dos vereadores jovens e suas atribuições perante a sociedade.

Em conjunto com a análise documental, foram realizadas como técnicas de pesquisa qualitativa a pesquisa de campo, observação participante das sessões do programa durante o segundo semestre de 2010 e todo o ano letivo de 2011, e entrevistas semiestruturadas com vereadores jovens da gestão 2010 – 2011 e vereadores jovens egressos. Essas técnicas tiveram como objetivo compreender o universo simbólico que envolve a participação do jovem no programa, as ações e comportamentos políticos dos vereadores jovens, e a maneira como estes apresentam suas concepções políticas, e a possível influência do programa enquanto instância de formação de concepções e atitudes políticas nos jovens participantes.

No sentido de corroborar com o estudo qualitativo realizado, a pesquisa trabalhou com a coleta e análise de dados quantitativos primários, obtidos por meio de questionário objetivo aplicado em estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas do município. O uso de dados quantitativos visou realizar uma análise comparativa entre os estudantes que atuam como vereadores jovens na gestão 2011-2012 e estudantes do ensino médio que não participam do programa, buscando analisar em que medida a participação no programa pode influenciar concepções e atitudes políticas dos jovens participantes. Essa análise comparativa contribuiu na elaboração de um perfil dos jovens participantes do programa, apresentado no capítulo 5.

A pesquisa trabalhou com um índice de confiança de 95%, erro amostral de 5% e uma população de 7.300 estudantes do ensino médio. Dessa forma, com a margem de confiança e erro amostral citados acima, obtemos uma amostra de 379,22 estudantes. Entretanto, devido a disponibilidade das turmas e do elevado número de alunos em sala, o número de questionários aplicados foi maior do que a amostra obtida, totalizando um número de 456 questionários.

O questionário utilizado para a coleta de dados foi testado duas vezes com dois grupos distintos de adolescentes e jovens de faixa etária entre 14 e 18 anos e encontra-se nos anexos dessa dissertação. O *software* utilizado para a organização e análise dos dados foi o SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences* – Versão 1.5.

Destaca-se que os critérios para a definição da amostra são apresentados e explicados em detalhes no capítulo metodológico desse trabalho (capítulo 4), bem como as concepções teóricas que fundamentaram os procedimentos metodológicos utilizados.

1.3 Pressupostos de pesquisa

Diante do problema de pesquisa proposto nesse trabalho, considera-se o programa Câmara Jovem como uma ação política proposta pelo poder público capaz de influenciar concepções e atitudes políticas nos jovens participantes, na medida em que se propõe integrar o jovem com a política por meio da aprendizagem do contexto político. Essa influência pode ser visualizada nos momentos que caracterizam a participação do jovem no programa, tendo início na escolha do estudante que será vereador jovem, e se acentua no decorrer de sua participação nas sessões do programa. A influência do programa na formação política dos vereadores jovens está relacionada e vinculada ao grau de envolvimento do jovem com a Câmara Jovem e as posições ocupadas por ele nesse espaço de atuação.

Acerca das possíveis implicações que essa influência pode ter na formação política dos jovens participantes, observa-se que o programa pode aproximar o jovem do cenário político e possibilitar que o mesmo tenha contato com sujeitos públicos e representantes políticos e discussões políticas contemporâneas. Essa aproximação e contato com o poder legislativo pode proporcionar maior conhecimento acerca do funcionamento do sistema democrático representativo e reforçar atitudes de adesão ao voto, compromisso com o coletivo e conhecimento acerca das funções dos representantes políticos.

A possibilidade de elaborar proposições pode instigar a observação e identificação de demandas acerca da realidade e análise de possíveis ações para enfrentar dificuldades presentes na comunidade e na escola, e a compreensão do papel do poder público na resolução desses problemas.

Entretanto, o fato de ter sido criado e organizado pelo poder público e acontecer no espaço da Câmara Municipal influencia a autonomia do jovem no programa e a possibilidade deste ser uma instância de representação da juventude no município. O contato do jovem com os trâmites burocráticos do poder legislativo, as relações de poder e políticas existentes entre

os vereadores e funcionários da Câmara Municipal podem reproduzir, nos adolescentes e jovens participantes, um agir político dos adultos e também concepções e comportamentos políticos similares aos dos vereadores municipais.

O processo de socialização política proposto pelo programa, caracterizado pela ênfase na aprendizagem e integração do jovem com a política por meio de sua atuação enquanto vereador jovem, nos instiga uma reflexão acerca de qual concepção de política é ensinada aos jovens e as possíveis implicações que essa relação de aprendizagem pode ter na formação política dos adolescentes e jovens participantes.

Com o objetivo de elucidar a problemática de pesquisa presente nesse trabalho, essa dissertação encontra-se organizada em cinco seções além desta introdução.

O segundo capítulo tem como objetivo apresentar o contexto das políticas públicas para a juventude no Brasil, considerando a maneira como o público jovem tem sido compreendido pelo poder público e se inserido na agenda política brasileira. Nessa perspectiva, buscou-se discutir o conceito de juventude a partir de autores que consideram a necessidade dos jovens serem reconhecidos enquanto sujeitos de direitos capazes de diagnosticar suas próprias demandas e propor ações que possam solucioná-las. A discussão teórica realizada reconhece a importância das políticas e programas direcionados ao público jovem, reconhecê-los como sujeitos com demandas específicas, considerando sua atuação no tempo presente e não apenas sua preparação para o futuro. Nesse capítulo também é realizada uma discussão teórica acerca do conceito de socialização política, variável independente desse trabalho. A fundamentação teórica teve como objetivo esclarecer o conceito e apresentar duas perspectivas de análise da influência e importância do processo de socialização política na formação dos indivíduos. Primeiramente, foram apresentadas concepções de autores que reconhecem como necessária e importante a integração do indivíduo jovem com o modelo político democrático, e indicam as possíveis contribuições que o processo de socialização política pode ter na formação de atitudes e concepções políticas nos indivíduos, na medida em que pode possibilitar uma maior adesão ao regime democrático, um aumento da confiança política nas instituições democráticas e na participação destes sujeitos no contexto político. Em seguida, a partir de referencial teórico específico, foram apresentadas concepções de autores que questionam a influência do processo de socialização política nos adolescentes e jovens, considerando a possibilidade

deste atuar na reprodução, manutenção e legitimação da ordem política vigente, dificultando a concretização de ações que possam questionar, modificar ou alterar as relações políticas contemporâneas. A discussão teórica proposta contribuiu na análise da influência do programa Câmara Jovem na formação política dos jovens participantes e as possíveis implicações que este pode representar para o modelo democrático.

O terceiro capítulo apresenta o programa Câmara Jovem, objeto de estudo deste trabalho, e o contexto das ações políticas direcionadas ao público jovem do município de Cascavel. No objetivo de compreender as características e objetivos do programa, evidenciou-se os detalhes da resolução 011/2007 da Câmara Municipal de vereadores, documento que regulamenta a existência do programa, e também as entrevistas realizadas com os profissionais envolvidos no processo de criação e organização do programa Câmara Jovem. O estudo da resolução que regulamenta o programa e das entrevistas realizadas com os vereadores e coordenadores envolvidos com o programa, possibilitou a identificação dos objetivos do mesmo e das características que buscam ser desenvolvidas nos vereadores jovens a partir da sua participação na Câmara Jovem.

O quarto capítulo tem como propósito apresentar o referencial teórico que fundamentou os procedimentos metodológicos utilizados nesse trabalho e explicar os objetivos das técnicas de pesquisa aplicadas e seus critérios de definição e análise.

O quinto capítulo tem como objetivo apresentar os dados obtidos e a análise dos resultados da pesquisa. Primeiramente, apresentam-se as análises das técnicas de pesquisa qualitativa utilizadas, análise documental, observação participante das sessões do programa, entrevistas semiestruturadas com vereadores jovens e egressos. Em um segundo momento, apresenta-se os dados da pesquisa quantitativa realizada e a análise dos mesmos, visando a elaboração de um perfil dos participantes do programa. Por fim, apresentam-se as análises dos resultados obtidos por meio das diferentes técnicas utilizadas, buscando dialogar com o problema de pesquisa proposto.

Nas considerações finais apresentam-se as principais contribuições, conclusões e limitações do trabalho, e evidenciam-se as principais possibilidades de continuidade de estudos relacionados ao tema estudado.

2 O JOVEM COMO SUJEITO E OBJETO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo propor uma reflexão e análise de concepções teóricas formuladas a respeito das políticas públicas que envolvem o contexto da juventude brasileira, bem como analisar a maneira que os jovens têm se inserido no cenário político atual, por meio da análise do conceito de socialização política.

Essa ação de reflexão e análise teórica busca em um primeiro momento, identificar informações e dados pesquisados em âmbito nacional sobre o jovem como sujeito e objeto de políticas públicas. Essas informações e concepções teóricas tornam-se relevantes na medida em que problematizam a relação do jovem com a política no contexto atual e as ações elaboradas pelo poder público para enfrentar as dificuldades e necessidades do público jovem, melhorando suas condições de vida.

Essas variáveis teóricas foram selecionadas com o objetivo de fornecer subsídios de análise para a compreensão do objeto de estudo dessa pesquisa o programa “Câmara Jovem”, espaço municipal de participação política do jovem, criado em Cascavel no ano de 2007 pelo poder legislativo municipal. O contexto de criação do programa, seus objetivos, características e formas de organização, serão apresentados no capítulo seguinte.

Desta forma, serão discutidos neste capítulo primeiramente o contexto que envolve o jovem e as políticas públicas no Brasil, e em um segundo momento, o conceito de socialização política. A primeira tem como objetivo compreender o contexto de inserção do jovem na agenda política brasileira e as representações elaboradas acerca da juventude e suas necessidades sociais. A segunda tem como propósito refletir e analisar os limites e possibilidades do conceito de socialização política na mediação, preparação e inserção do jovem no cenário político atual. O estudo teórico desse conceito busca contribuir na análise do programa Câmara Jovem enquanto espaço de formação de atitudes políticas nos jovens participantes, considerando as consequências e representações deste termo para os próprios jovens e também para o modelo político democrático.

O fato de a juventude estar sendo alvo de problemas sociais considerados graves, como a criminalidade, violência, tráfico e consumo de drogas, desemprego, entre outros, tem instigado discussões e pesquisas científicas de diferentes áreas do conhecimento. Detentores de diferentes rótulos sociais, os jovens se deparam com um contexto marcado por contradições culturais e econômicas, responsáveis pela imposição de padrões de comportamento e consumo que influenciam diretamente sua maneira de sentir, viver o mundo e sua perspectiva de futuro. Ações de debate, estudo, reflexão e análise do termo juventude

têm sido realizadas no contexto acadêmico, jurídico e legislativo. As Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, têm se esforçado para conceituar o termo, buscando evitar a proposição de afirmações gerais e determinantes.

A delimitação do conceito juventude traz diferentes representações na vida em sociedade, em especial no cotidiano de adolescentes e jovens. A partir do reconhecimento de categorias sociais, ações políticas são feitas e representações sociais estabelecidas. A maneira que adolescentes e jovens se reconhecem e são reconhecidos pelos demais sujeitos, influencia sua qualidade de vida, perspectiva de futuro e também o desenvolvimento social, econômico e político de sua sociedade.

De acordo com Groppo (2004), a preocupação da sociedade com o público jovem acompanha as necessidades e características presentes em seu período histórico e contexto social. O autor destaca como exemplo a preocupação com a delinquência e promiscuidade juvenil no fim do século XVIII e em todo o século XIX. Esse fato também acompanha e é parte dos resultados negativos do capitalismo industrial, que a partir de seu desenvolvimento contribui para a presença e preocupação com uma juventude indisciplinada, relacionada a problemas sociais graves como a criminalidade.

O autor acredita que para entender os significados sociais da juventude na modernidade e no contexto atual é preciso evitar a imposição de limites etários, tendo em vista que estes são impostos a partir do entendimento de instituições e indivíduos sobre o cotidiano social. “A juventude trata-se de uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres” (GROPPO, 2004, p. 11).

Dessa forma, o autor nos propõe “olhar” a juventude de forma diferente das ciências, que ao seu entendimento buscam naturalizá-la, como a biologia e psicologia e também questionar explicações funcionalistas elaboradas pelo pensamento sociológico clássico. Sugere-nos compreender o jovem como indivíduo portador de ação específica, e a juventude como fase autônoma da vida com comportamentos, sentimentos e condições próprias de existência.

Groppo (2004) estabelece um diálogo com o funcionalismo, em especial com as leituras de Einsenstad, que desenvolve a ideia de que a juventude existe socialmente na representação de grupos juvenis⁴ reunidos por indivíduos com características homogêneas e idades semelhantes. Assim, a juventude seria formada por jovens com características,

⁴ Einsenstad (1976, *apud* GROPPPO, 2004) considera a existência de três grupos juvenis no mundo moderno. Primeiro: a escola; segundo: grupos juvenis controlados por adultos; terceiro: grupos informais – específicos das sociedades modernas.

comportamentos e estilos de vida padronizados pela estrutura social. Essa explicação funcionalista de juventude desagrada o autor na medida em que considera que os grupos juvenis existem em virtude da socialização secundária, ou seja, a preparação de adolescentes e jovens para a vida adulta.

Em resposta ao diálogo com o funcionalismo, o autor desenvolve uma explicação denominada por ele como “dialética da juventude”. Esta dialética pode ser visualizada na contradição entre a institucionalização das juventudes e a possibilidade de sua autonomia. Para o autor, as sociedades modernas, ou em fase de modernização, atribuem aos jovens espaços juvenis institucionalizados para o desenvolvimento de sua identidade, recebendo destaque escolas, orfanatos, internatos, casas de correção, escotismo, partidos, igrejas, e universidades que ganham espaço no século XX.

Grosso (2004) acredita que espaços juvenis institucionalizados podem ser responsáveis, através da convivência imposta, pela criação de novas identidades, comportamentos e grupos alternativos aos padrões institucionais⁵.

Segundo o autor, a partir dos anos 1970, um processo de desinstitucionalização da vida está ocorrendo. Esse processo faz com que a influência das instituições seja menor, e isso faz com que indivíduos e grupos procurem soluções próprias e obtenham suas respostas frente aos problemas sociais. A juventude seria considerada, nessa perspectiva como um estilo de vida, um modo de ser.

Esta reprivatização do curso da vida, denominada por Grosso (2004), está relacionada ao fato de a juventude da sociedade moderna priorizar sentimentos e experiências imediatas, desconsiderando experiências acumuladas historicamente. Uma das reais consequências dessa reprivatização seria a regressão dos direitos sociais obtidos e conquistados para cada etapa da vida. No caso da juventude, a ausência de um período transitório no qual os sujeitos seriam preparados para a aquisição de condições mínimas de civilidade, cidadania e consciência social, poderia causar uma crise social.

Para Grosso (2004) os grupos juvenis ainda exercem importantes tarefas, funções de preparação dos indivíduos para o mundo social. É preciso ainda considerar a capacidade de autonomia da juventude, partindo de sua relação experimental com valores, ideias, instituições durante sua socialização secundária. Essa interação pode resultar no

⁵ O autor cita exemplos de movimentos sociais que tiveram a participação de jovens orientados por adultos, como os grupos juvenis orientados por adultos republicanos ou socialistas no século XIX; a apropriação do modelo do movimento juvenil alemão por partidos de direita e esquerda na Alemanha dos anos 1920.

desenvolvimento de novas identidades, visões de mundo, questionamentos e comportamentos transformadores dos jovens frente aos desafios sociais contemporâneos por eles vivenciados.

O debate proposto por Groppo (2004) se aproxima aos questionamentos e análises realizadas por Abramo (2011), quando questiona, analisa e discute a concepção de juventude construída ao longo da história. Segundo a autora, a concepção de juventude se consolida na sociedade moderna ocidental e passa a ser reconhecida por seu caráter de preparação do indivíduo jovem para a vida adulta.

A partir deste contexto, a juventude passa a ser analisada cientificamente, em especial, pela sociologia que em sua fase inicial de estudos a interpreta sob a luz da perspectiva funcionalista, atribuindo a essa fase da vida um desenvolvimento harmônico de aprendizagem, preparação e formação para a realização de atividades do mundo adulto. O jovem é compreendido como um sujeito em transição, um **vir a ser** em preparação para o desempenho e vivência de atividades futuras.

Abramo (2011) destaca que a partir do ano 2000 a compreensão da concepção de juventude tem se transformado, principalmente no que diz respeito ao entendimento do jovem enquanto sujeito em transição e a juventude enquanto preparação para a vida adulta. Segundo a autora, a vivência da juventude passa a adquirir sentido em si mesma, o que fundamenta o reconhecimento dos jovens enquanto sujeitos capazes de identificar contradições sociais presentes em seu cotidiano e propor ações políticas para atenuá-las.

Entre os consensos que vêm sendo construídos no atual processo de debates sobre a necessidade de políticas de juventude, um deles é especialmente oportuno: o de que os jovens tem de ser considerados como sujeitos de direitos. Porém, levar em consideração os sujeitos a quem se destinam as políticas, implica, necessariamente, procurar conhecer suas realidades, questões, práticas, opiniões e demandas (ABRAMO, 2011, p. 12).

Tendo em vista o aumento do número de programas, políticas e ações destinadas a juventude propostas pelo poder público em âmbito Federal, Estadual e Municipal, pesquisas de avaliação estão sendo realizadas no objetivo de analisar a concepção de juventude reconhecidas por estas políticas e as representações sociais que as mesmas podem atribuir no cotidiano de adolescentes e jovens brasileiros.

Sposito (2007) realiza uma breve retrospectiva das ações e eventos importantes acerca da inserção do jovem na pauta da agenda política brasileira e no processo de debate e formulação de políticas para a juventude. Entre essas ações pode-se destacar: 1 - Seminário sobre a Juventude, realizado em 2002, que buscou a inserção da juventude como pauta do

novo governo Lula e contou com a participação de instituições governamentais e não governamentais e grupos de jovens articulados em partidos políticos; 2 – Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude, criada em 2003, essa comissão passa a promover audiências públicas em algumas cidades brasileiras e realizou duas conferências nacionais (2004 e 2006); 3 – No período de 2003 e 2004 é desenvolvido o Projeto Juventude, organizado e realizado pelo Instituto Cidadania, teve como objetivo apresentar um diagnóstico sobre os jovens brasileiros ao governo federal, buscando a elaboração de políticas para a juventude brasileira; 4 – Grupo de Trabalho Interministerial (criado em 2004); 5 – Cabe destacar ainda a proposição de uma Política Nacional da Juventude, elaborada a partir de 2005 (Lei Federal nº 11.129), que considera algumas medidas de proteção, incentivo, segurança, direitos e desenvolvimento para jovens de 15 a 29 anos. A partir desse momento, foram criados a Secretaria Nacional da Juventude, o Conselho Nacional da Juventude e o programa nacional de inclusão de jovens (PROJOVEM).

Segundo Sposito (2007), as iniciativas citadas acima são um diferencial no debate sobre a juventude no Brasil. As ações de pesquisa realizadas, em conjunto com o amplo debate sobre a juventude feito por um vasto número de sujeitos, entre eles jovens articulados em organizações governamentais e não governamentais, contribuíram para o questionamento da visibilidade da juventude associada exclusivamente à violência e foram relevantes para o contexto de formulação de políticas públicas para a juventude.

Em recente pesquisa realizada, Sposito et al. (2007) analisam ações destinadas aos jovens em 74 prefeituras de cidades brasileiras localizadas nas regiões Sul (Florianópolis e Porto Alegre), Sudeste (São Paulo e região metropolitana, Belo Horizonte e Vitória), Nordeste (região metropolitana de Recife) e Centro-oeste (região metropolitana de Goiânia). Nessa pesquisa os autores identificam e analisam dados gerais acerca dos programas direcionados à juventude e discutem as possíveis representações sociais que podem ter para esse público.

Os autores reconhecem a importância de analisar os executivos municipais na medida em que estes se tornam elementos fundamentais para o processo de desenvolvimento democrático brasileiro. A importância de analisar as políticas de juventude elaboradas pelo poder público, tanto em âmbito local quanto federal, deve-se à possibilidade das mesmas atuarem no contexto de construção e legitimação de concepções e representações sociais acerca da juventude.

O poder municipal tornou-se campo privilegiado de análise porque nele as relações entre sociedade civil e Estado, para a conformação de uma esfera pública

democrática, aparecem de forma mais clara e oferecem focos importantes para a realização de pesquisas (SPOSITO, 2006, p. 238).

No contexto da pesquisa realizada, a autora compreende o local como “forma social que constitui um nível de integração das ações e dos atores, dos grupos e das trocas” (SPOSITO, 2007, p. 15).

De acordo com Sposito (2007), a elaboração das primeiras políticas para a juventude, na maioria das cidades estudadas, teve sua criação a partir do ano de 1997. Esse fato não foi “motivado” por nenhuma ação específica do governo federal que, segundo a autora, apresentou suas primeiras proposições no segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso - FHC (1999 – 2002).

A autora afirma que o contexto da violência juvenil provocou a preocupação dos governos municipais estudados com o público jovem. As políticas para a juventude, na grande maioria dos municípios estudados, estão associadas à questão social e voltadas para as áreas de assistência, promoção, inclusão social, tendo como público alvo adolescentes e jovens de baixa renda, em situação de risco e vulnerabilidade social.

As iniciativas pesquisadas, de modo frequente, repousam sobre um tripé: envolvem transferência de renda sob a forma de bolsa, contemplam, em decorrência, a exigência de uma contrapartida que figura como obrigatória e propõem também como condição de acesso à renda a presença em atividades socioeducativas (SPOSITO, 2007, p. 17).

Sposito (2007) destaca ainda que o caráter socioeducativo e a concepção de cidadania presentes na grande maioria das ações propostas não se apresentam de maneira clara na efetivação dos trabalhos. A autora questiona o fato dos programas terem como público alvo apenas jovens pobres, sendo que

jovens de classe média e de elite, alguns alunos das escolas técnicas federais ou de universidades públicas, usufruindo serviços gratuitos mantidos pelos impostos, não estão submetidos a qualquer **contrapartida comunitária**, sabendo-se que teriam facilidades para essa ação, diante de seu capital cultural e social (SPOSITO, 2007, p. 23, grifo da autora).

O envolvimento dos jovens nos projetos e ações socioeducativas resultam, segundo a autora, da proposta de protagonismo juvenil que a partir da análise dos programas estudados ficaram comprometidos no que diz respeito ao conteúdo político. “A ideia do protagonismo passa a operar como um elemento de natureza educativa, como estratégia de trabalho que

solicita aos jovens alguns comportamentos: opinar, dar sugestões, tomar iniciativas”. (SPOSITO, 2007, p. 23).

Ainda com relação ao envolvimento e protagonismo político da juventude, Abramo (1997) destaca que partidos políticos, sindicatos, centrais sindicais e movimentos sociais têm demonstrado preocupação com os jovens. Entretanto, essa preocupação está mais direcionada à ausência dos jovens nos espaços de participação política do que à análise e elaboração de políticas que possam melhorar o desenvolvimento e a qualidade de vida desses sujeitos.

A maior parte dos atores políticos queixa-se da distância que os jovens tem demonstrado para com as suas proposições, bandeiras e formas de atuação, o que reflete, em um primeiro plano, uma preocupação com a renovação de quadros no interior dessas organizações, mas do que em tratar e incorporar temas levantados pelos próprios jovens (ABRAMO, 1997, p. 27).

A pesquisa realizada por Sposito e demais autores contribui para a análise tendo em vista a possibilidade da mesma, por meio das diferentes reflexões e questionamentos realizados, contribuir no trabalho de análise do objeto de estudo dessa pesquisa: Programa Câmara Jovem – um espaço local de participação do jovem promovido pelo poder público, em especial, o poder legislativo.

O estudo de outros contextos, em especial outras políticas públicas locais e programas realizados em outros municípios brasileiros, nos faz refletir sobre a maneira que esse programa promove e estimula a participação política de jovens e pode se transformar em um canal de mediação do jovem com a política, e a discussão e elaboração de políticas para a juventude no município.

Como dito no início deste capítulo, o propósito desta primeira reflexão teórica foi apresentar um panorama do debate sobre políticas para a juventude no Brasil, problematizando o conceito de juventude e os elementos presentes no contexto de inserção do público jovem na agenda política brasileira. As pesquisas destacadas estabelecem provocações, questionamentos e reflexões a respeito do reconhecimento do jovem em sociedade, suas concepções de mundo, demandas e contradições sociais.

A literatura acima analisada (Abramo 1997, 2011; Sposito 2006, 2007; Groppo, 2004) nos alerta para a necessidade de entender o jovem como um sujeito autônomo que estabelece uma relação dialética com a sociedade. Segundo os autores, o reconhecimento dessa relação deve ser feito por parte dos agentes políticos que ao pensarem e proporem políticas para a juventude considerem ao mesmo tempo: o desenvolvimento integral da juventude e o enfrentamento da desigualdade de oportunidades sociais vivenciadas pelo público jovem.

O próximo tópico de discussão teórica tem como propósito discutir o conceito de socialização política, considerada variável independente dessa pesquisa.

Entende-se, a partir da análise da resolução municipal que regulamenta o programa Câmara jovem 011/2007, que o programa tem como propósito se constituir em um espaço de preparação e influência na formação de valores, concepções e atitudes políticas, o que justifica a análise do conceito de socialização política para avaliar a possível influência do programa na formação política dos adolescentes e jovens participantes.

Desta forma, o estudo teórico acerca do conceito de socialização política tem como objetivo possibilitar a análise do programa Câmara Jovem e avaliar em que medida ele influencia o processo de formação de concepções e atitudes políticas nos jovens participantes, e as implicações deste processo para o próprio jovem e para o modelo político.

2.1 Socialização Política: Possibilidades e limites no processo de formação de atitudes políticas

Observa-se que no decorrer de diferentes períodos históricos o público jovem foi compreendido de várias maneiras, e diferentes concepções e análises de comportamento envolveram o discurso e as expectativas dos adultos em relação à juventude.

As mudanças nas concepções e representações do e sobre o jovem em sociedade somadas ao intenso envolvimento desses sujeitos em situações de violência instigou um grande número de investigações e análises científicas preocupadas em entender a concepção do jovem acerca da realidade. No contexto político, um dos objetivos foi analisar como esses sujeitos entendem o processo democrático, como são reconhecidos pelo poder público e as diversas influências que os inserem no contexto das relações políticas.

No que diz respeito ao conceito de socialização política, destaca-se no Brasil, a partir dos anos 1990, a realização de pesquisas⁶ que buscam compreender e analisar a maneira como o jovem entende a política e a democracia, como ele reconhece sua capacidade de influenciar o contexto político e as decisões políticas, e a influência de diferentes instituições sociais no processo de formação de atitudes e concepções políticas.

Esses estudos revelam informações a respeito do contexto social, cultural, político e econômico do jovem em nossa sociedade, e também evidenciam lacunas e limites existentes

⁶ Nazzari (1995, 2002, 2005); Schmidt (2000); Baquero (1997, 2003, 2004); Silveira e Amorim (2005); Abramo e Venturi (1999); Abramo e Branco (2003).

na dinâmica das instituições sociais que participam ativamente do processo de formação e mediação dos sujeitos com o cenário político.

Segundo Schmidt (2000), é no contexto pós-guerra que emergem os estudos sobre cultura e socialização política, tendo como obra clássica o livro *The Civic Culture* de Gabriel Almond e Sidney Verba (1965). Na obra, os referidos autores entendem cultura política como um “conjunto de orientações políticas – atitudes em relação ao sistema político e às suas diversas partes, e atitudes em relação ao próprio papel no sistema”. (ALMOND; VERBA, 1965 *apud* SCHMIDT, 2000, p. 33).

Segundo os autores, a existência de um regime democrático está associada à presença de instituições democráticas e uma cultura política democrática. Os autores entendiam a cultura política da Inglaterra e dos Estados Unidos como uma cultura cívica, “que apresenta cultura compatível com o modelo liberal de democracia representativa”. (ALMOND; VERBA, 1965 *apud* SCHMIDT, 2000, p. 34).

A cultura cívica é parte da tipologia formulada pelos autores com o objetivo de classificar os tipos de cultura e subculturas políticas presentes nas relações políticas. A cultura política paroquial pode ser caracterizada pela ausência de funções políticas definidas e esperança de transformações políticas. A cultura política súdita se caracteriza pela predominância da passividade. Já a participante é marcada pelo fato de seus membros estarem orientados a respeito das demandas sociais e das ações que podem ser feitas para solucioná-las. (SCHMIDT, 2000).

Almond e Verba (1965) consideram que, na realidade dos sistemas políticos e grupos sociais, essas características encontram-se misturadas. A partir dessa constatação, os autores atribuíram a existência de culturas mistas, subculturas. 1 – Cultura paroquial – súdita; 2 – cultura súdita- participante; 3 – cultura paroquial – emergente. A cultura cívica é uma cultura mista “em que existe atividade política, envolvimento e racionalidade, mas que estão balanceados por passividade, tradição e compromisso com valores paroquiais”. (ALMOND; VERBA, 1965 *apud* SCHMIDT, 2000, p. 33).

Schmidt (2000) afirma que o conceito de cultura política apresentado por Almond e Verba (1965) e a metodologia por eles empregada permanecem coerentes para a análise contemporânea do conceito. Entretanto, o enfoque que os autores atribuem a cultura cívica tem sido questionado e refutado por alguns autores participacionistas por estar “inextrincavelmente ligado a concepção liberal de democracia, que justifica ideologicamente a apatia e a não participação no sistema democrático”. (SCHMIDT, 2000, p. 35).

Com o objetivo de compreender o poder explicativo do conceito de cultura política, Schmidt (2000) considera que “há uma causalidade recíproca entre cultura, economia e política; [...] todo sistema político estável tem uma cultura política que lhe proporciona legitimidade; [...] a cultura política de um país não é um bloco homogêneo de valores e atitudes”. (SCHMIDT, 2000, p. 48 – 52).

Segundo o autor, a cultura política é um elemento importante do sistema político capaz de influenciar tanto a estabilidade do sistema quanto a sua transformação. Porém, o autor reconhece que embora necessária, a cultura política não é determinante para explicar os sucessos e limites dos acontecimentos e regimes políticos.

O processo de socialização política através da ação intencional ou não de sujeitos e instituições sociais pode influenciar, em conjunto com outros elementos, a cultura política de um determinado contexto social. A interação e experiência dos sujeitos com o cenário político pode legitimar crenças, reproduzir comportamentos, e também instigar sentimentos e atitudes de desconfiança e descontinuidades acerca do sistema político.

Moisés (2008), ao analisar as orientações dos brasileiros com relação ao regime democrático, discute a maneira como a cultura política pode mediar e possibilitar o envolvimento dos sujeitos com as atitudes e concepções democráticas. Entretanto, o autor não considera a cultura política como variável determinante na mediação dos indivíduos com a política. Ele também discute e reconhece a teoria institucionalista da democracia, que considera o desempenho das instituições democráticas como uma variável capaz de influenciar as concepções e atitudes políticas dos indivíduos com relação à democracia.

O autor utiliza a teoria culturalista e institucionalista como referenciais teóricos complementares para analisar as orientações e comportamentos políticos dos sujeitos e sua aprovação ou não do regime democrático. Segundo Moisés (2008, p. 16), os estudos de cultura política dizem respeito às concepções, orientações e atitudes democráticas nos sujeitos, “formadas a partir de processos de socialização que interagem com a experiência política, influenciando sobre a estabilidade ou mudança do regime”.

O autor destaca, com relação ao processo de socialização, que esses valores, crenças e comportamentos políticos são construídos ao longo do tempo e envolvem a relação dos indivíduos com a vida pública influenciando a aceitação ou negação do regime político, no caso brasileiro, a democracia.

Moisés (2008) apresenta algumas críticas e questionamentos destinados às teorias de Cultura Política, entre elas, a compreensão determinista de que a existência de regimes

políticos estaria determinada pela presença de valores, crenças e atitudes políticas capazes de legitimar o regime. Crítica esta também apontada e debatida por Schmidt (2000).

As teorias institucionais, segundo Moisés (2008), buscam analisar a maneira como a democracia é institucionalizada. A análise se dá em dados eleitorais, partidos políticos, sistemas presidenciais, desempenho de governos ou a relação entre os poderes executivo e legislativo. O que se busca analisar nesse contexto é “[...] a eficácia das instituições com relação a fins almejados pelos atores políticos” (MOISÉS, 2008, p. 16).

O autor destaca dois limites apresentados às teorias institucionalistas. Primeiro, o fato das instituições democráticas serem consideradas como “algo estranho” e externo às ações e decisões políticas coletivas; segundo, a constatação que os atores tomam as decisões políticas a partir do contexto e influência das próprias instituições, não sendo “afetados” assim pela cultura política existente. Moisés (2008) afirma que esse aspecto vem sendo questionado atualmente, principalmente pelas evidências que os atores também fazem suas escolhas a partir de influências sociais e culturais, sendo influenciados por elementos de Cultura Política.

Com relação às duas teorias, o autor considera que a Cultura Política pode ser analisada e entendida como “causa e efeito” da estrutura política, e que as instituições políticas sofrem influência de outras instâncias, inclusive, da cultura política.

Para Moisés (2008), a relação dos indivíduos com o sistema democrático é fruto de uma combinação de valores, crenças, atitudes políticas e a experiência obtida pelo envolvimento com as instituições. “[...] a combinação de orientações derivadas de valores com a avaliação propiciada pela experiência política prática forma o terreno em que se definem as atitudes e as reações dos cidadãos sobre o regime democrático” (MOISÉS, 2008, p. 18).

O reconhecimento da cultura política como um dos componentes capazes de influenciar o processo democrático nos faz refletir sobre a maneira como concepções, valores e atitudes políticas são formadas e os elementos, indivíduos, instituições e relações sociais que se fazem presentes no processo de criação, apropriação, reprodução, assimilação, transformação de símbolos, concepções, hábitos, crenças, comportamentos e atitudes que permeiam a relação indivíduo - sociedade - política.

A análise de ações, programas, projetos que têm como objetivo instigar e preparar o jovem para discutir e participar do contexto político torna-se relevante para a discussão sobre o processo de formação social do indivíduo e sua relação com a política, contribuindo também para o entendimento do comportamento político de determinados sujeitos sociais. Entender o processo de formação política do cidadão pode contribuir no questionamento dos papéis

sociais exercidos pelas instituições sociais e políticas, colocando em análise a maneira que estas têm mediado e possibilitado a inserção dos sujeitos no cenário político democrático.

A formação social do indivíduo acontece a partir de sua relação e interação com os outros sujeitos e elementos presentes em seu grupo social. É um processo contínuo, dinâmico e relacional que se fundamenta na troca de conhecimentos e experiências, envolvendo elementos sociais, culturais, históricos, políticos, linguísticos, simbólicos, espirituais, naturais e econômicos. Essa troca de saberes e experiências influencia a construção de identidades sociais e culturais, comportamentos, concepções de mundo e até mesmo de características consideradas subjetivas e referentes à personalidade do indivíduo, como autonomia, liderança e capacidade de tomar decisões.

São inúmeros sujeitos, instituições sociais, objetos e demais elementos que atuam em nosso processo de socialização, instigando e mediando nossa interação com o mundo, em especial com regras sociais, modelos de comportamentos, processo de trabalho e produção, entre outros elementos que envolvem o cotidiano da vida em sociedade.

O ser humano durante o processo de formação social, não tem sua identidade, personalidade e comportamentos determinados pelo contexto social em que vive. No delinear desse processo, o indivíduo dialoga com o universo de símbolos e significados existentes em sua estrutura social e a partir dessa interação se constrói enquanto sujeito. Segundo Nazzari (2002, p. 108), “a socialização, portanto, não é um processo linear e cumulativo, mas resultado de várias experiências e contradições que podem revelar-se individualmente”.

Com relação ao conhecimento e a formação política, o processo de socialização vem sendo estudado no sentido de analisar em que medida a interação dos indivíduos com diferentes sujeitos e instituições sociais influencia sua formação no que diz respeito a análise, questionamento e compreensão da realidade social e política em que vive.

Nazzari (2002), a partir dos escritos de Almond e Verba (1972), destaca que o processo de socialização política acontece a partir das experiências e interações dos indivíduos, que através de seus papéis sociais podem se reconhecer e adquirir habilidades políticas que envolvem participação, questionamento e autonomia ou a reprodução de comportamentos não políticos.

A autora ressalta o papel das instituições e sujeitos sociais presentes de forma mais expressiva no processo de socialização, sendo estas a família e a escola, considerando as relações paternalistas e clientelistas de nosso contexto histórico como fatores negativos que prejudicaram a formação política das pessoas.

Observou-se que traços da cultura política brasileira, como personalismo, clientelismo e o patrimonialismo que subjugam os interesses coletivos aos particulares, principalmente da parentela brasileira, determinaram as características de suas instituições sociais. Nesse caso, a família, como principal agência socializadora no Brasil, reforça as características de cunho particularista e antidemocrática, levadas ao isolamento e afastamento do espaço público pelo paternalismo e, na atualidade, pela sociedade de consumo de massas, o que fortalece ainda mais as relações de apadrinhamentos e defesa de interesses pessoais, obstruindo a construção da cidadania, que viabilizaria a democracia em nosso país. (NAZZARI, 2002, p. 115).

Schmidt (2000), em pesquisa realizada sobre juventude e política, considera o estudo de socialização política como um estudo responsável por entender como se dá a formação de atitudes políticas. Segundo o autor, os estudos possuem constante e próximo diálogo com os estudos e debates sobre cultura política, tendo inclusive desafios, métodos e limites semelhantes.

O autor compreende socialização política como um processo de “formação de atitudes políticas nos indivíduos ou sob o enfoque geracional, o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações”. (SCHMIDT, 2000, p. 56, grifo do autor).

Schmidt (2000) afirma que as contradições e polêmicas do processo de socialização política não estão presentes em sua definição, e sim no debate acerca de como e quando ocorre esse processo, e suas possíveis consequências para os indivíduos e para a sociedade.

No debate acerca do período em que ocorre o processo de socialização política, Schmidt (2000) propõe uma discussão com autores que ao longo dos estudos sobre o conceito tiveram concepções diferentes a respeito do momento em que se inicia a formação de valores e atitudes políticas. O autor destaca que até os anos 1960 as pesquisas e reflexões sobre o tema consideravam a não existência de um processo de socialização política no período infantil. Segundo o autor, os estudos de Herbert Hyman (1959) sobre socialização política questionaram e mudaram a constatação de que não ocorresse formação de concepções e crenças políticas na infância. Hyman, a partir de pesquisas empíricas realizadas nos Estados Unidos considera a possibilidade de formação de atitudes políticas em crianças. Schmidt (2000) destaca as considerações do autor David Easton (1969), que por meio de pesquisas empíricas também conclui que o processo de socialização infantil influencia fortemente a formação política do indivíduo.

[...] a pesquisa de Easton e equipe constituiu um modelo de socialização que distingue quatro tempos: 1 – a politização: a sensibilização difusa à política; 2 – a personalização: o contato com o sistema político ocorre através de certas figuras com autoridade; 3 – a idealização da autoridade: vista como benfeitoria ou malfazeja;

4 – a criança passa da visão personalizada para uma concepção impessoal do sistema político. [...] Este modelo foi caracterizado por princípio da primazia e tem como pressupostos: a) as orientações políticas são aprendidas durante a infância; b) o aprendizado infantil modela qualquer modificação posterior e c) a escala das modificações posteriores é pequena. (SCHMIDT, 2000, p. 60 – 61).

Segundo Schmidt (2000) esse modelo foi questionado na França por Annick Percheron, que destacou a influência e presença permanente do processo de socialização na formação das concepções individuais. A partir dos anos 1970 os estudos de socialização política começam a receber destaque nos Estados Unidos e a publicação de 1989 de Roberta Sigel considerou a socialização como um “processo permanente, resultante do conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos”. (SIGEL, 1989, *apud* SCHMIDT, 2000, p. 61).

O autor destaca que as concepções apresentadas na teoria exposta acima consideram que a socialização política adulta se fundamenta na interação entre a dimensão individual e social, podendo ser caracterizada por elementos de mudança ou continuidade. Para o autor o processo de socialização política não pode ser entendido como uma ação exclusivamente intencional de transmissão de orientações políticas. Ele deve ser entendido como produto de diversas circunstâncias e experiências que muitas vezes não são intencionais.

Dessa forma, Schmidt (2000) trabalha com as concepções de socialização política latente e manifesta, sendo a primeira compreendida como o processo de transmissão de valores, crenças e orientações de maneira involuntária, difusa e não intencional. A socialização latente, segundo o autor, ocorre com maior ênfase na infância e tem influência de diferentes instituições sociais, em especial a instituição familiar. A socialização manifesta é entendida pelo autor como ações intencionais e explícitas de transmissão de valores, crenças e atitudes políticas exercidas pelas instituições sociais e presentes no processo de socialização.

Segundo o autor, vem crescendo nos últimos anos o debate nos países recentemente democráticos a respeito de ações e da influência das instituições no processo de socialização política manifesta. Dessa forma o autor destaca que

[...] a “socialização manifesta”: a transmissão explícita de orientações políticas – seja da parte dos pais, dos professores, dos partidos, da televisão – não se opera num espaço vazio, e sim num meio social com determinantes específicos e sobre um indivíduo que tem uma história própria e uma certa inserção no meio social. Por isso, é impossível prever de antemão o impacto concreto dessa transmissão, efeitos sempre condicionados pelos variados elementos do meio em que vive o indivíduo. (SCHMIDT, 2000, p. 64 – 65, grifo do autor).

O processo de socialização manifesta é considerado importante e necessário para o processo de socialização política. Para o autor, é preciso que exista a educação para a

democracia nos países democráticos mais recentes, com o objetivo de fortalecer crenças, valores e atitudes democráticas nos cidadãos. “Por certo a educação explícita não garante por si a constituição de uma cultura democrática, mas é certo também que sem aquela, esta não se efetiva”. (SCHMIDT, 2000, p. 65).

A respeito da importância da socialização política na explicação dos limites e qualidade do sistema político democrático, Schmidt (2000) a considera como componente indispensável, mas não determinante para a compreensão do regime democrático. O processo de socialização política atua na persistência do sistema político, que pode representar tanto sua reprodução e estabilidade quanto o conflito entre os sujeitos e instituições presentes nas relações políticas. Para o autor o estudo sobre o processo de formação de atitudes políticas nos adolescentes é significativo para entender a percepção deles sobre a política, em especial, o regime democrático, seus atores e instituições. Essas análises podem contribuir na compreensão do nosso regime democrático e estabelecer diagnósticos futuros acerca das concepções e atitudes políticas dos cidadãos e qualidade do regime democrático.

[...] a socialização política é um elemento e só pode ser compreendida no conjunto do sistema político; sua função é propiciar condições psico-culturais favoráveis à persistência do sistema; mas persistência inclui tanto a estabilidade quanto a mudança, e a socialização não se confunde com a reprodução do *status quo*, na medida em que pode potencializar os elementos de instabilidade do sistema. (SCHMIDT, 2000, p. 112).

De modo similar, o processo de socialização política tem sido analisado pelas Ciências Sociais de maneira geral, com o objetivo de avaliar em que medida a ação do contexto social pode influenciar o processo de desenvolvimento do cidadão, principalmente no que diz respeito a luta por seus direitos e por melhores condições de vida.

Nesse sentido, a antropóloga Ivete Manetzeder Keil (2004) afirma que o processo de educação para a cidadania e participação política do cidadão depende de momentos de aprendizagem e experiência que viabilizem ao indivíduo espaço e conhecimentos necessários para que possa vivenciar a prática democrática. Sendo instigado a pensar coletivamente e analisar problemas e necessidades de seu cotidiano, o indivíduo desenvolve sua capacidade de tomar decisões e pode ter influência em sua realidade social.

A autora destaca que os valores, crenças, comportamentos e concepções políticas, econômicas e sociais presentes na realidade do Brasil Colônia, no período da escravidão, e da ditadura militar prejudicaram o exercício da cidadania em nosso país e são capazes de influenciar ainda as relações políticas de nosso contexto atual. Segundo a autora, o cidadão é

considerado um sujeito portador de direitos individuais e coletivos e, sobretudo, de soberania política, afirma que “[...] a cidadania é o princípio da legitimidade política”. (KEIL, 2004, p. 17). Dessa forma, a compreensão e o exercício da cidadania influencia a participação política e envolve um processo de aprendizagem que não acontece de maneira natural, sendo necessária a interação do indivíduo com uma educação política.

Keil (2004) analisa o comportamento político de jovens por meio de pesquisa empírica no Rio Grande do Sul, e tem como objetivo estabelecer um diálogo comparativo entre a experiência política dos jovens que viveram o período da ditadura militar no Brasil, e a experiência de jovens universitários que vivem hoje o contexto da globalização liberal. A autora busca discutir a relação da cidadania nessas experiências e estudar o processo de socialização política dos jovens pesquisados, analisando suas concepções, comportamentos e atitudes políticas. A autora tem como objetivo ressaltar a importância da educação nesse sentido, sendo entendida como elemento “necessário à produção de subjetividades capazes de (re) aprender a ação política, liberar e defender as relações que determinam a sociedade democrática e o exercício da cidadania”. (KEIL, 2004, p. 19).

A autora analisa elementos históricos, sociais e políticos que envolveram os jovens com as relações políticas nos diferentes contextos pesquisados: o período contemporâneo e o período da ditadura militar. Com relação aos jovens universitários, a autora destaca o fato de eles terem vivenciado elementos contraditórios, como terem nascido na época da ditadura militar e acompanhado momentos importantes para a democracia brasileira como a criação do Partido dos Trabalhadores, a luta por eleições livres, o caso do presidente Fernando Collor e o *impeachment* ocorrido, e a presença de governos de esquerda no executivo de estados e municípios. Como elementos mais contemporâneos, a autora cita os elevados índices de desemprego e violência experimentados pelos jovens, os momentos de crise financeira motivadas pelo processo de globalização e a “cultura individualista e de consumo”, que envolve os jovens e influencia sua relação com a sociedade. A autora destaca esses elementos como fatores capazes de influenciar a socialização política dos jovens e a forma destes indivíduos “viverem e sentirem” as relações de poder e a política. “Viver politicamente os acontecimentos refere-se à qualidade da ação política e é, justamente, esta qualidade da ação política que, entre esses jovens, aparece ausente ou fragilizada”. (KEIL, 2004, p. 20).

Com relação aos elementos experimentados e vivenciados pelos jovens no período da ditadura militar, a autora ressalta o medo e a luta por direitos civis e políticos, e as relações autoritárias de poder que envolviam violência na forma de prisões, torturas e mortes.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a militância política entre os jovens que viveram as décadas de 1960 e 1970 correspondeu à capacidade que eles tiveram de potencializar, com relativa autonomia, sua condição transitória e de sentirem as determinações de um contexto de forte efervescência política e cultural. Os jovens que vivem as décadas de 90 e entram no novo século sentem outras determinações do contexto social e se organizam de diferentes modos. Ora, o aumento do desemprego, o recuo do mercado de trabalho dos jovens e o prolongamento de transição entre os estudos e a vida profissional influenciam outras e novas socialidades e subjetividades diferentes daquelas produzidas nos anos 60 e 70. (KEIL, 2004, p. 25).

As considerações realizadas pela autora enfatizam a análise do contexto social e político dos sujeitos na interpretação de suas concepções e atitudes políticas. O contexto contemporâneo, marcado por relações individualistas e consumistas, a transformação das relações econômicas e de trabalho, e as mudanças nos papéis sociais de instituições sociais como a família, escola e o próprio Estado influenciam o processo de formação social dos indivíduos, inclusive seu pensamento e comportamento acerca dos fenômenos políticos.

Para Keil (2004), os jovens de hoje estão mais desencantados em relação à política quando comparados aos jovens que viveram o período da ditadura militar e lutaram pelo regime democrático. A autora destaca que, embora as pesquisas revelem que os movimentos estudantis e participação política dos jovens sejam pouco expressivas no contexto contemporâneo, suas reivindicações e concepções políticas são importantes para a qualidade da democracia.

Como resultados de sua pesquisa, a autora destaca análises relevantes para o debate sobre o conceito de socialização política e os diversos elementos que influenciam a relação do jovem com o cenário político. Segundo a autora, a grande maioria dos jovens entrevistados “sentem-se excluídos da realidade política e das decisões dos governantes, desinteressando-se pela impotência que esta exclusão gera; isso influencia certa distancia da experiência política”. (KEIL, 2004, p. 31). Dessa forma, esse desinteresse constatado nos sugere um questionamento de como os jovens entendem o mundo da política e analisam sua capacidade de influenciá-lo.

Na perspectiva de Keil (2004), um dos elementos que pode contribuir na análise do desinteresse do jovem pela política é o processo de socialização política de crianças e jovens, que nos últimos anos tem se mostrado ausente ou inadequado nas relações desses indivíduos com a família, escola, partido, meios de comunicação, etc. “Isto não significa querer valorizar a estagnação política em igrejinhas, ao contrário. A educação política comprometida com os ideais democráticos deve produzir ferramentas de análise da realidade muito mais amplas e adequadas”. (KEIL, 2004, p. 32).

Outros elementos destacados pela autora estão relacionados às afirmações dos jovens sobre o não entendimento de conceitos, expressões e ações presentes no jogo político, e a dificuldade dos jovens entrevistados relacionarem a esfera econômica que envolve, em especial, o mercado de trabalho com a política. Os pensamentos, concepções e atitudes nesse sentido ficam restritos, muitas vezes, à esfera individual, o que fragiliza preocupações e intervenções coletivas e sociais.

A análise de elementos que influenciam a participação ou a não participação dos indivíduos no cenário político também é realizada por Baquero (2004), que considera os elevados índices de desigualdade social, econômica e política como elementos capazes de contribuir para um desigual acesso dos indivíduos às estruturas políticas e, somadas a outros elementos, influenciar a qualidade do regime democrático.

O autor complementa que o contexto de exclusão e desigualdade que envolve os indivíduos e as constantes práticas de corrupção e impunidade frente a crimes políticos contribui na formação de comportamentos e atitudes de desencantamento e desconfiança das pessoas no sistema político. Segundo Baquero (2004), esse contexto de desconfiança política envolve em especial os jovens, que diante dos elevados índices de desigualdade social, vivenciam de forma intensa mazelas sociais, como o desemprego e a violência; e com relação à política, desinteresse, distanciamento e ausência de confiança nas instituições democráticas.

O autor analisa os estudos de Easton (1965), Almond e Verba (1965), que reconhecem a formação de orientações positivas com relação à política necessária para o bom desenvolvimento da democracia. Nesse contexto, o autor destaca que “para que uma democracia funcione é preciso que exista uma noção difundida de cidadania, onde todas as pessoas sejam consideradas parte de uma coletividade”. (BAQUERO, 2004, p. 129).

No entanto, o autor afirma que o Estado e as relações políticas brasileiras não possibilitam o acesso e o exercício da cidadania a todos os indivíduos. Elenca as relações de corporativismo, clientelismo, nepotismo, a presença de um modelo político que privilegia poucos e a existência de líderes políticos que se apropriam do poder público para sanar necessidades particulares, como elementos que legitimam a distância dos cidadãos com a política.

Esse contexto de instabilidade é um dos elementos que envolve a desconfiança⁷ do jovem em relação à política. No objetivo de explicar a limitada participação política do jovem

⁷ Salienta-se que a desconfiança dos indivíduos no sistema e nos atores políticos nem sempre pode ser compreendida como um elemento negativo. O fato de não confiar nas instituições políticas pode representar comportamentos de criticidade, controle e questionamentos acerca das ações políticas.

e seu desencanto frente ao regime democrático, Baquero (2004) elenca três dimensões de fatores que podem explicar a relação do jovem com a política: são os fatores sociais, políticos e midiáticos.

Segundo o autor, a dimensão social é marcada pela diminuição de capital social entre os jovens, resultado de uma sociedade que valoriza e privilegia relações sociais individualistas. Isso tem influenciado o desenvolvimento de redes de cooperação e a formação de identidades coletivas, em especial, entre os jovens.

A descrença, portanto, nas instituições formais da democracia representativa e, em específico, nos partidos como instituições de intermediação política, gera um regime político que pode ser democrático no sentido poliárquico, mas que mantém estruturas de uma prática política tradicional e patrimonialista. (BAQUERO, 2004, p. 131).

Outro elemento destacado pelo autor, ainda na dimensão social, que influencia a relação do jovem com a política é o contexto das relações de consumo que envolve jovens de diferentes classes sociais. Essas relações criam necessidades de consumo, que na maioria das vezes, frustram o público jovem, principalmente jovens pobres, por não conseguirem acompanhar o acesso a bens e serviços da sociedade contemporânea; e também por não terem suas demandas sociais atendidas.

Com relação à dimensão política, Baquero (2004) considera que o clima de corrupção e desonestidade que envolve o trabalho dos líderes políticos tem influenciado a concepção dos jovens sobre a política. A desconfiança dos jovens acerca dos partidos políticos também é outro elemento que tem afastado o jovem dos meios formais de envolvimento com a política e tem feito com que o mesmo procure formas alternativas de ação política.

A terceira dimensão analisada pelo autor refere-se aos meios de comunicação. Segundo Baquero (2004), os meios de comunicação, ao transmitir e enfatizar o lado negativo da política, contribuem para a desvalorização da mesma, reforçam a concepção de cidadania negada e legitimam o distanciamento dos cidadãos com o cenário político.

Pode-se compreender que os elementos destacados (dimensão social, política e midiática) em conjunto com outros fatores, relações e instituições sociais influenciam o processo de socialização política dos indivíduos. Esse processo compreendido pelo autor como “conjunto de experiências que, no processo de formação da identidade social do indivíduo, tem influência na cristalização do seu papel como ator significativo ou não para o sistema político” (BAQUERO, 1997, p. 10), pode contribuir no desenvolvimento do regime democrático na medida em que:

[...] a consolidação da democracia está intimamente ligada, não somente, a reformas econômicas estruturais; ela também depende do grau de aceitação das regras do jogo político, por parte dos cidadãos. Isso significa que democracia implica dissenso e divisão, mas com base no consentimento e coesão. Exige que os cidadãos tenham independência, mas que também aceitem a autoridade governamental. (BAQUERO, 1997, p. 10).

Nesse contexto, o autor escreve sobre a possibilidade do processo de socialização política influenciar a construção e transformação da cultura política de um país, despertando a preocupação dos indivíduos para problemas públicos e coletivos, fazendo que os mesmos tenham conhecimento a respeito da prática política, sendo assim capazes de desenvolver concepções e comportamentos que evidenciem a participação política e a cidadania.

Destaca-se, nesse contexto, o conceito de capital social como um elemento que está relacionado ao processo de socialização política e que tem sido utilizado contemporaneamente como um dos elementos de análise da qualidade do regime democrático e formas participativas de atuação política. A confiança nas instituições, pessoas e relações políticas, em conjunto com outros elementos, como o associativismo e redes de trabalho e relacionamento, caracterizam a definição desse conceito.

Schmidt (2004, p. 3) define capital social como “redes, normas e valores que favorecem a cooperação entre as pessoas em busca de objetivos comuns, incluindo aspectos da estrutura social e da dimensão psicológico-cultural”⁸.

No que diz respeito ao processo político, pode-se argumentar que a existência de fortes redes de capital social pode ser positiva para a democracia e participação política na medida em que o compromisso cívico pode se tornar mais forte.

Schmidt (2004), ao analisar a concepção de Robert Putman a respeito da relação entre capital social e democracia, considera que esta articulação pode ter resultados positivos tanto para o sistema de governo quanto para os indivíduos envolvidos neste processo. Para o governo pode representar a expressão de desejos, interesses e demandas de determinados grupos sociais e também o debate sobre a esfera pública. Nos cidadãos, pode desenvolver hábitos de cooperação e sentimentos cívicos, e ainda, habilidades e conhecimento adequado para participar da vida pública.

⁸ Salienta-se a necessidade de analisar o conceito de forma crítica, pois o mesmo pode ser compreendido de maneira negativa quando analisado em situações como o crime organizado, redes de terrorismo e tráfico de drogas. Por isto, alerta-se como algo prematuro a formulação de análises positivas e determinantes a respeito da relação entre capital social, democracia e crescimento econômico.

O autor enfatiza ainda em sua análise que Putman (1996) reconhece críticas a essas constatações, afirmando que os grupos sociais podem distorcer decisões dos governos. O ato de associar-se pode beneficiar indivíduos que possuem melhores condições sociais, o associativismo pode ser determinado pelas classes sociais; a existência de capital social não pode determinar a formação de cidadãos mais justos, comprometidos com o coletivo. Putman (1996) reconhece que o capital social não é a solução para todas as mazelas do regime democrático, porém sua ausência também pode comprometer sua eficácia.

[...] a política sem capital social é uma política à distância. A interação cara a cara é essencial para a resolução de conflitos e para evitar polarizações. A participação na política está associada profundamente ao capital social. Se decai a participação na deliberação política [...] nossa política será mais estridente e menos equilibrada (PUTMAN, 2000, p. 463, *apud* SCHMIDT, 2004, p. 151).

Ao analisar a relação entre capital social e participação política, destaca-se que as redes e os vínculos sociais podem instigar o interesse dos sujeitos pela política, proporcionar formação política e influenciar o empoderamento e o sentimento de eficácia política. Por essa ótica, “[...] a participação em redes tende a conferir aos integrantes senso de autoestima e de capacidade pessoal de influenciar politicamente” (SCHMIDT, 2004, p.165).

Através dessa linha de pensamento, a compreensão, discussão e análise de fatos sociais e fenômenos políticos entre os indivíduos organizados em grupos, redes e associações sociais pode contribuir na mobilização social, podendo legitimar a identidade coletiva e destacar as necessidades do grupo para o poder público.

Brenner (2009), ao analisar o processo de socialização política nos jovens participantes de partidos políticos, considera as experiências vivenciadas pelo grupo de jovens como uma possibilidade de formação de concepções e atitudes políticas diferenciadas em relação ao processo de socialização que ocorre inicialmente na família e posteriormente na escola.

O associativismo juvenil, seja o da informalidade do grupo de pares ou mesmo de coletivos institucionais como agremiações estudantis e partidos políticos – constitui esfera privilegiada de constituição do “sujeito público” em contextos nos quais as relações intra-geracionais são prevalentes. (BRENNER, 2009, p. 6, grifo do autor).

A autora aponta a necessidade de avaliar a autonomia que esses coletivos juvenis podem ter em um contexto de ações, concepções e relações orientadas por adultos.

Com relação ao programa Câmara Jovem, uma das indagações que pode ser feita é se a vivência coletiva proporcionada aos jovens possibilita a eles condições necessárias para

pensar coletivamente a sociedade e as mazelas sociais que envolvem o contexto do jovem do município. A partir do questionamento da autora realizado acima (sobre a autonomia desses jovens frente às orientações dos adultos), pode-se refletir sobre a autonomia dos vereadores jovens frente ao processo de orientação dos coordenadores do programa, ao poder dos vereadores municipais nas tomadas de decisões políticas, e profissionais da escola (diretores, coordenadores, professores) frente a sua atuação enquanto vereador jovem.

O conceito de capital social nos sugere também analisar em que medida a vivência em grupos de jovens no programa pode fortalecer as crenças, concepções e compromisso com interesses, demandas e necessidades coletivas dos jovens no município e também aumentar a confiança no regime democrático e nos atores políticos.

As concepções teóricas apresentadas tiveram o propósito de destacar algumas possibilidades do processo de socialização política influenciar a formação de concepções, atitudes e comportamentos de adolescentes e jovens em relação ao contexto político. De acordo com os autores selecionados para fundamentar a discussão, o processo de socialização política nesse sentido, poderia contribuir para fortalecer a confiança no regime democrático e nas instituições políticas, e ainda aproximar o jovem do contexto político, enfatizando concepções e atitudes de participação política. Entretanto, os mesmos autores reconhecem que o processo de socialização política não determina a transformação da cultura política de um povo, entendendo o conceito como elemento capaz de contribuir na formação de concepções e atitudes políticas capazes de atuar no desenvolvimento e exercício da cidadania, no senso de responsabilidade e compromisso com o coletivo, e na compreensão e aceitação do regime democrático.

As concepções teóricas apresentadas posteriormente buscam estabelecer um diálogo com as considerações acima discutidas, e evidenciar alguns limites e lacunas do processo de socialização política na formação de adolescentes e jovens, e de como este processo pode atuar na reprodução e manutenção do modelo político democrático.

2.2 Socialização Política: Limites

As influências do processo de socialização política nos indivíduos e nos sistemas políticos foram analisadas por Machado (1979; 1980) e Castro (2009), que discutem o conceito como um elemento capaz de contribuir na reprodução e legitimação do modelo político existente e das relações de poder que nele estão inseridas.

Nesse sentido, Machado (1980), ao analisar o contexto brasileiro com destaque para o processo de socialização política em regimes autoritários, afirma que o elemento-chave na discussão desse conceito deve estar diretamente relacionado à análise de grupos e ideologias envolvidas no processo de disputa e competição pelo poder político. Para o autor, existem aqueles que detêm o poder político, que têm como objetivo mantê-lo e evitar que o aprendizado político formule questionamentos e ameace o poder político dominante; e existem aqueles que não possuem o poder político e têm como propósito, a partir do processo de aprendizado político, fazer com que os sujeitos questionem a ordem política existente.

Dessa forma, o autor argumenta que as pessoas que representam o poder dominante irão utilizar estratégias e ações para fazer com que aqueles que são “dominados” aceitem as regras do modelo político.

Por isso, os atores dominantes se esforçarão por manter não apenas regras legais apoiadas pela coerção física, como também um *rationale* que legitime sua dominação. Esse *rationale*, independentemente da natureza e do grau de integração sistêmica de seu conteúdo, apresentará para todos os atores relevantes do sistema (inclusive os dominantes) a dominação existente como um fato natural e/ou ideal e/ou necessário para o “bem comum”. (MACHADO, 1980, p. 4).

A partir disso, Machado (1980) considera que as regras legais e a ideologia política são elementos capazes de controlar o comportamento político dos sujeitos. Segundo o autor, essa disputa pelo poder e a necessidade dos atores políticos dominantes legitimarem sua ideologia política aos demais indivíduos fará com que o processo de socialização política sofra influência desse contexto de disputa pelo poder. “Quanto mais a ideologia política dos atores dominantes é aceita pelas agências de socialização política, menos se requer o controle direto por parte dos atores dominantes, e vice-versa”. (MACHADO, 1980, p.5).

De acordo com o autor, o processo de socialização política só pode ser entendido como processo de reprodução da ideologia dominante, quando a ideologia dos atores dominantes se transformar na ideologia dominante do sistema político. Caso isso ocorra, a socialização política desempenhará um papel de reprodução da própria dominação. Caso contrário, o processo de socialização política pode reproduzir ideologias em conflito, o que pode questionar e ameaçar o sistema político ao invés de reproduzi-lo e conservá-lo.

Machado (1980) afirma que quando há conflitos ideológicos o processo de socialização política suspende a reprodução da ideologia dominante. Esse fato pode resultar em tentativas de controle e orientação das agências de socialização política por parte do poder dominante, o que pode fazer com que as agências de socialização política tenham autonomia

reduzida e limitada. “Se as agências de socialização política concordam com a ideologia política dos atores dominantes, então sua instrumentalidade estará assegurada sem necessidade de interferir em sua autonomia”. (MACHADO, 1980, p.10).

O autor argumenta que a homogeneidade de uma cultura depende da quantidade de fontes internas de mudança e a relação dessa cultura com demais países. Ele acrescenta que quanto mais fechado for o sistema, mais homogênea é sua cultura e bem sucedido o processo de socialização, no que diz respeito à reprodução de crenças, concepções, atitudes e comportamentos políticos. Entretanto, com o crescimento das cidades e alteração nos papéis sociais dos indivíduos, os conflitos e contradições têm aumentado, o que dificulta a realização de um processo de socialização política com essas características.

Em suma: o teste crucial de uma teoria política não é a sua capacidade para explorar os comportamentos políticos dos atores de um sistema, e sim o processo através do qual esses atores aprendem a aceitar e apoiar os limites dentro dos quais seus comportamentos políticos se realizam. (MACHADO, 1980, p. 20).

O autor considera que o valor atribuído ao conceito de socialização política como reprodução das relações de dominação não deve ser superestimado. Dessa forma, o processo de socialização política tem um modesto papel na reprodução das relações de poder e ideologias dominantes.

No objetivo de dialogar com as definições e discussões sobre o conceito de socialização política mencionadas anteriormente, Castro (2009) questiona autores clássicos e contemporâneos da sociologia e da psicologia (Dawson e Prewitt, 1999, Easton e Dennis, 1969, Greenstein, 1965, Hess e Torney, 1967, Hyman, 1959), afirmando a tendência destes considerarem a juventude como etapa de preparação para a vida política adulta, desenvolvendo habilidades políticas, pensamentos e comportamentos que possam influenciar e contribuir em sua experiência e participação democráticas. A autora realiza uma análise crítica sobre esse processo, discutindo suas contribuições e riscos em relação ao contexto político atual e nos propõe a refletir sobre como os sujeitos jovens entendem sua atuação, representação e participação em ações políticas.

Castro (2009) analisa as concepções dos autores que marcam estudos de socialização política na década de 1960 na América do Norte, a partir de questionamentos acerca dos comportamentos políticos motivados pelo contexto Pós-Segunda Guerra Mundial. Segundo a autora, “na atmosfera intelectual do pós-guerra tornou-se importante investigar os

anteriores de personalidade do cidadão comum que concorriam para a formação de atitudes de preconceito, racismo e xenofobia” (CASTRO, 2009, p. 480).

De maneira geral, a autora evidencia que grande parte dos autores que se dedicaram ao estudo de socialização política nos anos 1960, entre eles: David Easton, Robert Hess e Fred Greenstein, estavam preocupados em analisar o conceito no estudo da manutenção e transformação de sistemas políticos. Ao analisar as concepções dos autores mencionados, Castro (2009) considera, por um lado, a importância que as mesmas atribuíram a infância e a adolescência como objetos de investigação e análise, e por outro lado, o fato de essas pesquisas e explicações entenderem a criança e o adolescente como indivíduos passivos dos questionamentos do contexto social.

Buscando estabelecer um diálogo com essas concepções e analisar de maneira crítica o conceito de socialização política, a autora considera os escritos de autores como Buckingham (2000) e Machado (1979), nos quais os mesmos criticam a perspectiva conservadora das teorias de socialização, principalmente na possibilidade das crianças e jovens reproduzirem práticas e concepções políticas consideradas como corretas, normais, desejadas pelos adultos.

A partir das considerações apresentadas acima, a autora nos chama a atenção para os possíveis perigos que podem estar presentes no processo de socialização política, na medida em que este se torna uma preocupação com a manutenção e regulação da sociedade. Essa concepção pode resultar em atitudes de reprodução e legitimação de regras, padrões e comportamentos internalizados e naturalizados pelos indivíduos. Esse feito pode ainda impedir o desenvolvimento de novos comportamentos, rupturas e transformações sociais por parte de gerações futuras.

A autora nos propõe uma desconstrução e questionamento do conceito de socialização política como instância principal de integração da juventude com a política, enfatizando o foco do debate para a maneira que os próprios jovens pensam e sentem a política, e como eles compreendem o agir político. Segundo a autora,

[...] a problematização do conceito de socialização política dos jovens pode ser fecunda no sentido de aproximar de forma diferente juventude e Política no contemporâneo, época em que Política não parece interpelar os jovens como atividade criadora e transformadora do mundo. Nessa linha, aposta-se na fecundidade que possa ser gerada, justamente, pela “crise da política”, por seu desencantamento e, daí, pela interrogação que se impõe a respeito de que novas formas a atividade política pode se revestir, e ter ainda algum sentido. (CASTRO, 2009, p. 480).

A autora, a partir das análises realizadas por Buckingham e Machado, discute a possibilidade dos estudos de socialização política enfatizarem a estabilidade política e a reprodução social, o que dificulta a formação de uma contracultura política. Ela afirma ser problemático considerar a juventude apenas como etapa de preparação para a cidadania e o viver coletivo e político, pois na medida em que isso acontece, as possibilidades de produção de discursos contrários à realidade política existente se reduzem.

Essa análise a respeito do perigo da socialização política como reprodução e legitimação da ordem existente, nos evidencia a importância em pensar criticamente a atuação de sujeitos e instituições sociais no processo de formação social e política dos indivíduos.

A inserção dos indivíduos no cenário político precisa considerar ações que ultrapassem a transmissão e reprodução do conhecimento necessário para a compreensão do funcionamento do poder público. Salienta-se a importância de uma formação política que inclua a análise e discussão de fenômenos políticos, envolvendo o pensar e agir político, considerando ações de renovação, participação democrática e transformação social.

O processo de socialização política pode influenciar a formação dos indivíduos no que diz respeito ao comprometimento com o coletivo e com a capacidade de analisar o contexto social e político em que vivem. As experiências, conhecimentos e interações vivenciadas no coletivo podem possibilitar a identificação de problemas e situações de risco e a organização e mobilização política dos indivíduos na busca por melhores condições de vida.

Considera-se como um desafio para a democracia contemporânea a efetivação de um processo de socialização política capaz de transformar a concepção dos indivíduos a respeito do universo político, fazendo com que os mesmos o entendam como um espaço de atuação a ser buscado, questionem e fiscalizem as instâncias de representação política e se reconheçam enquanto sujeitos de vontade e poder político.

Esse processo pode proporcionar conhecimento crítico acerca do modelo político, fazendo com que os indivíduos tenham ciência de suas limitações sociais e políticas e sejam capazes de pensar em maneiras de amenizá-las e superá-las.

A inclusão do jovem como sujeito de sua história e da construção de si e do mundo em que vive se impõem frente aos desafios do mundo contemporâneo. A busca de alternativas que tornem os jovens protagonistas de suas demandas, em conjunto com a coletividade, passa, no entanto, por uma (re)invenção de práticas e teorias explicativas (NAZZARI; BAQUERO, 2010, 14)

De acordo com Nazzari (2010), o empoderamento dos jovens através do processo de socialização política é uma alternativa relevante para promover a inclusão e participação

desses sujeitos nos espaços democráticos. Nesse contexto, o processo de socialização política pode contribuir na formação de cidadãos que lutem por espaços de participação, deliberação e representação política, capazes de reconhecer as necessidades e incluir politicamente diferentes grupos sociais.

As perspectivas teóricas propostas por Machado (1979) e Castro (2009) contribuem na reflexão e análise do programa Câmara Jovem, objeto de estudo dessa pesquisa, considerado um espaço que pode influenciar a concepção política dos jovens participantes. A análise dos riscos e limites do processo de socialização política realizada pelos autores nos indicam a necessidade de avaliar criticamente a influência do programa nos adolescentes, considerando a possibilidade da dinâmica de participação e representação do jovem no programa e o cenário político que envolve os vereadores jovens, contribuindo na reprodução do modelo democrático representativo, em especial seus limites, lacunas e dificuldades.

O próximo capítulo tem como objetivo apresentar as principais ações e políticas municipais de Cascavel para o público adolescente e jovem, destacando o programa Câmara Jovem, objeto de análise deste trabalho. A partir do estudo da resolução de criação do programa e de seu regimento interno, serão apresentadas as principais características, objetivos e atribuições do programa enquanto espaço municipal de participação política do jovem. Com o propósito de compreender o universo de criação do programa e as intenções presentes no discurso dos sujeitos envolvidos nesse processo, foram realizadas entrevistas com os vereadores que participaram da elaboração do projeto e também com os coordenadores que organizam o funcionamento do programa.

3 O JOVEM NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL E O PROGRAMA CÂMARA JOVEM

Este capítulo tem como objetivo identificar as principais políticas para adolescentes e jovens propostas pelo poder público do município de Cascavel, e ainda apresentar o objeto de estudo dessa pesquisa, o programa Câmara Jovem, espaço municipal de participação política do jovem.

Busca-se em um primeiro momento realizar uma espécie de mapeamento dos principais programas, projetos e ações políticas desenvolvidos no município direcionadas a adolescentes e jovens. A partir desse levantamento de informações, pretende-se identificar a relação do poder público municipal com esses sujeitos, e também analisar quais programas possibilitam a socialização e participação política da juventude no município.

A partir de análise realizada sobre programas e ações políticas direcionadas ao público adolescente e jovem do município, pôde-se perceber a predominância de projetos e políticas voltadas para a proteção e assistência social de crianças, adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social.

É possível identificar ações do poder público, representado pela Secretaria de Assistência Social (SEASO), que visam proporcionar políticas públicas de segurança e proteção a crianças, adolescentes e jovens afastados de suas famílias, em situação de violência, uso e tráfico de drogas e exploração sexual, vinculados a medidas socioeducativas e/ou de liberdade assistida, e demais medidas de proteção e enfrentamento à violação de direitos prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069/1990.

Dentre os programas, projetos, ações políticas e serviços desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social⁹ direcionadas a a adolescentes e jovens, pode-se destacar:

- Proteção Social Básica (CRAS) Centro de Referência de Assistência Social. Atua no enfrentamento a situações de violência e vulnerabilidade social através do fortalecimento dos vínculos entre as famílias e a comunidade. Possui seis unidades em Cascavel;
- Projeto Eureka I e II: tem como público alvo as crianças e adolescentes entre 0 e 16 anos em situação de risco social. Objetiva promover ações socioeducativas por meio de atividades culturais, esportivas e de lazer no período do contraturno escolar;

⁹ Os programas e ações citados neste artigo estão disponíveis para acesso no site do município de Cascavel: <www.cascavel.pr.gov.br/seaso>. Acesso em 09 jan.2011.

- Projeto Multiplicadores Juvenis: tem como objetivo desenvolver ações que possibilitem aos jovens o acesso a informação e a valorização das relações de solidariedade entre a comunidade local para atuar na prevenção e enfrentamento ao uso e tráfico de droga. O projeto, através de ações teóricas e práticas, busca desenvolver o protagonismo juvenil, a permanência e o rendimento escolar. Os jovens que participam do projeto recebem bolsa auxílio;

- Programa Atitude: realizado no período de 2009 a 2011, com parceria entre os governos estadual e municipal. O projeto busca trabalhar de forma articulada com a rede escolar e demais serviços por meio de ações práticas e teóricas (oficinas de aprendizagem, esporte, lazer e recreação, cultura e artes) com crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social. Faixa etária atendida: crianças e adolescentes de 05 a 17 anos;

- Pro Jovem Adolescente: integra a Política Nacional de Juventude e faz parte dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Atende jovens de 15 a 17 anos, pertencentes ao programa Bolsa Família, vinculados ou egressos de medidas socioeducativas, programas de combate a violência e exploração sexual;

O município proporciona também medidas de proteção social de alta e média complexidade. São elas:

- Casa de passagem feminina e masculina, que oferece acolhimento e condições de desenvolvimento a adolescentes sob medida de proteção ou em situação de risco ou vulnerabilidade social;

- Família acolhedora - organiza o acolhimento de crianças e adolescentes afastados da família ou em medidas de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas;

- CREAS I – Unidade pública de proteção e atendimento especializado a crianças e adolescentes. Atende crianças, adolescentes e suas famílias que vivenciam violações de direitos por ocorrência de situações de violência, tráfico de pessoas, abandono;

- CREAS II – Tem como função prover atenção e atendimento a adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa com liberdade assistida e prestação de serviços a comunidade determinadas judicialmente;

- CREAS POP – Atendimento a população em situação de rua, inclusive adolescentes e jovens;

Através da atuação das Secretarias de Esporte e Lazer e da Cultura, o poder público desenvolve ainda o projeto Atleta do Futuro, de cunho socioeducativo e possui como público-alvo crianças de 05 a 12 anos. O ponto de Cultura Colenda de caráter cultural, que oferece aulas gratuitas de dança, teatro, música, capoeira, artes visuais, biblioteca e videoteca para crianças, adolescentes e jovens.

É possível destacar também a atuação de programas na área da saúde, como o Saúde da Família, do Neonato, Criança e Adolescente, e ainda o Programa de Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/AIDS), que capacita estudantes e educadores acerca da prevenção, orientação e multiplicação de conhecimento a respeito das doenças sexualmente transmissíveis, HIV/AIDS, diversidade sexual, discriminação e preconceito.

O município de Cascavel possui 28 instituições/entidades não governamentais cadastradas na Secretaria de Assistência Social do município, responsáveis pela prestação de serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial - Alta Complexidade, Defesa de Direito, Assistência Social, Educação e Saúde para crianças e adolescentes.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado em 1994, e o Conselho Municipal da Juventude, projeto de lei municipal nº 204/2010, se destacam enquanto órgãos de caráter normativo, consultivo, deliberativo, controlador e fiscalizador de leis e políticas direcionadas às crianças, adolescentes e jovens.

Com relação ao incentivo ao trabalho, o legislativo municipal recentemente aprovou o Programa Jovem Trabalhador, Lei Municipal nº 5.653/2010, 18 de março de 2010, que reconhece a obrigatoriedade de empresas, indústrias e comércios em geral, que recebem ou que vierem a receber incentivos da prefeitura, garantir 5% das vagas de seu quadro de funcionários para jovens de 18 a 24 anos que estejam qualificados para exercer a função.

A partir das políticas acima elencadas, pode-se perceber que as ações propostas pelo poder público municipal, destinadas a adolescentes e jovens, acompanham o contexto de políticas e preocupações sociais presentes em nosso país já discutidas anteriormente por Abramo (1997; 2011) e Sposito (2007).

Considera-se a possibilidade dos programas, projetos, serviços e ações destacadas acima promoverem entre crianças, adolescentes e jovens práticas e ações políticas que possam instiga-los a analisar e agir sobre o contexto em que vivem. Entretanto, esses programas e ações evidenciam de maneira geral, uma preocupação de caráter assistencial do poder público (Federal, Estadual e Municipal) em promover medidas de proteção social e garantia de direitos a crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade social no município. Salienta-se, assim, a possibilidade dessas ações compreenderem os jovens de maneira

estereotipada, antes como elemento problematizador do que como agentes sociais. Essas ações podem não considerar as várias expressões juvenis e não indicar formas de visibilidade social atendidas pela política pública na cidade de Cascavel.

Ao analisar o contexto histórico político do município de Cascavel, percebe-se uma lacuna no que diz respeito ao debate sobre a relação juventude e política, principalmente nos registros que tratam da história econômica e política do município.

Os estudos que buscam analisar a relação do jovem com a política no município são recentes e tornam-se presentes no debate acadêmico a partir do ano 2000. Na pesquisa feita por Nazzari (2002), realizada em dois municípios do estado do Paraná, Curitiba e Cascavel, foram entrevistados 2.119 estudantes de escolas públicas e privadas. As questões estavam relacionadas ao interesse e participação política dos jovens e ao papel das instituições no processo de socialização política dos mesmos.

Na pesquisa, a autora buscou analisar o processo de socialização política do jovem paranaense, tendo como objeto empírico o estudo dos jovens curitibanos e cascavelenses. A autora discute e analisa as atitudes e crenças dos adolescentes paranaenses, considerando o processo de socialização política por eles experimentado, ou seja, “as orientações políticas e experiências dos adultos no desenvolvimento de crenças e valores democráticos, que poderiam catalisar sentimentos de eficácia política ou não, nos mais jovens [...]” (NAZZARI, 2008, p. 24).

A autora realiza uma análise histórica do contexto político do Paraná com o objetivo de identificar e discutir elementos relacionados à cultura política do povo paranaense, e também de analisar a presença desses elementos na relação do jovem com a política em um período mais contemporâneo. A partir da análise do contexto de colonização do Estado do Paraná, percebe-se a presença de relações clientelistas, patrimonialistas e autoritárias na cultura política paranaense.

[...] Inicialmente os colonizadores, não conseguindo dominar nem influir, encontraram aliados em uma organização social, patriarcal e latifundiária, com relações de submissão e lealdade. Portanto, desde cedo, os paranaenses conviveram com relações paternalistas e exerceram atividades políticas por meio de relações pessoais, de trocas de favores e prebendas (NAZZARI, 2008, p. 189).

A autora destaca que acontecimentos políticos nacionais como: a ditadura e o governo centralizador de Getúlio Vargas e o vislumbre democrático de 45 e a ditadura militar influenciaram o desenvolvimento da cultura política de nosso estado, principalmente no que

diz respeito às relações políticas paternalistas, tendo em vista a condição de submissão e dominação de um governo forte e centralizado.

Com relação às concepções políticas dos adolescentes pesquisados, a autora considera que a família e a escola, apesar de terem avançado no que diz respeito a um comportamento democrático e discussões de temas políticos, ainda podem ser consideradas centralizadoras em relação à tomada de decisões. A autora destaca o aumento da participação feminina no contexto de decisões da família, e afirma que a escola, ainda com relações autoritárias, possui sua concepção de cidadania associada ao contexto das profissões e mercado de trabalho. “[...] o acesso à educação passou a ser instrumento indispensável de exercício de cidadania em todos os níveis, porém com vistas ao mercado, não com o objetivo de construir um cidadão crítico e participativo, mas favorecendo os poucos que detêm o poder econômico” (NAZZARI, 2008, p. 195).

Segundo a autora, a escola, instituição que deveria ser um espaço democrático e importante na formação de uma identidade de participação política entre os jovens (através de sua discussão e prática), ainda é considerada um ambiente autoritário que limita a participação dos estudantes no processo de tomada de decisões e construção do espaço pedagógico.

Nesta direção, observa-se que existe uma ampliação da participação dos filhos nas decisões em família. A família tem se mostrado mais eficiente que a escola na promoção do capital social, na escola os adolescentes manifestam um padrão de baixa eficácia política subjetiva, quanto à participação nos grêmios estudantis, por exemplo. Assim, verificou-se entre os estudantes a existência de sentimentos democráticos que, por falta de incentivo por meio da socialização na escola, não permitem o fortalecimento de suas associações representativas. Assim, a escola que poderia ser uma incentivadora de crenças e valores democráticos, não está desenvolvendo seu papel de promotora de uma educação participativa, que poderia incentivar a promoção da confiança, da cooperação e da participação entre os estudantes para a ampliação do capital social (NAZZARI, 2006, p. 121).

De acordo com a análise dos resultados, a autora constata um aumento da participação do jovem nas decisões familiares, o que promove a família a uma agência importante no desenvolvimento de capital social. Outro elemento importante foi à ampliação do acesso a informações via internet e outras formas virtuais de comunicação e interação social. Apesar de os resultados representarem índices de participação do jovem, eles não são significativos para demonstrar a mudança das instituições brasileiras no que diz respeito ao incentivo e democratização da participação política.

Diante disso, percebe-se um maior envolvimento dos jovens em situações da esfera local com pouca significação na tomada de decisões. O envolvimento fica restrito e direcionado à organização de eventos escolares (festas, torneios, entre outros), trabalho

voluntário, mobilizações esporádicas mediante necessidades emergenciais e pontuais. Segundo a autora, a cultura política com características clientelistas, patrimonialistas, paternalistas e centralizadoras, que se construiu e legitimou no Brasil por muito tempo resulta na reprodução de uma participação em movimentos políticos esporádicos, reconhecendo o voto como o instrumento mais expressivo da democracia.

Ao analisar o contexto do debate sobre juventude e política no município de Cascavel, verifica-se também um projeto de extensão proposto por Nazzari (2006), cujo objetivo principal era promover o debate sobre a democracia e ser uma ferramenta de intervenção na realidade política. Segundo a autora, o projeto aconteceu em escolas públicas e privadas do município de Cascavel e considerou, na seleção da amostra, fatores como: disponibilidade de tempo, recursos e colaboração das instituições de ensino e pesquisadores envolvidos.

De acordo com Nazzari (2007), 922 pessoas foram atendidas pelo projeto, sendo em sua maioria estudantes do ensino médio na faixa etária de 14 a 19 anos. Oito escolas participaram, sendo seis públicas estaduais, uma pública municipal e uma privada. Uma das ações do projeto foi à realização de palestras para estudantes, pais e professores sobre a importância de participar da vida política do município.

Segundo a autora, o projeto buscou fortalecer a confiança dos jovens nas instituições e na política, e também a promoção da cooperação, participação e interesse dos jovens no contexto político do município.

É importante, além da consciência política, criar uma teia de ligações que de o suporte, para que os estudantes, além de desenvolverem uma cultura política participativa possam ser incentivados para a prática da cooperação sistêmica e da solidariedade (NAZZARI, 2007, p. 523).

No contexto das ações e políticas propostas pelo poder público a adolescentes e jovens no município de Cascavel, o programa Câmara Jovem se destaca por ser o único espaço municipal que apresenta e reconhece, em sua resolução de criação, um caráter político que tem como objetivo integrar o jovem com a política e contribuir para a formação de sua cidadania.

Dessa forma, o próximo tópico tem como objetivo apresentar o programa Câmara Jovem, objeto de análise desta pesquisa. Para tanto, serão destacadas características do programa, suas regras de organização e funcionamento e também os objetivos presentes em sua resolução de criação. Estes dados foram obtidos a partir da leitura e análise dos

documentos oficiais do programa que são: Resolução 011/2007 da Câmara Municipal de Vereadores, e Regimento Interno, que teve suas alterações realizadas no ano de 2010.

Além da análise dos dados presentes na resolução e no Regimento Interno, foram realizadas entrevistas com os coordenadores do programa e com os vereadores que elaboraram o projeto de lei que, após a aprovação, viabilizou a criação do programa. As entrevistas possibilitaram a obtenção de informações a respeito do contexto de criação do programa, os objetivos e resultados almejados com a realização do mesmo, dificuldades vivenciadas e ainda as perspectivas futuras que os profissionais envolvidos possuem com relação ao programa.

O objetivo principal das entrevistas foi conhecer e analisar o discurso das pessoas que idealizaram e coordenam atualmente as atividades do programa Câmara Jovem acerca dos objetivos do mesmo e da concepção de jovem e cidadão que se pretende “desenvolver” a partir da influência do programa.

3.1 Programa Câmara Jovem

O programa Câmara Jovem foi implantado em Cascavel no segundo semestre de 2007 (resolução 011/2007 da Câmara Municipal de Vereadores), a partir de iniciativa de um grupo de estudantes de uma escola pública da cidade que demandou um projeto posteriormente elaborado por vereadores do município. O projeto permite a participação de alunos do ensino fundamental e médio de escolas públicas e privadas, escolhidos mediante votação entre os estudantes da escola.

Através de dados obtidos com a coordenação do programa, estima-se que aproximadamente 404 jovens participaram do programa, considerando vereadores jovens titulares e suplentes, desde sua criação em 2007. Foram 162 estudantes inscritos como vereadores jovens titulares e 242 estudantes inscritos como suplentes, destes 55,94% do total são meninas e 44,05% meninos. A porcentagem de meninas vereadoras jovens titulares nas cinco gestões é de 56,17% e de meninos 44,21%. Salienta-se que os dados foram obtidos a partir da ficha de cadastro dos estudantes no início de sua participação no programa¹⁰.

No ano de 2007, 31 jovens participaram do programa como vereadores jovens e 26 como suplentes. Das 31 escolas participantes, 27 eram estaduais e 04 particulares. Em 2008 o

¹⁰ Considera-se importante destacar que se teve acesso à lista de presença de apenas algumas sessões do programa, fato este que dificulta a precisão de informações a respeito da frequência dos participantes.

número de vereadores jovens aumentou para 32 e o de suplentes para 45. Algumas escolas possuíam o vereador jovem e mais estudantes como suplentes. O número de escolas particulares participantes permaneceu o mesmo e o número de escolas públicas envolvidas passou para 28.

Em 2009, foi possível perceber um aumento significativo na participação dos estudantes e das escolas no programa. Foram 43 vereadores jovens titulares e 76 vereadores suplentes, 34 colégios públicos e 09 particulares participaram da gestão.

Nos anos de 2010 e 2011, a participação dos estudantes e das escolas foi menor. Sendo 31 vereadores jovens titulares e 51 suplentes, no ano de 2010, e 25 vereadores jovens titulares e 44 suplentes em 2011. Participaram do programa 07 escolas particulares e 24 públicas em 2010, e 3 escolas particulares e 22 públicas em 2011. O programa possui dois documentos oficiais, a resolução municipal nº 011/2007 que o regulamenta, e o regimento interno, criado inicialmente pelos próprios vereadores jovens da primeira gestão, tendo a possibilidade de ser revisado e alterado pelos participantes das outras gestões.

A resolução prevê a realização de sessões periódicas¹¹ para a participação dos vereadores jovens e suplentes nas dependências da câmara de vereadores do município e também a criação de uma vaga de assessor político¹² destinada à organização do programa e auxílio aos vereadores jovens. A cada gestão ocorrem eleições trimestrais entre os vereadores jovens para escolher os membros da mesa diretora composta pelos cargos de presidente, vice-presidente, 2º vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário, que têm como função organizar o trabalho dos vereadores jovens durante a gestão.

De acordo com a resolução, o projeto busca integrar o jovem com a política, promover a integração entre a câmara municipal e colégios públicos e privados do município, oportunizar o aprendizado da função legislativa do poder público municipal e contribuir na formação de sujeitos/cidadãos capazes de participar do processo de tomada de decisões políticas.

A integração do poder público com as escolas também é destacado no preâmbulo do regimento interno do programa. Neste, os vereadores jovens evidenciam o objetivo de integrar o Poder Legislativo Municipal com as escolas, através de uma atuação democrática que possa contribuir no desenvolvimento do município.

¹¹ É prevista a realização de duas sessões mensais que ocorrem no prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Cascavel e possuem formato e dinâmica de organização semelhante às sessões do legislativo municipal.

¹² Prevê a criação de uma vaga na estrutura administrativa da Câmara Municipal de Cascavel, Resolução nº 2 de 1991, de cargo de Assessor Especial do Programa Câmara Jovem, símbolo GCC – 3. (RESOLUÇÃO 011/2007 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES)

No regimento interno, também é prevista a constituição de comissões de trabalho que possuem a função de investigar, estudar e discutir a realidade municipal no que diz respeito ao meio ambiente, sustentabilidade, saúde, segurança, educação, entre outros. Esse elemento merece destaque na medida em que pode proporcionar aos estudantes o desenvolvimento da pesquisa e investigação da realidade, os instigando a pensar em políticas públicas de enfrentamento das mazelas sociais.

Outro item que destaca a viabilidade de ação política dos vereadores jovens está previsto na resolução e no regimento interno do programa¹³. Nesses documentos é evidenciada a possibilidade dos mesmos apresentarem proposições na modalidade de indicação, podendo ser encaminhadas a Mesa Diretora da Câmara Municipal de vereadores, sendo transformadas em proposições legislativas oficiais.

Também é previsto nos documentos citados acima a possibilidade dos vereadores jovens e suplentes apresentarem indicações, reclamações e sugestões de interesse público da escola, do colégio e da cidade, utilizando a tribuna da câmara municipal de vereadores.

O regimento interno vigente do programa, reestruturado em maio de 2010, apresenta de forma mais detalhada as possibilidades de ação legislativa dos vereadores jovens. Esse regimento reconhece como proposição toda matéria, sujeita a deliberação do plenário e elaborada pelos jovens. Os estudantes podem apresentar indicações, propostas de projetos de lei e ofícios. Após a elaboração das proposições, estas deverão ser lidas, discutidas e votadas pelos demais vereadores jovens, para posteriormente serem encaminhadas ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores que poderá ou não incluir a proposição na pauta de discussão do legislativo municipal.

Desde a criação do programa Câmara Jovem, cinco projetos de lei, uma resolução e duas indicações foram elaboradas e encaminhadas pelos vereadores jovens ao legislativo municipal, sujeitadas à avaliação da possibilidade de serem encaminhados para análise e votação dos vereadores do município. A seguir, destaca-se a relação de projetos, resoluções e indicações propostas pelos vereadores jovens:

- Projeto Lei nº 001/2009 – Institui na cidade de Cascavel o Programa Ônibus Técnico do CEEP – Autor Vereador Jovem Marckyrrios Roberto Paludo / CEEP;
- Projeto Lei nº 002/2009 – Instituir no âmbito escolar o conhecimento da Constituição da República Federativa do Brasil. – Autora Vereadora Jovem Vanessa Semicheche / Colégio Estadual São João;

¹³ O Regimento Interno pode ser alterado a cada gestão de vereadores jovens. A última atualização ocorreu em 04 de maio de 2010.

- Projeto Lei nº 003/2009 – Institui na cidade de Cascavel o Programa Escola Cidadã: EU EXISTO – Autora Vereadora Jovem Vanessa Semicheche / Colégio Estadual São João;
- Projeto Lei nº 004/2009 – Institui na cidade de Cascavel o Projeto Lei JOVEM TRABALHADOR. – Autora Vereadora Jovem Viviane Santos Martins – Colégio Estadual Marilis Farias Pirotelli;
- Projeto Lei nº 005/2009 – Institui o Programa ALUNO – GUIA na Rede Escolar do Município de Cascavel – Autora Vereadora Jovem Amanda Coldebela – Colégio Estadual Olivo Fracaro;
- Indicação nº 001/2009 – Solicita do Poder Executivo quanto à aplicação de massa asfáltica na Rua Ghandi no Bairro Brasmadeira – Autora Vereadora Jovem Viviane Santos Martins – Colégio Estadual Marilis Faria Pirotelli;
- Indicação nº 01/2011 – Sugere ao Poder Executivo Municipal efetuar a readaptação de passarelas com mais acessibilidade no Bairro Pioneiros Catarinense, Cascavel – PR. Autora: Vereadora Jovem: Raíssa Naiene Barbosa de Alcântara e Vereador Jovem Suplente: Mário de Oliveira Rodrigues Junior – Colégio Estadual Presidente Costa e Silva¹⁴.

A partir da análise dos dois documentos oficiais, relativos ao Programa Câmara Jovem, é possível observar que ambos reconhecem o programa como um espaço de aprendizagem do universo político e também preveem a investigação da realidade e ação política dos vereadores jovens. Esse fato é evidenciado na possibilidade das indicações apresentadas pelos vereadores jovens tramitarem na Câmara de Vereadores e se tornarem legislações municipais.

Com o objetivo de obter maiores informações a respeito do contexto de criação do programa Câmara Jovem e dos objetivos e resultados esperados por seus organizadores, foram realizadas entrevistas com os coordenadores do programa (representantes do Núcleo Regional de Educação de Cascavel e da Câmara Municipal de Vereadores) e com os vereadores responsáveis pela elaboração do projeto aprovado em 2007, que implantou o programa no município. As entrevistas buscaram obter informações acerca do discurso oficial do programa e analisar a concepção desses profissionais sobre a Câmara Jovem e a relação que esta estabelece com a juventude.

¹⁴ Informações disponíveis no site da Câmara Jovem: <www.camaracascavel.pr.gov.br/camara-jovem>. Acesso em 06 jun. 2011.

3.2 A concepção dos vereadores sobre o Programa

Os vereadores responsáveis pela elaboração do projeto, que após votação, se regulamentou na resolução municipal 011/2007 foram: Leonardo Mion – Partido da Social Democracia Brasileira - (PSDB) e Júlio Cesar Leme da Silva – Partido do Movimento Democrático Brasileiro - (PMDB).

A entrevista com os vereadores se fundamentou em três eixos de investigação: 1 – contexto de surgimento do programa Câmara Jovem e o papel dos referidos vereadores nesse processo; 2 – a concepção dos vereadores sobre o programa na atualidade, tendo como ênfase a participação dos jovens e a integração com a comunidade; 3 – importância do programa para os jovens e para o município, considerando as dificuldades vivenciadas pelo programa e perspectivas futuras.

Segundo o vereador Leonardo Mion, em entrevista concedida em 17 de agosto de 2011, a iniciativa de criar um programa para a juventude surgiu no final do seu primeiro mandato, quando era secretário da mesa diretiva da Câmara Municipal que tinha como presidente o vereador Júlio Cesar Leme da Silva. Leonardo Mion destaca que um dos objetivos da mesa diretiva era criar ações que pudessem aproximar a comunidade do poder legislativo. Diante dessa preocupação, algumas ações foram criadas, entre elas o portal da transparência pública, as sessões itinerantes da Câmara Municipal nos bairros de Cascavel e o programa Câmara Jovem, que buscava estabelecer uma integração com as escolas e envolver os jovens com a política. O vereador Júlio César Leme da Silva acrescenta que

O processo de origem do programa Câmara Jovem se deu pela importância da participação do jovem nas questões relativas às políticas públicas e principalmente no perfeito conhecimento da atuação legislativa e do executivo no desenvolvimento de práticas salutar e organizacionais que possam inserir ou despertar a participação do jovem para a política. (SILVA, 2011).

O vereador Júlio César ainda ressalta que a iniciativa de criar o programa também foi “[...] oriunda da própria sociedade, pois no meu meio de convivência que são escolas, dialogando com professores e alunos, sentimos essa necessidade, que foi implantada através da lei”. (SILVA, 2011).

Segundo o vereador Leonardo Mion a preocupação era fazer um programa que os jovens realmente pudessem gostar e que também despertasse esse “instinto que só alguns têm que é a eleição, o desafio [...] aí a gente pensou, vamos fazer como acontece aqui, vamos fazer uma Câmara Jovem”. (MION, 2011). O vereador acrescenta que analisaram projetos

semelhantes na época, mas os modelos foram aperfeiçoados e ajustados à realidade e às particularidades do município. O vereador destaca ainda a importância do Núcleo Regional de Educação de Cascavel no contexto de criação do programa que auxiliou na divulgação e no trabalho de integração com as escolas.

Com relação aos objetivos do programa Câmara Jovem, o vereador Júlio César afirma que o mesmo busca ser um espaço onde os jovens possam debater e participar das decisões políticas da cidade, mostrando a importância da juventude, que as instituições de ensino sejam representadas, bem como suas necessidades e demandas, e espera-se que o trabalho realizado na Câmara Jovem possa formar novos líderes conscientes de seu papel na sociedade.

Leonardo Mion acrescenta que a importância do programa pode ser verificada também na possibilidade dos jovens apresentarem proposições para o legislativo municipal. “No final do ano colocamos as melhores proposições, que estão dentro da constitucionalidade para nossa votação como se fosse um pedido deles aprovado pela Câmara, muitas indicações saíram da Câmara Jovem (CJ) para cobrar o executivo”. (MION, 2011). Nesse contexto, o vereador também reconhece que ao criar o programa Câmara Jovem, cria-se também pessoas mais críticas e observadoras das questões públicas, o que geralmente não é bem visto pelo poder executivo, porque além dos vereadores que têm o papel de fiscalizar, há também a Câmara Jovem que pode desempenhar esse papel. “[...] a Câmara Jovem é mais um núcleo de fiscalização que se reporta aos problemas da cidade, à solução desses problemas e também uma entidade representativa dos jovens do município”. (MION, 2011).

Outro elemento que o vereador reconhece como aspecto importante do programa é a possibilidade do mesmo ser um estágio de preparação para a atuação política de futuros vereadores. “[...] pode ser que nas próximas eleições a gente já eleja alguém que foi vereador jovem. A grande diferença vai ser mostrada nas urnas quando candidatos que foram vereadores jovens se transformarem em homens e mulheres públicas”. (MION, 2011).

De acordo com o vereador Júlio César, a relação estabelecida entre o jovem e a política existente no programa é responsável e tem como objetivo “despertar a necessidade de participação de todos no processo de desenvolvimento da cidade. [...] busca-se inserir e dar importância ao jovem como agente de mudança e não como massa de manobra”. (SILVA, 2011).

O vereador enfatiza que o programa tem formado pessoas conscientes de seu papel e despertado o talento de cada um para serem os multiplicadores de boas práticas. Entretanto, reconhece que a integração com a escola enfrenta ainda desafios a serem superados como a desconfiança, a resistência a política, e principalmente “há ranços que impedem ou

obstaculizam a perfeita sintonia entre a teoria e a prática”. (SILVA, 2011). Com relação à integração com a Câmara de Vereadores do município o vereador afirma que

é natural, na qual, através de lei de minha iniciativa e complementando a lei que criou o programa, criamos condições para que as iniciativas extraídas das propostas da Câmara Jovem possam ser transformadas em iniciativas de lei, requerimentos ou indicações da Câmara Municipal. (SILVA, 2011).

Ao ser questionado sobre as contribuições e dificuldades do programa no município, o vereador Júlio César considera a possibilidade de formar novos talentos e líderes políticos e ainda o encaminhamento de propostas legislativas para resolver problemas da cidade. Como dificuldades enfrentadas o vereador cita o ceticismo, o medo de envolver o jovem em política e a falta de compreensão do programa pelos educadores, que na concepção do vereador “deveriam ser os primeiros a estimular a participação dos alunos, no entanto resistem a essa iniciativa”. (SILVA, 2011).

Com relação às projeções e perspectivas futuras do programa Câmara Jovem, Leonardo Mion afirma que existe uma discussão e uma iniciativa por parte de alguns vereadores para que o programa seja implantado no Estado, e que o Governo Estadual crie um instrumento que possa efetivar o programa no âmbito estadual. Entretanto, reconhece que isso depende de vontade e questões políticas e que, dependendo dos interesses dos futuros presidentes da Câmara de Vereadores, o programa pode ser retirado da agenda pública, como ocorreu com outras ações. Para que isso não ocorra, o vereador enfatiza que é necessário efetivar o programa no calendário e orçamento do município, bem como pensar em estratégias para que ele permaneça e futuramente dê resultados.

3.3 A visão dos coordenadores

A coordenadora pedagógica do programa Câmara Jovem, Sandra Mara Martins, representa o Núcleo Regional de Educação de Cascavel (NRE) e atua nessa função desde a criação do programa em 2007. A entrevista, realizada com a coordenadora em abril de 2011, teve como propósito questionar e analisar os objetivos iniciais do programa, a relação que o NRE possui com o programa Câmara Jovem, a opinião da coordenadora a respeito da visibilidade do programa nas escolas, como a coordenadora avalia o envolvimento dos vereadores jovens no programa e as principais dificuldades vivenciadas pelos participantes.

Segundo Sandra Mara Martins, os objetivos do programa Câmara Jovem são: 1 – oportunizar a formação para a cidadania; 2 – comprovar o interesse por parte da juventude pela participação nas questões sociais e políticas; 3 – fazer articulação com as Associações de Moradores dos bairros de Cascavel e resgatar o movimento estudantil. A partir desses objetivos o NRE de Cascavel possui o papel de fazer a mediação entre a Câmara Municipal de Cascavel e os colégios, buscando garantir a função pedagógica do programa e efetivar a desvinculação partidária dos vereadores jovens.

Com relação à visibilidade do programa na comunidade escolar, a coordenadora afirma que muitos profissionais das escolas ainda não tomaram conhecimento do programa, alguns se envolvem apenas no processo de eleição dos vereadores jovens e um grupo muito pequeno acompanha as ações dos vereadores jovens.

De modo geral acaba sendo responsabilidade da Equipe Pedagógica o acompanhamento dos vereadores jovens. Já ouvi de alguns professores que sabem que tem vereador jovem na escola, mas não sabe o que eles fazem na Câmara Jovem. Alguns profissionais acreditam que este espaço acaba dando autonomia demais para os alunos. (MARTINS, 2011).

Acerca da visibilidade do programa para os demais estudantes das escolas, Sandra destaca que as atitudes dos profissionais acabam se reproduzindo na dos estudantes.

Tem alunos que não sabem quem é o vereador jovem da sua escola, assim como tem aqueles que não se interessam pela Câmara Jovem. São eleitos três na escola: um titular e dois suplentes. No início do mandato a grande maioria participa das sessões, durante o percurso muitos diminuem a frequência e alguns até desistem de participar. Os que participam assiduamente demonstram para os demais estudantes da escola que vale a pena participar do programa. Alguns vereadores jovens até estimulam colegas a participarem das próximas eleições. (MARTINS, 2011)

A respeito da participação e envolvimento dos vereadores jovens no programa, a coordenadora pedagógica enfatiza que a participação está relacionada ao perfil de cada vereador jovem. Alguns são mais reservados e possuem mais dificuldades para participar dos debates e apresentar suas ideias. Outros desistem ao longo do caminho, principalmente, quando percebem que os trabalhos se intensificam. Alguns não assumem a função de elaborar projetos de lei e comparecem as sessões apenas para votar nos demais. A coordenadora avalia que apenas um grupo se mantém efetivo durante todo o período da gestão, participando da formação continuada, das ações externas, elaborando projetos de lei e acompanhando também os projetos da Câmara Municipal de Vereadores.

A coordenadora foi questionada acerca das dificuldades e contribuições do programa para os jovens e para o município de Cascavel. Com relação às dificuldades ela destaca o fato da “Câmara dos adultos” não acompanhar as sessões dos vereadores jovens, a dificuldade de obter recursos financeiros para manter os trabalhos da Câmara Jovem e fazer atividades diferenciadas (camisetas, confraternizações), a ausência de carro e combustível para visitar as escolas, funcionário específico para alimentar o site e fazer divulgação das ações, deslocamento dos vereadores que moram nos distritos de Cascavel para as sessões, a falta de estímulo aos jovens por parte dos profissionais da escola.

Como contribuições, a coordenadora destaca a intervenção dos jovens e da Câmara Jovem nas demandas do bairro, a promoção do protagonismo juvenil, a conscientização dos jovens sobre as demandas econômicas, políticas, sociais, estruturais que afetam diretamente a comunidade na qual fazem parte, o aumento da socialização entre o grupo, a vivência de democracia, cidadania e participação.

A coordenadora afirma que no futuro espera que o programa tenha uma ação mais abrangente e que as ações do programa possam contribuir diretamente nas demandas dos bairros de origem dos vereadores jovens. Ela espera também uma integração maior entre a Câmara Municipal de Vereadores, a Câmara Jovem, as escolas e Associações de moradores, gerando uma atuação direta dos representantes do programa nos conselhos municipais.

Na tentativa de compreender e analisar as concepções dos coordenadores do programa a respeito da participação dos jovens e sua integração com a comunidade escolar, foi realizada uma entrevista no dia 03 de agosto de 2011, com Elaine Maria Covatti, secretária do programa, e Luís Antônio Siqueira, coordenador do programa na Câmara Municipal de Vereadores.

Elaine Maria Covatti atua no programa há 4 anos e afirma que sua participação no programa Câmara Jovem surgiu a partir da necessidade de alguém realizar atividades de cunho burocrático. Luís Antônio Siqueira está como coordenador do programa há aproximadamente 3 anos e afirma que o convite para atuar nessa função se deu a partir de sua experiência e envolvimento com movimentos estudantis. Antes de ser coordenador do programa, Siqueira era assessor político do vereador Marcos Damasceno, hoje presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

A entrevista realizada em Agosto de 2011 teve como pauta e objetivo questionar os coordenadores a respeito da organização do programa, das dificuldades vivenciadas, como eles analisam a relação do programa com a comunidade escolar e a Câmara de Vereadores, da

relação que o programa pode estabelecer com os jovens participantes e de perspectivas e objetivos futuros para a Câmara Jovem.

A secretária do programa, Elaine Covatti, afirma que trabalhar no programa Câmara Jovem foi um aprendizado para ela, pois precisou rever e mudar algumas concepções para poder lidar com os adolescentes. Segundo Covatti, embora não seja de maneira intensa, o programa possibilita uma maior interação entre os jovens, inclusive de “classes sociais” diferentes.

O coordenador do programa Luís Antônio Siqueira afirma que o fato de ter atuado como militante de movimento estudantil contribuiu muito para seu relacionamento com os jovens. Ele afirma que não se considera um coordenador, e sim um colaborador, pois deixa os jovens a vontade para decidir e organizar as ações do programa. Segundo Siqueira: “Não concordo com a ideia de pegar o jovem no colo e embalar. Acho que eles têm que correr atrás”. (SIQUEIRA, 2011).

O coordenador afirma que a Câmara Jovem é um espaço de aprendizagem que auxilia o trabalho dos jovens na organização das sessões, e quando percebe algo errado os informa, e eles prontamente pensam em como melhorar.

Segundo Covatti, a essência do programa Câmara Jovem, desde seu contexto de criação, é aproximar o poder legislativo da escola. Ela acrescenta que a sociedade também está carente de líderes sociais e políticos e o programa pode contribuir nesse sentido, na formação de jovens mais críticos capazes de conhecer a realidade que estão inseridos e buscar exercer sua cidadania.

O coordenador Siqueira enfatiza que a ideia do programa Câmara Jovem é “maravilhosa”, pois é um espaço onde o jovem pode tentar fazer agir politicamente. Segundo ele, “existem jovens da Câmara Jovem que já dizem: **vou ser vereador**”. (SIQUEIRA, 2011, grifo do autor).

Com relação às dificuldades e preocupações encontradas na organização do programa, os coordenadores destacam a ausência de recurso e apoio financeiro para realizar atividades, e também a desvinculação da Câmara Jovem de partidos políticos, fato que, atualmente, os coordenadores consideram estar mais bem resolvido.

Com relação ao envolvimento de partidos políticos na Câmara Jovem, a secretária Elaine afirma que nas primeiras gestões do programa (2007 – 2008) havia uma intensa tentativa dos vereadores e partidos políticos influenciarem os jovens. Segundo ela, os membros do partido participavam das sessões e “davam” palestras, todas elas direcionadas ao partido político. Esse fato incomodou a secretária que afirma que os jovens

[...] precisam ser lapidados primeiro para depois escolher o partido. É preciso evitar influências [...] com a ajuda da escola através das matérias de Sociologia e Filosofia, palestras, conferências, tudo isso ele vai se informando. [...] Eles que têm que construir, ter personalidade, aí que surgem os líderes, com personalidade. Essa sempre foi nossa preocupação que ainda hoje existe. (COVATTI, 2011).

O coordenador Siqueira afirma que hoje não possui preocupação com a influência de partidos, pois a Câmara Jovem, a partir do ano de 2009, está organizada de um modo diferente do que estava nas primeiras gestões. Segundo Siqueira, no momento que recebeu o convite para coordenar o programa, leu a resolução e o regimento interno do mesmo e, de acordo com a sua interpretação dos documentos, os jovens precisavam ter mais autonomia para organizar as atividades, que não poderiam se limitar apenas a palestras.

Antes tinha mesa diretiva, mas só tinha. Ficava todo mundo sentado na plenária e [...] palestra, palestra. Então agora, tendo o presidente da mesa igual à Câmara Municipal, só vai falar para quem o presidente der a palavra. Porque pela interpretação da lei, deve ser feito do jeito que é hoje. (SIQUEIRA, 2011).

A dificuldade de obter recursos financeiros para organizar as atividades do programa é na concepção dos coordenadores, uma das maiores dificuldades vivenciada desde a criação do programa. Siqueira afirma que desde que começou a participar do programa busca incentivos e apoios para a confecção de camisetas, brindes, confraternizações, e reconhece não obter sucesso na maioria das ações. O coordenador lembra ainda as dificuldades encontradas para efetivar a distribuição de vales- transporte para os vereadores jovens participarem das sessões. O projeto foi aprovado no final de 2010 pela Câmara Municipal e está em fase de aprovação e liberação na Companhia de Engenharia de Transporte e trânsito (CETRANS) de Cascavel. Segundo o coordenador, a lentidão nos trâmites e nas liberações dificulta o desenvolvimento do programa, pois alguns vereadores jovens precisam do auxílio para participar das sessões.

O coordenador destaca ainda que os vereadores jovens tiveram a ideia de fazer um programa de rádio no objetivo de divulgar as ações da Câmara Jovem, mas a dificuldade de recursos também está inviabilizando a concretização dessa ação.

Na concepção dos coordenadores, a ausência de recursos financeiros prejudica também a integração do programa com as escolas, que segundo eles não é satisfatória, sendo praticamente nula. O coordenador Siqueira reconhece que eles (Siqueira e Elaine) deveriam participar e comparecer mais nas escolas para falar do programa, investigar o porquê da ausência de alguns vereadores jovens. Entretanto, afirma que não possuem recursos

financeiros para isso. O coordenador destaca que se tivessem recursos financeiros também investiriam mais na aproximação das escolas, em especial aquelas que ainda não participam do programa Câmara Jovem.

O que eu sonho e acho que é fácil de fazer, só falta boa vontade, falta verba. Por exemplo, nós temos 55 colégios em Cascavel e 25 participantes do programa Câmara Jovem, menos da metade. A ideia é trazer os colégios que não participam do programa para assistir a sessão da Câmara Jovem. Os jovens interessados viriam até a Câmara Municipal de ônibus e participariam das sessões. Isso sairia R\$150,00 por viagem, R\$ 300, 00 por mês. (SIQUEIRA, 2011).

Ainda a respeito da integração do programa com a escola, Elaine destaca que o espaço da Câmara Jovem consegue passar a essência do programa, mas quando o vereador jovem chega à escola muitas vezes ele é “podado”. Segundo a secretária, a Câmara Jovem e a escola deveriam estar mais integradas, mas “é isso que o Siqueira falou, nós não temos condições de ir lá na escola para um bate papo, às vezes o pessoal se solta mais, confia mais no programa”. (COVATTI, 2011). Elaine considera que a Câmara Jovem tem o objetivo de integrar o programa com a escola, e reconhece ser importante que os outros também tenham os mesmos objetivos. “A maioria dos alunos consegue entender os objetivos da Câmara Jovem, o que falta é mais incentivo por parte da escola, valorização do vereador jovem”. (COVATTI, 2011).

O coordenador Siqueira destaca que uma atuação forte da Câmara Jovem de Cascavel pode contribuir para o desenvolvimento da cidade e também do próprio movimento estudantil. Segundo Siqueira (2011),

[...] porque se você tem uma Câmara Jovem atuante, assim do jeito que eu to te falando, você tem condições de incentivar as outras cidades para criar a Câmara Jovem e ir lá dar uma força. Criando a Câmara Jovem nas outras cidades você pode criar a Câmara Jovem estadual, se reúne umas duas vezes por ano na Assembleia Legislativa e aí eles levam todos de Cascavel, de outras cidades, se tiver muita Câmara Jovem, você leva por região e assim inicia um movimento estudantil forte de novo.

Os coordenadores acreditam que o programa pode contribuir para sociedade cascavelense na medida em que tem como objetivo contribuir na formação de um jovem mais crítico, capaz de analisar a realidade em que vive, como os postos de saúde, questões de segurança, etc. A secretária Elaine destaca que através das indicações realizadas pelos vereadores jovens, é possível perceber que eles estão observando a realidade e que possuem capacidade para intervir na mesma. Segundo Siqueira, “[...] é o mesmo chavão de sempre,

desde a minha época: Deixa a ‘piaçada’ trabalhar que eles sabem o que faz, deixa eles se virarem que eles querem participar, só que tem que dar condição”. (SIQUEIRA, 2011).

A partir das entrevistas realizadas com os vereadores responsáveis pela elaboração do projeto e com os coordenadores do programa Câmara Jovem, foi possível perceber que todos consideram o programa e as atividades por ele desenvolvidas como ações capazes de influenciar a formação política dos jovens participantes e sua capacidade de analisar e agir sobre a realidade.

Tanto os vereadores quanto os coordenadores do programa destacam como um dos principais objetivos a possibilidade do programa influenciar na formação de líderes sociais e políticos conscientes de seus papéis enquanto homens e mulheres públicas.

Os entrevistados reconhecem a existência de dificuldades, principalmente econômicas, que influenciam a realização de ações pelo programa e a falta de integração com a escola, como desafios a serem superados pelo programa. Entretanto, os vereadores e coordenadores o consideram um espaço político importante para a juventude na medida em que pode ser uma instância de representação juvenil e também fiscalização das ações políticas do município, sendo uma ação de formação e preparação de novos líderes sociais e políticos.

A reflexão acerca das falas que representam o discurso oficial dos idealizadores e coordenadores do programa contribui para a análise e discussão do objetivo central dessa pesquisa, que visa compreender e avaliar a maneira que o processo de formação, entendido na pesquisa como socialização política existente no programa, é capaz de influenciar a cultura política dos jovens participantes.

Os objetivos existentes na resolução do programa também podem ser visualizados no discurso dos vereadores que o propuseram e dos coordenadores que organizam a participação dos jovens no programa. Os objetivos e expectativas do programa presentes no discurso desses profissionais foram analisados com o intuito de identificar e analisar as características existentes no perfil de jovem que se pretende formar a partir da participação no programa. Segue abaixo características desse perfil analisado a partir da interpretação do discurso dos profissionais entrevistados.

3.4 Programa Câmara Jovem: Expectativas acerca do perfil dos participantes

Quadro 1 – Expectativas acerca das características dos vereadores jovens

DISCURSO SOBRE O PROGRAMA	ELEMENTOS QUE INDICAM O PERFIL DE JOVEM DESEJADO E ESPERADO COM A PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA	SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS DOS JOVENS
RESOLUÇÃO E REGIMENTO INTERNO (Documentos Oficiais)DORES	- Integrar o jovem com a política; - Integrar a Câmara Municipal com colégios públicos; - Oportunizar aprendizado da função legislativa; - Contribuir na formação de sujeitos capazes de participar do processo de tomada de decisões políticas; - Mesa diretora; Comissões de trabalho; - Apresentação de proposições	• Conhecimento político; • Identificação de demandas sociais de sua comunidade; • Investigação, ação e intervenção na realidade;
VEREADORES QUE ELABORARAM O PROJETO E O ENCAMINHARAM PARA A VOTAÇÃO Júlio Cesar Leme da silva e Leonardo Mión.	- Integração com as escolas; - Envolvimento do jovem com a política; - Participação do jovem nas questões relativas às políticas públicas; conhecimento da atuação legislativa e do executivo; - Fazer um programa que despertasse o sentimento de competir politicamente; - Espaço onde os jovens possam debater e participar das decisões políticas da cidade; - Formar novos líderes políticos; - Importância das proposições – análise de demandas de sua comunidade/escola; - O C.J enquanto instância de fiscalização e cobrança do executivo; - Preparação para futuros vereadores; - Jovem como agente de mudança; - Vereador jovem se eleger e exercer cargo público;	• Crítico; • Participativo; • Conhecimento político; • Análise, ação e intervenção na realidade; • Liderança política; • Identificação de demandas sociais;
COORDENADORA PEDAGÓGICA DO PROGRAMA Sandra Mara Martins	- Oportunizar formação para a cidadania; - Articular o C.J. com associações de moradores dos bairros de Cascavel; resgatar o movimento estudantil; - Intervenção dos vereadores jovens nas demandas dos bairros,	• Conhecimento político; • Condições de exercer sua cidadania; • Integração do jovem com a sociedade civil organizada;

	conscientização dos jovens sobre as demandas econômicas, políticas e sociais, vivência de democracia, cidadania e participação; - Expectativas: maior atuação da C.J. nas demandas dos bairros; maior integração entre C. J. e Câmara de Vereadores e escolas; maior atuação nos conselhos municipais.	
COORDENADORES DO PROGRAMA NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES. Elaine Maria Covatti e Luís Antonio Siqueira.	- C.J – espaço de aprendizagem; - Integrar o poder legislativo com a escola - Formação de líderes sociais e políticos; - Formação de jovens mais críticos; - Jovens que conheçam a realidade e possam exercer sua cidadania; - C. J. espaço para o jovem tentar agir politicamente; - C. J pode contribuir no desenvolvimento da cidade e do movimento estudantil; - Indicações demonstram que os jovens analisam a realidade e buscam agir sobre ela.	• Liderança; • Jovens críticos capazes de analisar e intervir na realidade; • Conhecimento político; • Exercício da cidadania.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da análise das entrevistas realizadas constata-se que o programa Câmara Jovem pode ser entendido como um espaço que tem como propósito: 1- integrar o poder legislativo municipal com a comunidade escolar; 2 – proporcionar ao jovem participante conhecimento acerca do contexto político; 3 – ser um espaço de aprendizagem para a formação de novos líderes sociais e políticos; 4 – contribuir na formação de jovens críticos capazes de intervir na realidade.

Com relação às características presentes no perfil de jovem que se busca formar por meio da participação no programa, pode-se destacar: conhecedor do contexto político; crítico; participativo; observador e interventor da realidade; líder social e político.

A análise realizada sobre o discurso dos profissionais e o perfil de jovem que se pretende “formar” com o programa são elementos que podem contribuir no entendimento do problema de pesquisa desse trabalho, que busca compreender quais as implicações que o processo de socialização política proposta no programa Câmara Jovem exerce na formação da cultura política dos jovens participantes.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os procedimentos metodológicos utilizados no entendimento do problema central dessa pesquisa que se fundamenta em compreender quais as implicações que o processo de socialização política proposto no programa Câmara Jovem exerce na formação da cultura política dos jovens participantes. Para tanto, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta o estudo qualitativo realizado e a explicação das técnicas de pesquisa aplicadas na compreensão do objeto de estudo e problema de pesquisa proposto. Destaca-se ainda o trabalho com dados quantitativos, coletados por meio de questionário objetivo, como técnica de pesquisa utilizada com o propósito de corroborar com a análise dos dados e resultados da pesquisa qualitativa realizada.

Os dados quantitativos contribuíram na elaboração de um perfil dos vereadores jovens participantes e os indicadores obtidos possibilitaram identificar diferenças e semelhanças entre os estudantes que participam e os que não participam do programa Câmara Jovem com relação ao interesse por política, adesão ao regime democrático, confiança e eficácia política.

4.1 Estudo qualitativo

O estudo qualitativo fundamentou as técnicas e procedimentos metodológicos dessa pesquisa e possibilitou a obtenção e compreensão dos dados que se constituíram nos resultados e análises desse trabalho.

De acordo com Triviños (1987), a pesquisa qualitativa tem suas raízes na antropologia, na qual os pesquisadores, ao estudar a organização social, cultural, política, econômica, lingüística dos povos, constataram a existência de informações que não poderiam ser quantificadas e necessitavam de explicações mais complexas e subjetivas. A pesquisa qualitativa tornou-se conhecida pelo uso da etnografia, caracterizada pela interação do pesquisador com o grupo estudado, e tem como objetivo compreender a influência do meio sobre os sujeitos e os significados das ações e comportamentos destes perante o grupo social.

Triviños (1987) destaca a dificuldade de se conceituar a pesquisa qualitativa, e associa essa dificuldade com a complexidade de suas técnicas de coleta de dados e abrangência na compreensão do processo de pesquisa e dos resultados obtidos acerca do fenômeno. Diante da dificuldade de elaborar um conceito, o autor aponta elementos que caracterizam a pesquisa qualitativa. São eles: 1 – o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave, no qual o fenômeno deve ser estudado a partir das diferentes

realidades sociais que o envolvem; 2 – trata-se de uma pesquisa descritiva; 3 – prioriza o **processo** de compreensão e análise do fenômeno, e não apenas os resultados; 4 – tendência em analisar os dados de forma indutiva, o qual parte-se do entendimento de um fenômeno local e busca-se estabelecer generalizações e explicações complexas; 5 – o significado dos elementos, situações, sentimentos, concepções e comportamentos que envolvem o fenômeno é a preocupação central na abordagem qualitativa.

Nessa perspectiva, a respeito das técnicas da pesquisa qualitativa, Bauer e Gaskell (2008) consideram que elas podem se referir a entrevistas semiestruturadas com um único respondente ou um grupo de respondentes, fortemente estruturadas, conversação continuada da observação participante, etnografia, estudos de caso, entre outras. Segundo os autores, a utilização da abordagem qualitativa na coleta dos dados e mapeamento das informações pode contribuir na compreensão do modo de vida dos respondentes. Essas ações de pesquisa podem representar um ponto de entrada para o cientista social, que, a partir disso, pode realizar esquemas interpretativos e explicativos para compreender as narrativas dos atores em termos conceituais. “A entrevista qualitativa fornece os dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores e sua situação”. (BAUER e GASKELL, 2008, p.65).

Neves (1996) também apresenta a abordagem qualitativa como uma forma de obter dados descritivos da pesquisa a partir de contato direto e interativo do pesquisador com a situação, os sujeitos ou os objetos de estudo. “O pesquisador procura entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir, daí situar sua interpretação dos fenômenos estudados” (NEVES, 1996, p.1).

Nesse trabalho de pesquisa foi realizado um estudo de caso como estratégia de compreensão e análise do fenômeno estudado e do problema de pesquisa proposto. De acordo com Triviños (1987), um estudo de caso é uma técnica de pesquisa que busca analisar uma unidade com detalhes e profundidade. Como objeto de análise, pode-se ter o estudo de um sujeito em específico, um grupo de pessoas, uma comunidade, uma instituição, etc. Para o autor, o estudo de caso pode ser entendido como mais complexo quando tem o objetivo de compreender fenômenos de maneira histórico-estrutural, pois envolve o trabalho e análise de elementos circunstanciais e históricos relacionados à origem e desenvolvimento inicial do fenômeno, e menos complexos quando são a-históricos, ou seja, não consideram o estudo aprofundado de elementos históricos, e sim circunstanciais.

Ao analisar a classificação dos estudos de caso proposta por Triviños (1987), identifica-se o estudo de caso presente nesta pesquisa como “estudo de casos observacionais”, no qual a técnica da observação participante é considerada importante, e o que se busca

analisar é uma parte de determinada instituição ou organização. Trata-se de uma pesquisa histórico-estrutural na medida em que as técnicas de pesquisa utilizadas, análise documental, entrevistas semiestruturadas com vereadores jovens e com os profissionais que criaram e coordenam o programa, consideraram o período de 2007 (ano que se originou o programa) a 2011. A observação participante ocorreu segundo semestre de 2010 e durante todo o ano letivo de 2011.

No decorrer do trabalho de campo foram realizadas as seguintes técnicas de pesquisa: 1 – análise documental da resolução municipal que regulamenta o programa (011/2007), do regimento interno e das proposições elaboradas pelos próprios vereadores jovens ao longo da existência do programa no município; 2 – entrevista semiestruturada e análise do discurso dos vereadores que criaram o programa, de seus coordenadores e dos vereadores jovens; 3 – observação participante nas sessões do programa Câmara Jovem, momento que caracteriza e regulamenta a participação do jovem no programa.

A análise da resolução e do regimento interno do programa aconteceu de forma intensa no início das atividades de pesquisa, (primeiro semestre de 2010), e também foi retomada em outros momentos de análise do trabalho. Essa análise teve o intuito de estudar as concepções e objetivos do programa estruturados formalmente e identificar as funções atribuídas e comportamentos esperados dos vereadores jovens perante a comunidade presente nos documentos.

A reflexão e o estudo das proposições formuladas, votadas e propostas pelos vereadores jovens buscou compreender a maneira como os jovens participantes entendem sua realidade social, identificam demandas e problemas sociais de sua comunidade e organizam suas ações na elaboração de propostas para resolvê-los. Ao todo, foram analisadas dez ações propostas pelos vereadores jovens desde o início do programa.

A observação participante das sessões do programa aconteceu em dois momentos de análise. O primeiro, de caráter preliminar e exploratório, ocorreu no segundo semestre do ano de 2010 e teve como principal objetivo conhecer a dinâmica de participação do jovem no programa e contribuir na definição da variável de pesquisa estudada, posteriormente compreendida como socialização política. Inclusive, neste período foi realizada uma entrevista com os vereadores jovens participantes da gestão 2010, visando coletar informações para estabelecer as primeiras análises e formular as primeiras inferências sobre o programa.

O segundo momento de observação das sessões do programa ocorreu durante todo o ano de 2011, e teve como propósito analisar de maneira mais detalhada o universo simbólico

que envolve a participação do jovem no programa, as ações e comportamentos dos vereadores jovens e também a maneira como eles apresentam suas concepções políticas e representam sua comunidade. Essa atividade de observação foi realizada no intuito de obter informações que pudessem auxiliar no processo de análise da influência do programa na formação de atitudes e concepções políticas dos adolescentes e jovens participantes, e também em que medida a organização do programa pode reproduzir o modelo político democrático atual.

As entrevistas realizadas com os vereadores que elaboraram o projeto do programa e com os coordenadores que o organizam, possibilitaram uma melhor compreensão sobre o contexto de criação do programa Câmara Jovem e ainda a análise das concepções e intenções dos parlamentares e coordenadores a respeito do programa, dos jovens participantes e da integração destes com a comunidade. Ressalta-se que essas reflexões contribuíram na elaboração do perfil de jovem participante esperado pelo programa, apresentado no final do capítulo 3.

Além dos vereadores e coordenadores do programa, foram realizadas entrevistas abertas com alguns vereadores jovens participantes do programa na gestão atual e também egressos. Nessas entrevistas os jovens relataram alguns aspectos sobre sua participação no programa de acordo com roteiro elaborado pela pesquisadora que apresentava questões sobre o contexto em que o participante se tornou vereador jovem, a influência do programa em seu conhecimento e concepções a respeito da política, e a avaliação das contribuições e limites do programa. Os jovens foram selecionados de maneira aleatória, conforme disponibilidade de horário e interesse em participar da entrevista. Com relação aos jovens egressos, destaca-se a dificuldade de localização dos mesmos, tendo em vista que muitos já concluíram o ensino médio e não podem mais ser localizados nas escolas e também não estão mais envolvidos com a Câmara Jovem.

Destaca-se que a análise do discurso dos sujeitos envolvidos no programa Câmara Jovem, em conjunto com a observação participante realizada, possibilitou a compreensão de elementos, concepções e comportamentos que ficam subentendidos e silenciados nos documentos oficiais do programa e em sua estrutura formal evidenciada à comunidade escolar.

O referencial teórico que fundamenta a compreensão e análise do discurso desse trabalho, encontra-se no autor Pierre Bourdieu, que ao analisar as relações de poder simbólicas presentes na linguagem, contribui na compreensão do discurso, não apenas enquanto palavras e signos, mas sim como capacidade de argumentação, convencimento, domínio e influência sobre sujeitos e situações.

Silva (2011) analisa as principais contribuições de Pierre Bourdieu para a análise do discurso político, por meio de uma discussão de seus principais conceitos: *habitus*, campo, poder simbólico, violência simbólica e a relação destes com a linguística. Segundo Silva (2011), a análise do discurso surge a partir das indagações acerca dos condicionantes do comportamento linguístico, em um contexto marcado por questionamentos acerca da influência dos condicionantes da estrutura no comportamento humano e a autonomia da ação do sujeito.

Nessa perspectiva, segundo o autor, Bourdieu questiona as explicações teóricas da fenomenologia, que compreende o sentido da ação social como algo definido pelo próprio indivíduo, e do objetivismo, que atribui às estruturas objetivas o sentido das práticas sociais. A partir desses questionamentos, Bourdieu propõe a Sociologia Reflexiva, que entende o “sentido da ação social como resultado da relação dialética que se estabelece entre as estruturas objetivas e a subjetividade dos agentes sociais.” (SILVA, 2011, p. 2093).

Essa forma de se compreender o sentido da ação dos indivíduos proposto por Bourdieu influencia o contexto da linguagem, considerando os elementos presentes no processo de criação do discurso e o significado que ele assume para os sujeitos e para o ambiente social.

Nesse trabalho, buscou-se compreender o discurso presente nas entrevistas realizadas com os vereadores jovens, vereadores e coordenadores do programa, as proposições elaboradas pelos vereadores jovens (discurso escrito) e o discurso e comportamento dos vereadores jovens durante as sessões do programa, a partir dos conceitos de: *habitus* linguístico e campo político, competência linguística, poder simbólico e violência simbólica desenvolvidos por Bourdieu e analisados por Silva (2011).

De acordo com o autor, Pierre Bourdieu compreende como *habitus*

[...] o conjunto das ideias e representações que os indivíduos incorporam nas diversas trajetórias sociais que percorrem ao longo de sua vida. Em suas diversas trajetórias sociais – trajetórias familiares, educacionais, econômicas, políticas, religiosas, profissionais, etc. - o indivíduo incorpora não apenas a sua maneira de pensar, mas também acumula certo capital social, certo poder simbólico que vai influir nas suas tomadas de posições, ou seja, na determinação do sentido de suas ações. (SILVA, 2011, p. 2094).

A partir desse entendimento de *habitus*, Silva (2011) destaca a compreensão de *habitus* linguístico como o conhecimento linguístico adquirido pelo indivíduo em suas trajetórias sociais, e que pode ser modificado, complementado a partir de sua interação com diferentes sujeitos e realidades sociais, no qual o indivíduo “obtem o aprendizado da

linguagem, não só em termos das normas linguísticas, mas também em termos da adequação entre formas linguísticas e situações de comunicação”. (SILVA, 2011, p. 2097).

O autor indica a necessidade de analisar o discurso político, considerando a reflexão acerca do conceito de *habitus* linguístico, pois este evidencia a influência dos sujeitos e das estruturas sociais na criação e uso da linguagem e destaca que em suas trajetórias sociais, os indivíduos não apenas aprendem o sentido correto e incorreto das palavras no uso gramatical, como também as palavras socialmente aceitas e não aceitas em determinados contextos sociais.

O conceito de campo do autor Pierre Bourdieu torna-se relevante na análise do discurso político, na medida em que se refere ao espaço, ao contexto no qual é produzido. Segundo Silva (2011), a sociedade é formada por uma variedade de campos com interações sociais e linguísticas específicas, e com *habitus* linguístico específico. Para o autor, que apresenta e discute as análises realizadas por Bourdieu, é no campo que ocorrem as lutas simbólicas pelo poder simbólico e são produzidos e difundidos os bens, valores e concepções de mundo dos sujeitos. A violência simbólica também se inclui nesse processo, porque é por meio dela que o poder impõe significados que são naturalizados e legitimados como reais, verdadeiros, corretos. Nesse sentido, o poder simbólico, por meio da violência simbólica, também silencia, oculta as relações de conflito e dominação que se encontram presentes no interior do campo.

Nessa perspectiva, as situações e relações vivenciadas pelos sujeitos e as influências recebidas por diferentes indivíduos e realidades sociais, possibilita o desenvolvimento de uma competência linguística que segundo Bourdieu, citado por Silva (2011), é a capacidade de aprender e usar as palavras para além da comunicação. A competência linguística, que sofre influência do *habitus* linguístico e da posição que o indivíduo ocupa no interior do campo, no caso o político, é a utilização da linguagem como maneira de influenciar o comportamento do outro tendo em vista os objetivos esperados.

Dessa forma, Bourdieu nos instiga a entender o sentido da linguagem como algo complexo, que ultrapassa os limites da gramática e da comunicação. A partir dos conceitos apresentados, observa-se que os indivíduos, situações, espaços e contextos presentes no processo de produção e difusão do discurso estão envolvidos por relações de poder e dominação que utilizam a linguagem como capacidade de argumentação, convencimento, controle e domínio de indivíduos e situações.

O programa Câmara Jovem, foi submetido à análise do discurso proposta por Silva (2011) a partir dos conceitos de Pierre Bourdieu, tendo em vista suas características de

produção, reprodução e difusão do discurso político. Buscou-se compreender a influência do programa na produção e reprodução do discurso e comportamento político dos jovens participantes e a ação dos vereadores jovens frente a esta influência. As análises e resultados desse estudo encontram-se no capítulo 5.

4.2 A utilização de dados quantitativos

A coleta, compreensão e utilização de dados quantitativos nessa pesquisa tiveram o propósito de contribuir no desenho de um perfil dos jovens que participam do programa enquanto vereadores jovens. Para tanto, buscou-se realizar uma análise comparativa entre os estudantes que atuam como vereadores jovens (gestão 2011-2012) e estudantes do ensino médio que não participam do programa, visando analisar em que medida a participação no programa pode influenciar concepções e atitudes políticas dos jovens participantes.

O trabalho com a técnica quantitativa corroborou com o estudo qualitativo realizado, proporcionando condições para a realização de uma análise comparativa entre os estudantes com relação ao contexto político. A escolha de aplicar a pesquisa em estudantes do ensino médio se justifica pela proximidade de faixa etária e série de estudo com os vereadores jovens, que em sua maioria são estudantes do ensino médio.

O questionário objetivo composto por 20 questões foi estruturado da seguinte maneira: seis questões relacionadas ao perfil socioeconômico do estudante, cujas variáveis eram: sexo, escolaridade, idade, período em que estuda, se realiza alguma função remunerada – trabalho, escolaridade dos pais, renda familiar e número de pessoas residentes no domicílio; nove questões estavam relacionadas a ações, eventos e atividades associadas ao interesse do estudante por questões e assuntos políticos, participação e intervenção social; três questões associadas à concepção do jovem sobre o regime democrático; uma questão sobre confiança nas instituições sociais e políticas e uma questão sobre o conhecimento do estudante acerca do programa Câmara Jovem. Salienta-se que o questionário utilizado para a coleta de dados foi testado duas vezes com dois grupos distintos de adolescentes e jovens de faixa etária entre 14 e 18 anos, e encontram-se nos anexos dessa dissertação. O *software* utilizado para a organização e análise dos dados foi o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) - Versão 1.5.

4.3 Definição da amostra

Segundo Trujillo (2001), as pesquisas quantitativas têm como objetivo quantificar as qualidades e são utilizadas quando se pretende mensurar qualidades preestabelecidas na pesquisa. As qualidades devem ser pesquisadas através de amostra representativa e a cuidadosa seleção dos respondentes também é fundamental para a representatividade do trabalho.

Tendo em vista que o objetivo da coleta de dados foi comparar as concepções políticas dos jovens que participam e dos que não participam do programa, o grupo estudado foi delimitado a partir do número de escolas participantes da gestão 2011-2012, sendo, 25 escolas, incluindo instituições públicas e privadas. A definição da população da amostra foi delimitada a partir do número de estudantes matriculados nos períodos matutino e noturno do ensino médio das escolas participantes do programa (gestão 2011-2012), totalizando um número de 7.300 estudantes.

Esse número foi obtido através de pesquisa realizada no sistema de Consulta às Escolas Paranaenses, da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, disponível no site do portal Dia a Dia Educação¹⁵. O sistema é integrado com as escolas e permite a visualização do número de turmas e alunos matriculados de cada estabelecimento de ensino. Os dados para a soma do número de estudantes do ensino médio foram obtidos no mês de agosto de 2010.

A partir da população de 25 escolas participantes do programa Câmara Jovem e do número de estudantes do ensino médio pesquisados, foi decidido por utilizar o método de amostragem por conglomerados¹⁶. Dessa forma, foram selecionadas 12 escolas para a realização da pesquisa, entre estas, duas escolas localizadas em cada região da cidade (Leste, Oeste, Norte e Sul) e ainda duas escolas particulares para a realização da pesquisa. Destaca-se que das escolas particulares, apenas uma autorizou a aplicação dos questionários aos estudantes.

Tendo como base esse universo de escolas, foram estudadas 3 a 4 turmas de estudantes do ensino médio em cada região da cidade, totalizando uma média de duas turmas por escola.

¹⁵ <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>> – Educadores, consulta escola. Acesso em 24 ago de 2011.

¹⁶ Segundo Barbetta (2002), a amostragem por conglomerados é utilizada quando a população pode ser dividida em subpopulações (conglomerados) heterogêneos representativos da população global. Dessa forma, a amostragem é feita sobre os conglomerados, e não mais sobre os indivíduos da população.

As turmas foram selecionadas de maneira aleatória conforme disponibilidade de horários dos professores e autorização da direção e equipe pedagógica.

As fórmulas¹⁷ utilizadas para o cálculo da amostra foram as seguintes:

$$n_0 = 1 / E_0^2, \text{onde}$$

n_0 é a primeira aproximação do tamanho da amostra; (1)

E_0 é o erro amostral tolerável, utilizado na pesquisa com o valor de 5%= 0,05.

$$n = N \cdot N_0 / N + n_0, \text{onde:} \quad (2)$$

N é o número de elementos da população,

n é o tamanho da amostra.

A pesquisa trabalhou com um índice de confiança de 95% e erro amostral de 5%. Dessa forma, ao calcular a amostra a partir da população estudada (7.300 estudantes) com a margem de confiança e erro amostral citados acima, obtemos uma amostra de 379,22 estudantes. Entretanto o número de questionários aplicados foi maior do que a amostra obtida, totalizando um número de 456 questionários aplicados.

¹⁷ **Fonte:** Barbetta, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 5. ed. Faculdade de Ciências Econômicas de Vitória (FACEV): Editora UFSC, 2002.

5 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

5.1 Entrevistas realizadas com os vereadores jovens

No decorrer da pesquisa foram entrevistados 25 jovens que participaram do programa. Destes, cinco pertenciam às gestões anteriores ao ano de 2009 e o restante atuou nas gestões 2009/2010 e 2010/2011. As entrevistas foram realizadas no intuito de entender a percepção do jovem participante sobre o programa e de sua atuação no mesmo, bem como identificar elementos que pudessem representar a influência do programa em sua formação política.

A partir da análise das respostas obtidas, observa-se que a grande maioria dos entrevistados afirmou que o programa proporcionou maior conhecimento sobre a política e o funcionamento do poder público, em especial as funções de um vereador. Os estudantes ainda destacaram que participar do programa aumentou o senso de responsabilidade com as outras pessoas, seu interesse pela política, e fez com que questionassem a relação e o senso comum existente acerca da política e corrupção.

Através de uma eleição democrática, me tornei vereadora jovem. Este programa me ajudou a entender mais sobre as funções de um político, o que ele faz, seus direitos, e os problemas da comunidade. Mudou meu modo de ver a política, me ensinou que nem todos são corruptos, e que ainda tem pessoas que se preocupam com nossa cidade, estado e país. Os jovens que participam deste programa, tem a oportunidade de aprender mais sobre nossa política, ajuda a ter responsabilidade, e ensina a entender as dificuldades de nossa comunidade, e mostra que o jovem não é apenas o futuro e sim o presente. (VEREADORA JOVEM GESTÃO 2010-2011 – COL. EST. PADRE CARMELO PERRONE).

Grande parte dos estudantes afirmou que a partir da participação do programa passaram a confiar mais na política. Alguns estudantes demonstraram, a partir das respostas apresentadas, desejo e intenção de se tornar um líder político, e reconheceram como um aspecto positivo do programa, o fato de dar voz aos jovens e compreender que eles podem fazer a diferença no contexto atual.

Tudo em minha vida mudou. Minha visão política, minha visão de futuro. Hoje vejo que a política não está perdida, ainda há uma solução, porque eu posso me tornar um político e nem por isso tenho de ser corrupta. A diferença pode começar por mim. Como presidenta da Câmara Jovem eu pude fazer muitas coisas, aprender muito, obter conhecimento, participar de conferências e palestras com autoridades, ver a política por trás das cortinas que a cercam, ver os fatos e entendê-los melhor. Hoje se pretendo um dia entrar para a política, me filiar a um partido, é por causa da Câmara Jovem, minha visão de mundo e de ver a vida mudou. A Câmara Jovem é os jovens se tornando o hoje não o amanhã como dizem, o jovem pode começar a fazer diferença hoje, e o voto é o primeiro passo. Eu entrei na Câmara Jovem não sabendo nada, e saio este ano de lá com o orgulho de dizer que cresci lá dentro, que fui três

vezes seguidas integrante da mesa diretiva, duas vezes primeira secretária e uma vez presidente, e fiz a diferença hoje não deixei para amanhã. (VEREADORA JOVEM GESTÃO: 2010 – 2011 e 2011 – 2012 – COL. EST. JARDIM CLARITO).

Com relação a possível influência do programa Câmara Jovem na formação dos jovens, destaca-se o depoimento de um participante egresso do programa, que hoje trabalha como assessor político de um vereador do município:

O programa Câmara Jovem é um dos melhores programas de incentivo para que os jovens participem da política. Sem remuneração o jovem tem a verdadeira vida de um político, desde a sua campanha e votação até a elaboração de leis. Eu, Cleverson Rabelo e o Fernando Henrique representamos durante um biênio o colégio Mário Quintana. A política no Brasil hoje está muito difamada e ainda o povo generaliza, eu inclusive fazia isso, mas depois que se entra, e participa e conhece a visão do jovem, é totalmente diferente, e independente de querer ou não a política está e faz parte da nossa vida. Por isso a grande necessidade da população conhecer e realmente acompanhar suas autoridades eleitas. A Câmara Jovem foi um grande avanço para mim como pessoa e cidadão, a visão política mudou totalmente, se começa a pensar mais na população, em como melhorar a qualidade de vida, e no meu caso foi além, influenciou no meu trabalho, hoje sou assessor parlamentar do vereador Gilmar Gaitokoski. (VEREADOR JOVEM EGRESSO GESTÃO 2008-2009 e 2009-2010).

Muitos estudantes ressaltaram que a vivência, a experiência de desempenhar o papel de um vereador contribuiu para o aumento de seu conhecimento e interesse sobre política e de seu senso de responsabilidade, fazendo com que identificassem algumas dificuldades sociais existentes em nossa cidade. Alguns jovens destacaram que a experiência de participar do programa também contribuiu no melhoramento de sua habilidade de comunicação e escrita, na capacidade de observar a realidade, e também na exposição em público e socialização com as pessoas.

No ano passado, que foi minha primeira gestão, eu entrei por causa da minha suplente que era minha amiga. Mas depois eu entendi que era lá que ia conhecer metade das pessoas que realmente marcariam essa fase da juventude para mim. Com o tempo eu vi que isso poderia se juntar ao fato de ajudar Cascavel com ideias e projetos em prol de toda uma sociedade, mas principalmente, o jovem que não tem ideia de que pode fazer a diferença. [...] No ano passado eu fiquei na mesa diretiva como 1ª secretária. Confesso que fiquei um pouco assustada, afinal, não conhecia todo mundo e falar em público nunca foi meu forte. Isso fez com que eu melhorasse muito a minha capacidade de me socializar e expressar com todos independente da idade. Entendi também que temos responsabilidade com todos aqueles que estão a nossa volta, não importando que seja conhecido ou não. (VEREADORA JOVEM GESTÃO 2010 – 2011 E 2011 – 2012. COL. ADVENTISTA).

Alguns vereadores jovens destacaram o fato do programa ser um espaço de encontro de jovens com os mesmos gostos e interesses, em especial o gosto por política. Isso, na concepção dos entrevistados, aumenta a motivação e interesse em participar das sessões.

Dentro da escola eu já atuava no ramo político, participando de atividades da escola e do grêmio estudantil, e desde então surgiu a oportunidade de ingressar na família Câmara Jovem, e o que mais me motivou foi que existem pessoas da minha faixa etária, que gostam da mesma forma que eu gosto de política, e assim em diante já sabemos o rumo que esta história tem, gostar e gostar cada vez mais de estar presentes nas sessões, acompanhar o trabalho da mesa diretiva, dar sugestões a presidência da mesa, do que deveria melhorar e o que achamos que ficou ótimo. (VEREADOR JOVEM GESTÃO 2011-2012. COL. EST. CATARATAS).

Muitos estudantes também afirmaram que depois de participar do programa tiveram mais conhecimento sobre seus direitos e deveres, e alguns enfatizaram que fizeram o título de eleitor devido a participação no programa, para exercer sua cidadania através do voto.

Entrei na Câmara Jovem no ano de 2011. Fui indicada pela coordenação do colégio. Depois que comecei a participar do programa comecei a me interessar pela política e pelos programas realizados pelos vereadores. Logo que comecei a participar da Câmara Jovem fiz meu título de eleitor para exercer a minha cidadania. Eu considero o programa muito importante, pois assim os jovens se interessam pela política. (VEREADORA JOVEM GESTÃO 2011-2012 – COL. EST. IEDA BAGGIO MAYER).

Com relação às limitações e dificuldades vivenciadas pelo programa Câmara Jovem, os entrevistados destacaram a falta de integração com a Câmara de Vereadores; as faltas e a não participação de alguns vereadores jovens nas sessões, a falta de preparação, informação do papel de um vereador jovem, a falta de incentivo da escola e desinteresse dos demais estudantes sobre o programa.

A Câmara jovem tem seus pontos negativos e positivos. Os positivos são que ajudam o jovem a ver a política de outro jeito que não é tão simples quanto parece, que não é só aplicar uma lei e pronto (pode ser um projeto). Precisa ser analisado no que vai afetar a sociedade, se vai mexer na economia do país, e ainda vai para a votação. Tem que explicar tudo desde a moeda de um real até o que é o projeto e fora que ainda existem os vereadores jovens que não gostam do projeto ou lei e votam contra. Os pontos negativos são que os vereadores jovens fazem as leis, os projetos e os vereadores não ligam para eles, acabam deixando de lado talvez por acharem que acaba sendo uma brincadeira o que realizamos dentro da Câmara Jovem. E assim ficamos sem respostas e ficamos lá sem saber o que está acontecendo. (VEREADORA JOVEM GESTÃO 2009-2010 – COL. EST. COSTA E SILVA).

Alguns jovens destacaram ainda a preocupação com a forma como os vereadores jovens são escolhidos para a participação, afirmando que deve ser realizada uma eleição para a escolha dos representantes, e ainda a necessidade dos vereadores jovens atuarem para que o programa seja entendido como um espaço que proporcione mais do que aprendizagem do contexto político e faça a diferença para os jovens do município.

Como sou vocalista de uma banda, sempre estive envolvido com as pessoas e isso influenciou minha visão política. Vi que participar do programa poderia ser uma forma de fazer a diferença para a cidade, trabalhar para o jovem. Temos que nos esforçar para o programa ir além do aprendizado e realmente fazer a diferença. (VEREADOR JOVEM 2010-2011 – COL. ESTADUAL. CASTELO BRANCO – PRESIDENTE DA MESA DIRETORA – DEZEMBRO 2011).

Um jovem participante da primeira gestão do programa (2007-2008), citou que no período em que participou como vereador jovem, o programa era um espaço de disputa política dos vereadores e partidos. Fato este também mencionado pelos coordenadores do programa em entrevista realizada e apresentada no terceiro capítulo desse trabalho. Segundo os coordenadores, essa fase de disputa política já foi superada e agora o programa possui outras limitações, como a dificuldade de obter recursos financeiros e a falta de integração do programa com a comunidade escolar.

No período em que fiz parte do programa Câmara Jovem pude conhecer um pouco mais sobre a política local, estadual e federal. Isso foi muito importante para mim, no entanto, percebi que infelizmente o programa era usado como uma manobra política de alguns vereadores. Por isso não sei até que ponto o programa é bom para os jovens, pois conhecer a política vai muito além de ser influenciado por este ou aquele vereador. (VEREADOR JOVEM EGRESSO GESTÃO 2007-2008).

Outro elemento importante de ser destacado está relacionado ao sentimento de representação política dos vereadores jovens em relação aos estudantes das escolas. De todos os 25 entrevistados, apenas um mencionou a importância do seu papel enquanto representante de um grupo, no caso os estudantes da sua escola. A grande maioria enfatiza em seu discurso o fato dos seus colegas de escola não se interessarem pelo programa Câmara Jovem e por questões políticas.

Participar do programa é gratificante porque só saber que você representa uma maioria sendo ela a do seu bairro, da sua instituição de ensino, você quer chegar lá para fazer a diferença, mudar totalmente o rumo da política sempre levando a mesma para o caminho da justiça e da solidariedade. (VEREADOR JOVEM GESTÃO 2011-2012 – COL. EST. CATARATAS).

A partir do discurso dos vereadores jovens entrevistados, observa-se que a maioria reconhece o programa Câmara Jovem como um espaço de influência em sua formação e conhecimento acerca do poder político, em especial as funções do legislativo. A grande maioria afirma que participar do programa realçou atitudes de interesse pelo contexto político e também o senso de responsabilidade e coletividade.

Muitos mencionaram que o fato de ter mais conhecimento sobre o funcionamento do poder legislativo, fez com que se questionassem acerca da atuação dos políticos e a relação desta com a corrupção, destacando a existência de bons políticos preocupados com o coletivo.

As contribuições do programa, destacadas nas falas dos vereadores jovens, vão ao encontro dos dados quantitativos obtidos acerca da relação dos jovens com o contexto político. O fato dos vereadores jovens apresentarem índices mais elevados de interesse por política, confiança e eficácia política e aceitação do modelo democrático, pode ser visualizado nas entrevistas, nas quais a maioria dos estudantes reconhece a influência do programa no desenvolvimento desse comportamento.

Identifica-se nas falas outros elementos que indicam a percepção dos jovens acerca da influência do programa em sua formação, entre eles destaca-se o desenvolvimento e aprimoramento da escrita, oralidade e relacionamento interpessoal, e ainda o fato de alguns vereadores jovens reconhecerem que a partir do envolvimento com o programa fizeram o título de eleitor e sentiram vontade de se tornarem líderes políticos.

As dificuldades e limites do programa na percepção dos participantes podem ser associadas à: dificuldade de integração com a Câmara de Vereadores, à falta de compromisso e assiduidade de alguns vereadores jovens e à falta de orientação de como desenvolver a função exercida. Alguns vereadores jovens destacaram ainda a falta de interesse dos estudantes de sua escola acerca do programa e a ausência de recursos financeiros para as atividades do programa, como problemas a serem superados.

Observa-se que a dificuldade do programa se integrar com a escola e se fazer interessante para os estudantes, é citada pelos vereadores jovens entrevistados, pelos coordenadores do programa e também pode ser visualizada nos resultados da pesquisa quantitativa.

As entrevistas realizadas evidenciam também que a influência do programa na formação dos vereadores jovens está associada ao grau de envolvimento do jovem com o programa. Ao analisar as entrevistas, verifica-se que a maioria dos estudantes que afirmou ter a intenção de se tornar um líder político, participou da mesa diretora do programa e/ou elaborou alguma proposição para ser encaminhada ao poder legislativo.

5.2 As sessões como espaço de participação política do jovem no Programa Câmara Jovem

A observação e análise das sessões do programa Câmara Jovem foram realizadas no intuito de aproximar o objeto de estudo do universo da pesquisa e, a partir disso, compreender de forma mais detalhada o processo de participação do jovem no programa. Essa atividade de observação possibilitou a análise do espaço que as sessões ocorrem, das relações de poder que envolvem os jovens participantes, da forma como os vereadores jovens entendem sua participação no programa e representam sua comunidade, e ainda a maneira como os jovens participantes são inseridos no modelo político democrático.

As sessões representam o momento de participação do jovem no programa. Por meio delas o vereador jovem adquire conhecimento acerca de suas funções e do funcionamento do programa, interage com os demais participantes, apresenta proposições relacionadas a sua escola e comunidade, e tem contato com o cenário político. As sessões são realizadas no prédio da Câmara Municipal, especificamente na plenária, onde ocorrem as sessões dos vereadores do município. Elas ocorrem quinzenalmente, no período noturno, das 19h as 20h30min, e são organizadas por dois coordenadores, funcionários da Câmara Municipal¹⁸.

Ser um vereador jovem envolve a participação do estudante em três momentos específicos, que são entendidos nesse trabalho como: A- atividades que antecedem a posse; B – cerimônia de posse; C – as sessões do programa que representam a atuação enquanto vereador jovem.

Como atividades que antecedem a posse, o vereador jovem já eleito ou indicado por representantes de sua escola, participa de uma reunião preparatória e assiste uma sessão da Câmara de Vereadores.

A cerimônia de posse representa o momento oficial de início da participação do jovem no programa. Na ocasião, os adolescentes e jovens fazem o juramento, são certificados como vereadores jovens e recebem o regimento interno do programa. Participam dessa cerimônia os vereadores jovens, seus familiares e representantes de sua escola, vereadores do município, representantes do Núcleo Regional de Educação e do Executivo municipal entre outros representantes da sociedade civil. Após a cerimônia de posse, o envolvimento do jovem com o programa ocorre através das sessões ordinárias e extraordinárias do programa.

¹⁸ Além das sessões, observou-se a participação esporádica dos vereadores jovens, durante o ano de 2011, em atividades socioculturais, assistenciais e de representação política no município, como: campanhas de arrecadação de alimentos e roupas, Conferência Municipal da Juventude e da Criança e Adolescente.

As sessões, embora possuam finalidades distintas, como: apresentação e votação de proposições, eleição da mesa diretora, palestras para os vereadores jovens; possuem organização e estrutura semelhante. Primeiramente, ocorre a chamada dos vereadores jovens, a composição da mesa diretora formada por: presidente, vice-presidente, primeiro secretário e segundo secretário. Depois da composição da mesa, o hino nacional é cantado, o presidente da mesa declara aberta a sessão, o primeiro secretário faz a leitura da ata da última sessão e apresenta a pauta que será discutida no momento. Após a apresentação da pauta, ocorrem as inscrições para a fala dos vereadores jovens.

Nesse momento, os participantes podem utilizar a tribuna da Câmara de Vereadores para fazer alguma reclamação acerca de problemas em sua escola e comunidade direcionadas ao poder público, bem como apresentar proposições com possíveis soluções para os mesmos aos demais vereadores jovens. Cada participante possui cinco minutos para apresentar sua ideia, e caso outro vereador jovem queira debatê-la ou complementá-la, possui também cinco minutos para falar.

Durante o período de observação das sessões foram analisados momentos nos quais os jovens apresentaram proposições, assistiram palestras, realizaram eleições para a mesa diretora¹⁹, e ainda organizaram as comissões de trabalho²⁰.

A partir da atividade de observação, identificou-se a presença de elementos que podem representar a influência do programa no processo de socialização política dos vereadores jovens com relação à formação de concepções e atitudes políticas. Dentre esses elementos, destaca-se: **o uso da linguagem, envolvimento dos vereadores jovens com o programa, habilidades evidenciadas durante as sessões, sentimentos evidenciados durante as sessões, sessões da Câmara Jovem x sessões da Câmara Municipal e espaço de participação.**

O uso da linguagem: caracterizada pela presença de termos técnicos e específicos do contexto político representativo, em especial do poder legislativo. Observou-se que o domínio da linguagem utilizada no espaço da Câmara Jovem representou, em muitos momentos, poder e controle sobre determinadas situações para os vereadores jovens que a possuíam, e dominação e submissão para aqueles que possuíam dificuldades de se incluir no vocabulário do programa. Destaca-se também, que o ao longo da participação dos vereadores jovens nas

¹⁹ Neste momento, os estudantes competem pela mesa diretora através da formação de chapas e elaboração de propostas acerca de como irão direcionar os trabalhos da Câmara Jovem. As chapas candidatas apresentam suas propostas para os demais vereadores jovens e todos participam da eleição.

²⁰ Nas comissões de trabalho, os vereadores jovens são divididos em grupos e estes têm o objetivo de analisar a realidade do município com relação à educação, saúde, segurança, cultura, meio ambiente, etc.

sessões do programa, o vocabulário adquirido passa por transformações e o desenvolvimento da habilidade de argumentação e uso das palavras também se modifica na medida em que os jovens ocupam funções diferentes no interior do programa ao se comunicar com diferentes interlocutores. Ao fazer parte da mesa diretora, por exemplo, o jovem assume uma postura e uso da linguagem diferente dos demais participantes e pode desenvolver a sua competência linguística de maneira mais intensa tendo em vista as funções que desenvolve como representante da mesa diretora.

Envolvimento dos vereadores jovens com o programa: identificou-se um grande número de faltas e também pouco interesse de alguns vereadores jovens com as discussões propostas pelos demais participantes do programa. Alguns chegavam atrasados, conversavam durante as falas dos colegas e também não utilizavam a tribuna para reclamações, sugestões ou apresentação de proposições. Os representantes da mesa diretora eram os estudantes mais participativos e interessados em elaborar ações que envolvessem a comunidade e o legislativo. Apenas alguns estudantes apresentaram propostas de projetos, a grande maioria assistia as discussões propostas, se manifestando somente através do voto no momento da aprovação das indicações.

Habilidades evidenciadas durante as sessões do programa Câmara Jovem: linguagem oral e escrita, caracterizadas pela argumentação, persuasão, uso correto das palavras, habilidade de escrita na redação das proposições. Destaca-se ainda a habilidade de analisar projetos e tomar decisões, principalmente no momento de análise das proposições propostas pelos colegas.

Sentimentos evidenciados durante as sessões: competição e frustração. Durante a observação das sessões verificou-se que os vereadores jovens e suplentes participantes possuíam divergências e forte competição a respeito das ideias e relevância dos projetos propostos. Observou-se também a existência de um sentimento de angústia por parte de alguns vereadores jovens a respeito da falta apoio e interesse dos vereadores do município em relação ao programa Câmara Jovem e a dificuldade de inserir os projetos do programa na pauta de discussões da Câmara Municipal. A observação das sessões possibilitou ainda identificar percepções diferentes acerca do papel da Câmara Jovem para os vereadores jovens participantes. Destaca-se que alguns vereadores jovens defendem a ideia de que a Câmara Jovem deve ser apenas um espaço de aprendizagem do universo político e estudo do município; enquanto outros acreditam que o programa deve ser um espaço de ação e representação do jovem no município, ultrapassando o caráter de aprendizagem, elaborando proposições que possam melhorar as condições de vida da juventude cascavelense.

Sessões da Câmara Jovem x Sessões da Câmara Municipal de Vereadores: ao comparar as sessões da Câmara Jovem com as sessões da Câmara de Vereadores, percebe-se que em ambas há pouca participação da comunidade. Observa-se a pouca participação de estudantes (público escolar em geral, que não são nem vereadores jovens, nem suplentes) e da comunidade nas sessões do programa Câmara Jovem e da Câmara Municipal. A não participação é um dos elementos que nos chama a atenção para a falta de integração entre o poder político com a comunidade, fato este também reproduzido no programa Câmara Jovem, que possui pouca integração com a comunidade escolar. Essa integração limitada da comunidade com o cenário político, tanto do programa Câmara Jovem quanto da Câmara Municipal, legitima a representação política e a concepção de que apenas alguns podem pensar e fazer política.

Espaço de participação: a dinâmica de participação dos jovens no programa é submetida a regras que se iniciam com a própria sessão, que só pode ser realizada se a maioria dos vereadores jovens estiver presente. Existe o momento e a maneira adequada de falar, votar e se posicionar. A fala dos vereadores jovens é submetida ao controle do tempo e mediada pelos representantes da mesa diretora que encontram-se em local de destaque, separados dos demais vereadores jovens, da mesma forma que ocorre na sessão dos vereadores. Inclusive, os vereadores jovens utilizam as mesmas cadeiras, microfones e lugares dos vereadores do município. Destaca-se que essa organização, que tem como modelo as sessões do legislativo municipal, estabelece relações de hierarquia, tendo em vista o poder de voz e ação cedidos aos representantes da mesa. Observa-se ainda que a eleição para a mesa diretora marca um momento de intensa disputa de poder e competição entre os vereadores jovens, que em muitas vezes utilizam a capacidade de persuasão para conquistar os votos dos colegas. Nesse momento de eleição, as chapas concorrentes fazem campanha, algumas confeccionam material impresso com as propostas e ocorre a busca por aliados.

A formalidade das sessões e a seriedade do espaço da Câmara Municipal faz com que os jovens assumam e desenvolvam comportamentos e discursos pertencentes ou semelhantes ao dos adultos durante as sessões do programa. Destaca-se que em outros momentos e situações, os vereadores jovens possuíam comportamentos e linguagem diferentes e debatiam temas mais próximos ao universo jovem. Esse fato pôde ser visualizado em momentos que os jovens se reuniam em uma antessala da Câmara de Vereadores, quando não tinham o número suficiente de jovens para realizar a sessão. Na ocasião, os jovens debatiam temas de forma mais descontraída, com menos formalidade, e participantes mais tímidos tinham maior liberdade para expressar suas opiniões e ideias.

O fato das sessões ocorrerem no espaço da Câmara de Vereadores e serem organizadas por funcionários do legislativo municipal influencia e limita a autonomia do programa, no que diz respeito aos debates e ações dos jovens em relação ao poder legislativo. Os coordenadores do programa, afirmam deixar os jovens livres para discutir qualquer tema de interesse da Câmara Jovem. Entretanto, a forma como o programa é organizado faz com que os vereadores jovens entendam os adultos que coordenam as sessões do programa como responsáveis por ele, o que fica subentendido nas ações e fala dos participantes que solicitam a orientação, auxílio e opinião dos coordenadores na organização das sessões.

Embora exista um cuidado por parte dos organizadores em não deixar que partidos políticos e vereadores influenciem o trabalho da Câmara Jovem, observa-se em alguns momentos, principalmente na fala de alguns vereadores jovens, a predileção, e o apoio a determinadas ações realizadas por alguns vereadores do município, em especial, aqueles que elaboraram o projeto de criação do programa. Esse elemento indica que, embora exista um discurso e também uma preocupação por parte dos coordenadores do programa acerca da neutralidade política dos vereadores jovens, estes acabam vivenciando o jogo e as estratégias políticas que envolvem o legislativo, inclusive no que diz respeito à aceitação das propostas da Câmara Jovem, que dependem da aprovação dos vereadores municipais. Isso resulta em uma maior ou menor afinidade com os vereadores que apoiam ou não as ações do programa.

A burocracia no trâmite de processos e o desenvolvimento ritualizado e institucionalizado das sessões podem dificultar, limitar e, em alguns casos, até inibir a participação de alguns jovens que possuem dificuldade de exposição ou não possuem domínio da linguagem técnica. O fato das falas e do debate serem limitados à pauta das sessões e mediados pelos representantes da mesa diretora, integra os representantes jovens com o poder político legislativo, reproduzindo sua forma de atuação. Essa integração privilegia a representação política e pode limitar a ação política dos jovens na medida em que os espaços participativos de debate da esfera pública municipal se tornam limitados. Na grande maioria das vezes, os projetos são pensados pelos vereadores jovens de maneira individualizada e focada em seu contexto social, sendo direcionados ao seu contexto escolar ou ao seu bairro de residência. Ações como debate, estudo e análise da realidade da juventude cascavelense ficam comprometidas devido à dificuldade de organização e discussão coletiva dos participantes do programa.

5.3 Análise das proposições

A elaboração de proposições é uma das atividades que envolve a participação do (a) vereador (a) jovem no programa Câmara Jovem, e se torna importante objeto de análise por ser um instrumento que indica a expressão do jovem acerca da sua realidade. Durante seu período de gestão, os representantes têm a possibilidade de formular proposições ao poder público a respeito de qualquer necessidade, problema ou fenômeno social presente em seu bairro ou escola.

Segundo o regimento interno do programa, modificado pela última vez em maio de 2010, uma proposição é “toda matéria sujeita a deliberação do plenário e elaboradas pelos vereadores da Câmara Jovem, e se constituirão de: I – Indicação; II – Proposta de projetos de lei; III – Ofícios” (REGIMENTO INTERNO, 2010).

De acordo com o mesmo documento, as proposições elaboradas pelos vereadores jovens devem ser lidas e aprovadas pelos demais vereadores jovens quando reunidos em sessão da Câmara Jovem. Após a aprovação, as proposições são encaminhadas ao presidente da Câmara Municipal de Vereadores que dará encaminhamento à proposição, podendo esta ser discutida e aprovada pela Câmara de Vereadores, tornando-se uma ação política municipal. O regimento ainda destaca que o presidente da Câmara de Vereadores poderá autorizar um auxílio da assessoria técnica da câmara para a elaboração e adequação legislativa da redação do documento.

Ressalta-se que a elaboração de proposições representa de forma concreta a ação do jovem no programa e também pode ser destacado como o momento que mais associa a participação dos adolescentes e jovens ao trabalho desempenhado por um vereador municipal, que inclui a representação de um coletivo; identificação de demandas e problemas sociais e elaboração de ações que possam intervir na realidade, tornando-a mais justa e digna para todos.

Na atividade de pesquisa foi encontrado um total de dez proposições elaboradas por vereadores jovens no período de 2007 a 2011, período de existência do programa. Destas dez proposições, seis foram elaboradas no ano de 2009, sendo cinco propostas de projetos de lei e uma indicação. As outras quatro indicações foram realizadas por vereadores jovens da gestão 2011.

Os cinco projetos de lei e a indicação elaboradas em 2009 estavam relacionadas à instituição do Programa Ônibus Técnico do Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto (CEEP), à ação de conhecimento da Constituição da República Federativa do

Brasil por parte dos estudantes das escolas públicas, à implantação do programa Escola Cidadã: Eu existo, à efetivação do projeto Lei Jovem Trabalhador, à implantação do programa aluno guia e a solicitação de massa asfáltica em uma rua de um determinado bairro do município.

As proposições do ano de 2011 estão relacionadas à: readaptação de passarelas com mais acessibilidade no bairro Pioneiros Catarinense, à construção de passarela com acessibilidade no bairro Jardim Guarujá, à construção de um ponto de ônibus com rampa de acesso a rua no bairro Parque Verde, à colocação de lixeiras nas escolas para a implantação da coleta seletiva do lixo.

A análise das proposições apresentadas nos sugere maneiras de entender e analisar as concepções dos vereadores jovens acerca de sua realidade e de como utilizaram o programa Câmara Jovem na busca por soluções e maneiras de agir sobre a mesma. A reflexão acerca das propostas elaboradas pelos vereadores jovens também possibilita analisar em que medida as proposições formuladas vão ao encontro dos objetivos do programa evidenciados em sua resolução e ao perfil de jovem almejado pelos coordenadores do programa e os vereadores responsáveis por seu projeto de criação.

Ao analisar o conteúdo das proposições, identifica-se que grande parte delas tem como público alvo os estudantes da escola que o vereador jovem representa ou o bairro de residência do mesmo. Apenas quatro proposições apresentaram como público alvo todos os estudantes do município. Todas as proposições evidenciam problemas, fatos e necessidades sociais debatidas amplamente pelos meios de comunicação e pela sociedade de maneira geral, sendo considerada importante pela grande maioria das pessoas. Entre elas, podemos destacar: a necessidade de conhecer seus direitos e exercer sua cidadania, a preocupação com o meio ambiente e a questão da acessibilidade urbana.

A análise do conteúdo das proposições nos sugere identificar nos vereadores jovens atitudes de preocupação e responsabilidade com o coletivo, principalmente quando identificam problemas de sua escola e sua comunidade, e também um olhar crítico a respeito de sua própria condição enquanto trabalhador quando identificam demandas sociais relacionadas à inserção no mercado de trabalho²¹. Observa-se também que grande parte das proposições apresentadas evidenciam propostas de ações e intervenção na realidade que demandam e, de certa forma cobram a ação do poder público municipal, como a construção e reforma de espaços públicos.

²¹ É interessante mencionar que a preocupação do jovem com o trabalho também foi destaque no resultado da pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania, “Retratos da Juventude Brasileira, 2003”.

A análise dos problemas sociais, das ações propostas, do discurso presente nas proposições, e as atitudes de responsabilidade com o coletivo, criticidade e cidadania evidenciados pelos vereadores jovens atendem os objetivos do programa e vão ao encontro do perfil de jovem buscado pelo programa²². Perfil este identificado a partir da análise dos documentos oficiais e das concepções dos profissionais envolvidos na criação e organização do programa acerca da participação dos vereadores jovens.

A elaboração de proposições é um momento que caracteriza a participação do jovem no programa e representa a influência da Câmara Jovem na formação de atitudes e concepções políticas nos adolescentes e jovens participantes. É uma ação de formação política que enfatiza a prática representativa, a qual os estudantes que atuam como vereadores jovens elaboram e apresentam propostas a partir da análise das dificuldades de sua realidade social.

A partir das entrevistas realizadas, observa-se que a elaboração das proposições acontece de forma individualizada e não é antecedida por um debate ou consulta aos demais estudantes das escolas. Dessa forma, as propostas de ações apresentadas representam a opinião do vereador jovem e dificilmente estão associadas a um querer coletivo.

Essa dificuldade de integração entre vereadores jovens e estudantes das escolas pode legitimar as lacunas do modelo político representativo, principalmente a relação incompleta e distante entre representantes e representados políticos. Uma consequência dessa ação é o fato das proposições apresentarem como foco de ação a escola ou a comunidade do estudante que elaborou a ação. Embora seja preciso reconhecer a percepção crítica do estudante sobre a realidade, evidencia-se, na grande maioria das proposições, uma lacuna no que diz respeito a ações voltadas para o jovem no município, os problemas e limites sociais que envolvem suas condições de existência (trabalho, segurança, saúde, educação, lazer, cultura, etc).

Destaca-se a possibilidade do programa influenciar o discurso e a percepção do jovem acerca de quais dificuldades e problemas ele deve identificar no município. Essa influência exercida pelo programa de forma implícita e explícita pode instigar e direcionar os jovens na elaboração de proposições, no objetivo de fazer com que suas propostas sejam aceitas pelo pensar dos sujeitos adultos, em especial, os vereadores que avaliarão suas propostas.

²² Lembramos que os objetivos do programa Câmara Jovem presentes em sua resolução são: 1 – Promover a interação entre a Câmara Municipal de Cascavel e as escolas e colégios públicos e privados do município; 2 – Contribuir para a formação da cidadania do jovem e do entendimento dos aspectos políticos da sociedade brasileira, e o entrosamento com as ações políticas a serem desenvolvidas no município. Com relação às características presentes no perfil de jovem que se busca formar através da participação no programa, pode-se destacar: conhecedor do contexto político; crítico; participativo; observador e interventor da realidade; líder social e político.

Essa dificuldade de pensar o jovem como sujeito e objeto de políticas públicas nos faz questionar a possibilidade do programa ser um canal de debate, ação e elaboração de políticas públicas para o jovem do município.

Ao analisar o discurso dos vereadores jovens nas entrevistas semiestruturadas e nas proposições elaboradas e votadas na Câmara Jovem e também o comportamento dos participantes durante as sessões, observa-se a influência do programa na formação política dos estudantes, influência esta reconhecida pelos próprios vereadores jovens.

A análise dessa influência buscou dialogar com a discussão teórica proposta por Silva (2011) acerca das contribuições de Pierre Bourdieu para a análise do discurso, principalmente quando se reconhece a influência de sujeitos e estruturas sociais na criação e uso da linguagem. Dessa forma, a influência ocorre na medida em que os vereadores jovens se interagem com os coordenadores do programa, vereadores municipais, demais vereadores jovens e com a própria Câmara de vereadores, caracterizado como um espaço que representa uma das esferas do poder político municipal no que diz respeito à formulação de ações e tomada de decisões políticas.

Considera-se a possibilidade desses sujeitos: vereadores municipais, coordenadores do programa, demais vereadores jovens, e a estrutura que envolve o programa: câmara municipal, que representa as relações de poder do legislativo e da democracia representativa; exercerem influência no pensar e agir político dos vereadores jovens que ao longo de sua participação no programa passam a entender a linguagem como instrumento de ação política, domínio e controle de situações e convencimento dos demais participantes.

5.4 Resultados da pesquisa quantitativa

A partir dos critérios de definição da amostragem e encaminhamentos de pesquisa já apresentados, foram selecionados para a aplicação dos questionários estudantes de onze escolas do município de Cascavel. As escolas estão localizadas em diferentes regiões da cidade e as turmas foram selecionadas a partir da disponibilidade de tempo para a pesquisa, sob o acompanhamento de representantes da equipe pedagógica e direção da escola.

Foram analisados ao todo 490 questionários. Destes, 456 pertencentes a estudantes do Ensino Médio que não participam do programa e 34 pertencem aos estudantes que participam ou participaram do programa como vereadores jovens. Dos 34 vereadores jovens entrevistados, seis estudantes foram classificados como egressos do programa pois

participaram de gestões anteriores, e 28 estudantes atuam como vereadores jovens da gestão 2011/2012.

Salienta-se que a pesquisa quantitativa teve o intuito de estabelecer uma análise comparativa entre os estudantes que participam ou que já participaram do programa como vereadores jovens, e os demais estudantes do ensino médio que não participam do programa. Essa análise busca verificar em que medida os estudantes que participam do programa como apresentam concepções e atitudes de interesse e participação política diferenciadas dos estudantes do ensino médio com faixa etária e série semelhante. Destaca-se que os dois grupos estão representados nos gráficos e tabelas abaixo como Vereadores Jovens (grupo dos estudantes que participam do programa enquanto vereadores jovens) e “Estudantes” (grupo de estudantes do ensino médio que não participam do programa).

Os resultados da análise comparativa realizada através da pesquisa quantitativa, somados à análise qualitativa, buscam avaliar a possível influência do programa Câmara Jovem na formação de atitudes e concepções políticas nos jovens participantes e também as possíveis implicações que essa influência pode ter na reprodução do modelo político atual.

Dessa forma, visando facilitar a visualização dos dados coletados, a análise dos resultados quantitativos será apresentada em quatro etapas, sendo estas: A) análise comparativa do perfil socioeconômico dos estudantes; B) análise do interesse por política e atividades que indicam preocupação com o coletivo e participação social; C) concepção acerca da democracia e eficácia política²³; D) confiança nas instituições sociais e políticas; E) integração do programa Câmara Jovem com a comunidade escolar.

5.4.1 Dados gerais e perfil socioeconômico

Este primeiro conjunto de questões buscou analisar informações relacionadas a características sociais e econômicas dos dois grupos de estudantes pesquisados. As informações obtidas nessa etapa, somadas as demais questões propostas, visam compreender quem são os vereadores jovens participantes e identificar diferenças e semelhanças entre eles e os demais estudantes do ensino médio.

²³ O termo eficácia política é compreendido nessa pesquisa como a concepção e o sentimento dos indivíduos acerca de sua capacidade e possibilidade de influenciarem as ações e decisões políticas. “Eficácia política ou competência política subjetiva designa o sentimento do indivíduo de que é capaz de exercer influência política, de provocar efeitos no processo político”. (SCHMIDT, 2000, p. 42).

O questionário objetivo foi respondido por 15,1% dos estudantes da região Oeste do município; 16,4% dos estudantes da região Leste; 19,1% dos estudantes da região Norte, 24,8% da região Sul e 24,6% da região Central do município. Das escolas particulares que participaram do programa na gestão 2011-2012, duas foram selecionadas para a participação na pesquisa, uma não permitiu a aplicação dos questionários aos estudantes e a outra está localizada na região Sul do município.

Foram coletados dados de 403 estudantes de escola pública e de 53 de escola particular. Com relação aos vereadores jovens, 29 dos 34 entrevistados, o que representa 85,3%, estudam em escola pública e 14,7%, em escolas particulares. Com relação a faixa etária e série dos jovens estudados, observou-se que no grupo dos vereadores jovens a maioria possuía, no momento da pesquisa, 16 anos e cursava a segunda série do ensino médio. No grupo dos estudantes que não participam do programa, os dados de idade e série se assemelham. A maioria, no momento da entrevista, possuía 16 anos e cursava a terceira e segunda série do ensino médio, o que corresponde a 36% e 34,9% ,respectivamente.

Com relação ao período de estudo, a pesquisa teve como foco jovens que estudassem no período matutino, visando obter informações que pudessem estabelecer maiores aproximações e comparações com o grupo de vereadores jovens estudado, que em sua grande maioria estudam no período matutino. No grupo dos vereadores jovens, 76,5% estudam no período da manhã, 11,8% no período vespertino e 11,8% no período noturno. Destaca-se que dos que afirmaram estudar a noite, 3 são egressos e no momento da entrevista cursavam o ensino superior. No grupo dos estudantes, 90,4% estudavam no período matutino e 9,6% no período noturno.

Tabela 1 – Número de estudantes de escola pública e particular entrevistados.

	pública privada				Total
	pública		privada		
Vereadores Jovens	29	85,3%	5	14,7%	34
Estudantes	403	88,4%	53	11,6%	456
Total	432		58		490

Fonte: Questionários aplicados aos vereadores jovens e estudantes do ensino médio do município de Cascavel no período entre outubro a dezembro de 2011. Elaboração da autora.

Tabela 2 – Série

	Série										
	Primeira Série		Segunda Série		Terceira Série		Oitava Série		Não respondeu		Total
Vereadores jovens	7	20,6%	12	35,3%	6	17,6%	3	8,8%	6	17,6%	34
Estudantes	133	29,2%	159	34,9%	164	36%	0	0,00%	0	0,00%	456
Total	140		171		170		3		6		490

Elaboração: THOMAZINI, T.D.R.

A tabela 3 apresenta o número de meninos e meninas entrevistadas dos dois grupos estudados. De acordo com os dados obtidos no questionário, 50% dos vereadores jovens entrevistados são meninas e 50% são meninos, dados estes que se diferenciam do número obtido ao analisar a classificação por sexo dos participantes do programa desde 2007. Nos cinco anos de existência do programa Câmara Jovem, as meninas tiveram maior representação, possuindo 56,17% de participação como vereadoras jovens em relação aos meninos, que tiveram 44,21%.

Com relação aos estudantes do ensino médio entrevistados, as meninas tiveram maior participação no preenchimento do questionário, o que corresponde a 56,57% em relação a 43,42% referente aos meninos.

Tabela 3 – Divisão dos estudantes por sexo

	sexo				Total
	MASCULINO		FEMININO		
Vereadores Jovens	17	50,00%	17	50,00%	34
Estudantes	198	43,4%	258	56,6%	456
Total	215		275		490

Elaboração: THOMAZINI, T.D.R.

Com relação à escolaridade do pai pode-se observar que as alternativas que tiveram maior representatividade foram Ensino Médio Completo e Ensino Fundamental Completo, sendo assinaladas por 35,3% e 32,4% dos vereadores jovens respectivamente. Com relação

aos estudantes, 27,9% afirmaram que o pai possui Ensino Fundamental Completo e 27,2% afirmaram que o pai possui Ensino Médio Completo.

A respeito da escolaridade da mãe, observa-se que no grupo dos vereadores jovens, inverte-se as afirmações. 32,4% dos vereadores jovens afirmaram que a mãe concluiu o Ensino Fundamental e 29,4%, o Ensino Médio. Com relação aos estudantes, 28,5% mencionaram que a mãe concluiu o Ensino Médio e 25,2%, o Ensino Fundamental.

Com o objetivo de verificar a condição dos estudantes enquanto trabalhadores, foi questionado se os mesmos realizavam no momento da pesquisa alguma função remunerada, com ou sem registro em carteira. Embora seja possível constatar que o número de vereadores jovens que trabalham é superior ao número de estudantes que desempenham alguma atividade remunerada, destaca-se que a maioria dos entrevistados pertencentes aos dois grupos estudados, não trabalham.

Dos vereadores jovens que afirmaram trabalhar, 57,14% são meninos e 42,85% são meninas, e ambos possuíam 16 anos no momento da entrevista. 50% dos vereadores jovens que trabalham possuem renda familiar de R\$ 1.131,00 a R\$ 1.695,00, seguidos por 21,42% que possuem renda maior que R\$ 3.390,00.

Dos estudantes que afirmaram desempenhar alguma função remunerada no momento da pesquisa, 48,20% são meninos e 51,79% são meninas, e a maioria desses jovens afirmou ter 17 anos no período do preenchimento do questionário. 24,46% dos estudantes que trabalham possuem renda familiar de R\$ 566,00 a 1.130,00, seguidos por 15,82% que possuem renda familiar de R\$ 1.131,00 a 1.695,00. Segue a representação dos dados na tabela abaixo:

Tabela 4 – Realiza alguma função remunerada atualmente?

	trabalha				Total
	SIM		NÃO		
Vereadores Jovens	14	41,2%	20	58,8%	34
Estudantes	139	30,5%	317	69,5%	456
Total	153		337		490

Elaboração: THOMAZINI, T.D. R.

Ao serem questionados sobre o número de residentes na moradia, tanto o grupo dos vereadores jovens quanto o grupo dos estudantes assinalaram a opção que representava o

número quatro como total de residentes na casa. Se considerarmos as três respostas com maior frequência entre os pesquisados, pode-se estimar que a maioria dos estudantes mora em uma família de 3 a 5 pessoas.

A respeito da renda familiar, destaca-se uma diferença entre os dois grupos estudados. No grupo dos vereadores jovens, a média de renda familiar com maior representatividade é a terceira opção do gráfico, representada pela cor azul, que corresponde ao valor de R\$ 1.131,00 a R\$ 1.695,00. Com relação aos estudantes, a opção com maior representatividade é a que corresponde a cor verde do gráfico, que representa o valor R\$ 566,00 a R\$ 1.131,00. Considerando as três respostas mais frequentes entre os estudantes, observa-se uma renda familiar mais elevada para o grupo dos vereadores jovens em relação aos demais estudantes. As três respostas mais frequentes no grupo dos vereadores jovens são respectivamente R\$ 1,131 a R\$ 1,690, R\$ 1.696 a R\$ 2,060 e acima de R\$ 3,390. Com relação aos estudantes as respostas com maior frequência são respectivamente R\$ 566,00 a R\$ 1,130, não sei; R\$ 1.131,00 a R\$ 1,695,00.

A partir das informações acima, constata-se índices mais elevados acerca da participação de estudantes de escola pública no programa Câmara Jovem. Considerando todo o período de existência do programa, observa-se que a grande maioria dos jovens participantes são meninas, apesar dos dados acima representarem uma participação igualitária de meninos e meninas.

Em sua maioria, os vereadores jovens são estudantes do período matutino e não trabalham. Dado este que se assemelha ao grupo dos estudantes, no qual a maioria afirmou não trabalhar. A respeito dos índices de escolaridade dos pais, a maioria dos vereadores jovens entrevistados, cerca de 35,3%, afirma que o pai concluiu o ensino médio e 32,4% respondeu que a mãe concluiu o ensino fundamental, dados que se diferem dos estudantes do ensino médio, os quais 27,9% responderam que o pai concluiu o Ensino Fundamental, e 28,5% que a mãe concluiu o Ensino Médio.

Ao analisar o número de residentes na casa e a renda familiar, percebe-se que não existem diferenças significativas entre os dois grupos. A média de moradores na residência dos dois grupos é de quatro pessoas e com relação a renda familiar, observa-se índices mais elevados no grupo dos vereadores jovens, no qual a opção com maior representatividade é R\$ 1,131,00 a R\$ 1.695,00, em comparação a dos estudantes, que é R\$ 566,00 a 1.131,00.

5.4.2 Interesse por política, participação em atividades coletivas

As questões abaixo foram elaboradas e selecionadas a partir de consulta realizada em pesquisas acadêmicas brasileiras que utilizaram o instrumento *survey* para verificar, medir e avaliar índices, comportamentos e concepções relacionadas ao processo de socialização política e a relação do público jovem com o modelo político democrático²⁴.

A consulta realizada a estas pesquisas possibilitou a análise de questões utilizadas em diferentes territórios brasileiros, o que proporcionou uma compreensão generalizada a respeito das pesquisas de socialização política e contribuiu na adequação e formulação de questões relacionadas à análise do tema de pesquisa proposto.

Destaca-se que a análise quantitativa das questões propostas, torna-se insuficiente se considerada como único instrumento de análise capaz de explicar a influência do programa Câmara Jovem em seus participantes. Observa-se que a abordagem quantitativa possui limites na explicação de comportamentos e atitudes humanas e os resultados obtidos devem ser questionados em conjunto com outros métodos de pesquisa. Nesse trabalho, os resultados quantitativos obtidos serão analisados em conjunto com a análise qualitativa do programa Câmara Jovem.

A tabela 5 apresenta os dados obtidos acerca da participação dos vereadores jovens e estudantes do ensino médio em atividades desenvolvidas no coletivo e que também podem estar relacionadas ao contexto político. Os jovens foram questionados se já haviam ou não participado das seguintes atividades: grêmio estudantil, protestos e passeatas, partidos políticos, grupo religioso de jovens, conselhos de classe, associação de moradores e sindicatos.

Ainda com o objetivo de verificar o envolvimento dos jovens em atividades relacionadas a política, foi questionado a respeito da participação dos vereadores jovens e dos estudantes nas duas conferências municipais da juventude, realizadas no município nos anos de 2008 e 2011, e também se os mesmos já haviam participado de uma sessão parlamentar da Câmara de Vereadores.

²⁴ Nazzari (1995, 2002, 2005); Schmidt (2000); Baquero (1997, 2003, 2004); Abramo e Venturi (1999); Abramo e Branco (2003).

Tabela 5 – Participação em atividades

	Vereadores Jovens				Estudantes				Total
ATIVIDADES	SIM		NÃO		SIM		NÃO		
Grêmio Estudantil	17	50%	17	50%	43	9,4%	413	90,6%	490
Protestos e Passeatas	17	50%	17	50%	56	12,3%	400	87,7%	490
Partidos Políticos	7	20,6%	27	79,4%	12	2,6%	444	97,4%	490
Grupo religioso de jovens	18	52,9%	16	47,1%	172	37,7%	284	62,3%	490
Conselhos de classe na escola	14	41,2%	20	58,8%	64	14,0%	392	86%	490
Associação de moradores	8	23,5%	26	76,5%	19	4,2%	437	95,8%	490
Sindicatos	2	5,9%	32	94,1%	8	1,8%	448	98,2%	490
Sessão Parlamentar na Câmara de Vereadores	24	70,6%	10	29,4%	39	8,6%	417	91,4%	490

Elaboração: THOMAZINI, T.D. R

A partir dos dados da tabela acima, destaca-se que 50% dos vereadores jovens responderam já ter participado de atividades do grêmio estudantil, em comparação a apenas 9,4% dos demais estudantes. Essas informações se legitimam também nas entrevistas realizadas, nas quais a maioria dos vereadores jovens afirmou ter uma participação efetiva em atividades da escola, em especial relacionadas ao grêmio estudantil e representantes de turma.

Com relação à participação em protestos e passeatas, a diferença nas respostas dos vereadores jovens e estudantes também pôde ser visualizada. Cerca de 50% dos vereadores jovens afirmam já ter participado de ações de protesto e passeatas, em comparação a 12,3% dos estudantes.

Embora os vereadores jovens apresentem uma porcentagem maior acerca da participação em partidos políticos, 20,6% contra 2,6% dos estudantes, a maioria dos jovens pertencentes aos dois grupos afirmam não ter participado desse tipo de atividade, 79,4% dos vereadores jovens e 97,4% dos estudantes.

A respeito do envolvimento dos entrevistados em grupos religiosos de jovens, o percentual de participação dos vereadores jovens também foi maior, representado por 52,9% e 47,1% de não participação. No grupo dos estudantes, o percentual de participação é 37,7% e de não participação 62,3%.

Com relação à participação dos vereadores jovens e estudantes em conselhos de classe na escola, observa-se que a maioria dos entrevistados dos dois grupos afirma não ter

participado dessa atividade, o que corresponde a 58,8% dos vereadores jovens e 86% dos demais estudantes. Entretanto, ao analisarmos os índices de participação, 41,2% dos vereadores jovens e 14,0% dos estudantes, constata-se que os vereadores jovens ainda são mais participativos em atividades escolares, o que nos sugere refletir se a participação e desempenho escolar desses estudantes pode possibilitar e influenciar a participação e atuação dos mesmos no programa Câmara Jovem.

Essa análise pode ser realizada também a respeito do índice de participação dos entrevistados em associações de moradores. Os dados indicam que a grande maioria dos entrevistados dos dois grupos afirmam não ter participado desse tipo de atividade, o que corresponde a 76,5% dos vereadores jovens e 95,8% dos estudantes. Porém, ao considerar o índice de participação, percebe-se que os vereadores jovens possuem maior representatividade, sendo 23,5% de participação em relação a 4,2% dos estudantes. Esse dado também nos propõe uma reflexão acerca do histórico de envolvimento e participação em atividades de cunho coletivo e político dos vereadores jovens antes de participar do programa, histórico que pode ter contribuído para sua escolha ou seleção enquanto vereador jovem.

Com relação às atividades mais direcionadas à política, os entrevistados foram questionados acerca de sua participação nas Conferências Municipais da Juventude e também se já haviam participado de uma sessão parlamentar na Câmara Municipal de Vereadores (Tabela 5 e 6).

Com relação às conferências, os dados obtidos revelam que o número de vereadores jovens que afirmaram ter participado é de 58,9%, se somarmos os números dos que responderam ter participado da primeira em 2008 e da segunda em 2011. Cerca de 41,1% dos vereadores jovens afirmaram não ter participado de nenhuma das conferências. A respeito do grupo de estudantes, a diferença entre os que participaram e os que não participaram é maior, sendo 97,4% o índice dos que não participaram e 2,6% o índice dos que participaram.

A diferença entre vereadores jovens e estudantes acerca da participação em uma sessão parlamentar é expressiva. No grupo dos vereadores jovens 70,6% afirmam já ter participado e 29,4%, responderam que não participaram. No grupo dos estudantes, apenas 8,6% afirmam ter participado em contrapartida a 91,4% que disseram não ter participado.

Tabela 6 – Participação nas Conferências Municipais da Juventude

	Participação nas Conferências Municipais da Juventude				Total
	sim das duas	participei da primeira 2008	participei da segunda 2011	não participei	
Vereadores Jovens	4	4	12	14	34
Demais Estudantes	1	4	7	444	456
Total	5	8	19	458	490

Elaboração: THOMAZINI, T.D. R

A partir da análise dos dados acima sobre a participação dos entrevistados em atividades desenvolvidas no coletivo e associadas ao contexto político, destaca-se que os vereadores jovens apresentaram índices de participação mais elevados em comparação aos demais estudantes. Os dados quantitativos obtidos, somados aos resultados da pesquisa qualitativa, nos indicam a possibilidade da grande maioria dos vereadores jovens já possuírem um comportamento de participação em atividades coletivas antes de participar do programa Câmara Jovem, e que esse perfil participativo pode inclusive, ter possibilitado a escolha destes como vereadores jovens.

Outro elemento que pode ser observado é que a atuação dos estudantes como vereadores jovens pode proporcionar maior acesso à participação em atividades políticas do município (conferências, conselhos, palestras, etc) e também maior proximidade com o poder legislativo, em especial os vereadores.

A tabela 7 apresenta as respostas dos vereadores jovens e estudantes entrevistados acerca de atividades realizadas por eles nas últimas eleições e também no ano de 2011. A análise desses dados tem como propósito verificar os índices de afirmações que podem ser associadas ao interesse dos jovens por política e a participação em atividades coletivas relacionadas a sua comunidade.

Tabela 07– Atividades realizadas na última eleição para prefeito, vereadores e presidente

	Vereadores Jovens				Estudantes				Total
ATIVIDADES	SIM		NÃO		SIM		NÃO		
Assistiu horário político na televisão	30	88,2%	4	11,8%	307	67,3%	149	32,7%	490
Conversou sobre os candidatos com meus familiares	26	76,5%	8	23,5%	252	55,3%	204	44,7%	490
Assistiu debates na televisão	23	67,6%	11	32,4%	225	49,3%	231	50,7%	490

Participou de comícios	9	26,5%	25	73,5%	42	9,2%	414	90,8%	490
Acompanhou notícias sobre política na internet	19	55,9%	15	44,1%	126	27,6%	330	72,4%	490
Conversou com os colegas de escola sobre candidatos	23	67,6%	11	32,4%	182	39,9%	274	60,1%	490
Conversou com meus professores sobre candidatos	21	61,8%	13	38,2%	120	26,3%	336	73,7%	490
Leu reportagens sobre política em jornais/revistas	27	79,4%	7	20,6%	214	46,9%	242	53,1%	490
Participou de grupos para resolver problemas do bairro/comunidade	17	50,00%	17	50,00%	31	6,8%	425	93,2%	490
Fez pedidos para políticos	17	50,00%	17	50,00%	40	8,8%	416	91,2%	490
Conversou com vereador sobre problema da cidade	13	38,2%	21	61,8%	44	9,6%	412	90,4%	490
Conversou com professores, diretores, coordenadores sobre problemas da escola	25	73,5%	9	26,5%	157	34,4%	299	65,6%	490
Conversou com o representante do grêmio estudantil sobre problemas da escola.	15	44,1%	19	55,9%	79	17,3%	377	82,7%	490

Elaboração: THOMAZINI, T.D.R

A partir dos dados apresentados na tabela 07, constata-se que os vereadores jovens obtiveram índices afirmativos mais elevados na grande maioria das questões quando comparados às respostas afirmativas dos estudantes do ensino médio.

A respeito das questões: “Assistiu horário político na televisão nas últimas eleições?”, “Assistiu debates dos candidatos na televisão nas últimas eleições?”, “Leu reportagens em jornais ou revistas sobre assuntos relacionados a política neste ano?”, e “Acompanhou notícias sobre política na internet neste ano?”, observa-se que em todas as questões os vereadores jovens apresentaram maior número de respostas afirmativas, sendo: 88,2% dos vereadores jovens e 67,3% dos estudantes, na primeira questão; 67,6% e 49,3%, respectivamente, na segunda questão; 79,4% e 46,9% respectivamente, na terceira questão; e 55,9% e 44,1% respectivamente, na última questão. Ao compararmos a televisão e a internet como fontes de informação a respeito do cenário político, destaca-se que a televisão ainda

possui índices mais elevados, o que confirma a influência desse meio de comunicação na formação dos indivíduos acerca da política.

Essa diferença nas respostas dos dois grupos também pode ser observada nas perguntas que visavam verificar se os entrevistados haviam conversado sobre os candidatos com familiares, colegas de escola e professores nas últimas eleições. Novamente, o grupo dos vereadores jovens apresentou maiores índices de respostas afirmativas, sendo 76,5% que afirmou ter conversado com a família sobre candidatos, 67,6% que afirma ter conversado com colegas de escola sobre o tema; e 61,8% afirmam ter conversado sobre candidatos a cargos públicos com professores.

Tendo como objetivo verificar a participação dos entrevistados em atividades que buscassem melhorias para sua escola e comunidade, os estudantes dos dois grupos de análise foram questionados se já haviam conversado com diretores, professores, coordenadores e representantes do grêmio estudantil sobre problemas da escola, bem como se já haviam conversado com vereadores e/ou outros políticos sobre problemas de sua comunidade, e participado de grupos para resolver problemas do seu bairro.

Cerca de 50% dos vereadores jovens afirmaram que fizeram pedidos para políticos nas últimas eleições e disseram já ter participado de grupos para resolver problemas de seu bairro. Esse número é maior do que o índice de estudantes que fizeram essas atividades. Apenas 8,8% dos estudantes fizeram pedidos para políticos e 6,8% afirmaram ter participado de grupos para resolver problemas do bairro.

Com relação ao contexto escolar, 73,5% dos vereadores jovens responderam que conversaram com professores, diretores e coordenadores sobre problemas da escola e 44,1% disseram ter conversado com representantes do grêmio sobre dificuldades da escola. No grupo dos estudantes, 34,4% afirma ter conversado com os profissionais da escola sobre a mesma e apenas 17,3% disseram ter conversado com representantes do grêmio sobre possíveis problemas presentes no contexto escolar.

Dessa forma, os dados evidenciam que os vereadores jovens apresentaram índices mais elevados de interesse por assuntos relacionados à política no último ano e no último período eleitoral, possuindo comportamento mais participativo em questões que envolvem sua escola e comunidade.

A partir dessas informações, a reflexão que se propõe é se esses estudantes já possuíam esse perfil antes de participar do programa, e em que medida o envolvimento com a Câmara Jovem pode enfatizar esse comportamento participativo.

5.4.3 Concepção acerca da democracia e eficácia política

A concepção dos indivíduos a respeito do modelo político democrático é um elemento de análise frequentemente utilizado em pesquisas que visam analisar cultura e socialização política. Segundo Krischke (2011), esses estudos são importantes porque verificam e discutem a disposição dos indivíduos em apoiar ou não o regime democrático, identificando elementos capazes de influenciar a relação das pessoas com a democracia.

Ao analisar pesquisas já realizadas no contexto brasileiro que tiveram como objetivo entender e discutir a relação do jovem com a política²⁵, considerou-se relevante para a análise do problema e dos objetivos dessa pesquisa, propor questões que pudessem contribuir no entendimento de como os jovens estudados (vereadores jovens e estudantes do ensino médio) entendem o regime democrático e sua capacidade de influenciar o contexto político.

O objetivo nesse momento é comparar os índices de adesão à democracia e eficácia política obtidos através das questões objetivas propostas entre os vereadores jovens e demais estudantes, e a partir disso, avaliar em que medida o programa Câmara Jovem pode ser um elemento de influência na formação de concepções políticas relacionadas à democracia, nos jovens participantes.

Com o objetivo de observar índices de eficácia política, os entrevistados foram questionados acerca da possibilidade dos jovens influenciarem o contexto político e a importância da política em suas vidas, foram elaboradas as seguintes afirmações: “A maioria dos jovens não tem motivação para a política”, “O jovem pode influenciar a política”, “Os jovens não conseguem participar da política, pois não tem condições de entender esse assunto, que é difícil e complexo”, “É importante o jovem participar da política”, “A política influencia nossa vida”. Salienta-se que para cada afirmação, existia quatro possibilidades de resposta: concordo totalmente, concordo parcialmente, discordo, tenho dúvidas em responder. As respostas à essas afirmações podem ser verificados nas tabelas abaixo, de 08 a 12.

Tabela 08 – A maioria dos jovens não tem motivação para a política

	Concordo		Concordo parcialmente		Discordo		Dúvidas em responder		Total
Vereadores Jovens	18	52,9%	10	29,4%	4	11,8%	2	5,9%	34

²⁵ Nazzari (1995, 2002, 2005); Schmidt (2000); Baquero (1997, 2003, 2004); Silveira e Amorim (2005); Abramo e Venturi (1999); Abramo e Branco (2003).

Estudantes	268	58,8%	114	25,00%	44	9,6%	30	6,6%	456
------------	-----	-------	-----	--------	----	------	----	------	-----

Elaboração: T HOMAZINI, T.D.R

Tabela 09 – O jovem pode influenciar a política

	Concordo		Concordo parcialmente		Discordo		Dúvidas em responder		Total
Vereadores Jovens	30	88,2%	1	2,9%	3	8,8%	0	0,00%	34
Estudantes	295	64,7%	83	18,2%	32	7%	46	10,1%	456

Elaboração: THOMAZINI, T.D.R

Tabela 10 – Os jovens não conseguem participar da política, pois não têm condições de entender esse assunto, que é difícil e complexo.

	Concordo		Concordo parcialmente		Discordo		Dúvidas em responder		Total
Vereadores Jovens	2	5,9%	3	8,8%	28	82,4%	1	2,9%	34
Estudantes	47	10,3%	69	15,1%	292	64,0%	48	10,5%	456

Elaboração: THOMAZINI, T.D.R.

Tabela 11 - É importante o jovem participar da política

	Concordo		Concordo parcialmente		Discordo		Dúvidas em responder		Total
Vereadores Jovens	32	94,1%	1	2,9%	1	2,9%	0	0,00%	34
Estudantes	324	71,1%	79	17,3%	26	5,7%	27	5,9%	456

Elaboração: THOMAZINI, T.D.R

Tabela 12 – A política influencia nossa vida

	Concordo		Concordo parcialmente		Discordo		Dúvidas em responder		Total
Vereadores Jovens	31	91,2%	3	8,8%	0	0,00%	0	0,00%	34
Estudantes	287	62,9%	105	23,%	38	8,3%	26	5,7%	456

Elaboração: THOMAZINI, T.D.R

A partir dos dados apresentados, verifica-se que 52,9% dos vereadores jovens e 58,8% dos estudantes de ensino médio concordaram com a afirmação: “A maioria dos jovens não tem motivação para a política”. A respeito da possibilidade do jovem influenciar a política, a

maioria dos adolescentes pesquisados disseram concordar com a afirmação, sendo 88,2% dos vereadores jovens contra 64,7% dos estudantes.

A maioria dos dois grupos discordou da afirmação de que os jovens não possuem condições de participar da política, o que corresponde a 82,4% dos vereadores jovens e 64% dos estudantes. 94,1% dos vereadores jovens reconhecem a importância do jovem participar da política. No grupo dos estudantes, a maioria também concorda com a afirmação, 71,1%. 91,2% dos vereadores jovens e 62,9% dos estudantes concordam que a política influencia nossa vida.

Os dados acima nos indicam que, embora a maioria dos entrevistados pertencentes aos dois grupos de análise concorde que o jovem não tem motivação para a política, a maioria a considera um elemento capaz de influenciar sua vida e concordam que também podem influenciá-la. As informações evidenciam ainda índices maiores de eficácia política no grupo dos vereadores jovens. Destaca-se nesse sentido, a possibilidade desses dados estarem associados à participação e envolvimento dos jovens no programa, que ao proporcionar espaços de discussão e análise do contexto político podem fazer com que o jovem se sinta capaz de influenciar politicamente sua realidade.

Os estudantes e vereadores jovens foram questionados acerca de: “Qual cargo político uma pessoa como você é capaz de alcançar, caso se esforce para isso?”. A referida pergunta foi utilizada por Schmidt (2000) em pesquisa sobre socialização política da juventude para medir e comparar índices de eficácia política em dois públicos distintos: os jovens e seus pais. Nessa pesquisa, a questão tem como objetivo comparar os índices dos grupos estudados, vereadores jovens participantes do programa Câmara Jovem e demais estudantes do ensino médio do município de Cascavel, com relação ao sentimento de influenciar o contexto político em que vivem.

Os dados indicam, primeiramente, que os dois grupos apresentam baixos índices de respostas afirmativas em relação à possibilidade de ocupar um cargo público. Em um segundo momento, percebe-se que o grupo dos vereadores jovens apresentou menores índices de respostas na alternativa “nenhum”, sendo 8,8%, e maiores índices de respostas nas alternativas “presidente da república” (35,3%) e “vereador” (26,5%). Com relação ao grupo dos estudantes, a alternativa “nenhum” obteve maior número de respostas, o que corresponde a 33,6%, seguida pela alternativa “presidente da república”, que obteve cerca de 27% de respostas.

Os dados nos instigam a uma reflexão acerca da possível influência que o programa Câmara Jovem pode ter na formação de concepções políticas dos jovens participantes. A

inserção e contato com as relações sociais e políticas do contexto legislativo pode aproximar o jovem do cenário político, e a própria dinâmica de participação do jovem no programa (sessões e proposições) pode influenciar o sentimento de eficácia política dos vereadores jovens. O fato dos demais estudantes não vivenciarem o “rito” das sessões e não participarem da elaboração de proposições e indicações em conjunto com outros elementos, pode contribuir para um distanciamento do interesse do jovem pela política e na diminuição de seu sentimento de influenciar as ações e decisões políticas de sua comunidade.

As informações apresentadas nas tabelas 13 a 19 têm como objetivo apresentar os índices correspondentes às opiniões dos jovens entrevistados sobre afirmações associadas à importância dos partidos políticos, regime político democrático e ditatorial. As questões buscam evidenciar a concepção dos jovens a respeito do modelo democrático e estabelecer comparações entre os dois grupos pesquisados.

Tabela 13 – Os partidos políticos são importantes para o Brasil

	Concordo		Concordo parcialmente		Discordo		Dúvidas em responder		Total
Vereadores Jovens	20	58,8%	12	35,3%	1	2,9%	1	2,9%	34
Estudantes	236	51,8%	136	29,8%	50	11%	34	7,5%	456

Elaboração: THOMAZINI, T.D.R

Tabela 14 – É bom para o Brasil ter muitos partidos políticos

	Concordo		Concordo parcialmente		Discordo		Dúvidas em responder		Total
Vereadores Jovens	5	14,7%	16	47,1%	11	32,4%	2	5,9%	34
Estudantes	62	13,6%	124	27,2%	188	41,2%	82	18%	456

Elaboração: THOMAZINI, T.D.R

Tabela 15 – Seria melhor se no Brasil existisse apenas um partido político

	Concordo		Concordo parcialmente		Discordo		Dúvidas em responder		Total
Vereadores Jovens	4	11,8%	3	8,8%	22	64,7%	5	14,7%	34
Estudantes	82	18%	75	16,4%	218	47,8%	81	17,8%	456

Elaboração: THOMAZINI, T.D.R

Tabela 16 – A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo

	Concordo		Concordo parcialmente		Discordo		Dúvidas em responder		Total
Vereadores Jovens	21	61,8%	9	26,5%	1	2,9%	3	8,8%	34
Estudantes	164	36%	109	23,9%	55	12,1%	128	28,1%	456

Elaboração: THOMAZINI, T.D.R

Tabela 17 - Em certas situações é melhor uma ditadura do que um regime democrático

	Concordo		Concordo parcialmente		Discordo		Dúvidas em responder		Não Respondeu	Total
Vereadores Jovens	3	8,8%	4	11,8%	20	58,8%	7	20,6%	0	34
Estudantes	54	11,8%	83	18,2%	199	43,6%	119	26,1%	1	456

Elaboração: THOMAZINI, T.D.R

Tabela 18 - O fato de o governo ser uma democracia ou uma ditadura não influencia nossa vida

	Concordo		Concordo parcialmente		Discordo		Dúvidas em responder		Total
Vereadores Jovens	0	0,00%	3	8,8%	23	67,6%	8	23,5%	34
Estudantes	44	9,6%	62	13,6%	256	56,1%	94	20,6%	456

Elaboração: THOMAZINI, T.D.R

Com relação à opinião dos entrevistados sobre partidos políticos, 58,8% dos vereadores jovens e 51,8% dos estudantes concordam que os partidos políticos são importantes para o Brasil. A respeito da afirmação: “É bom para o Brasil ter muitos partidos políticos”, as opiniões dos dois grupos se divergem. 47,1% dos vereadores jovens concordam parcialmente e 41,2% dos estudantes discordam. A maioria dos entrevistados dos dois grupos discorda da afirmação: “Seria melhor se, no Brasil, tivesse apenas um partido político”, o que corresponde a 64,7% dos vereadores jovens e 47,8% dos estudantes.

A respeito da afirmação: “A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”, verifica-se que no grupo dos vereadores jovens a maioria respondeu que concorda com a afirmação (61,8%), seguidos por 26,5% dos que afirmam concordar parcialmente. No grupo dos estudantes, percebe-se a ocorrência de respostas mais divididas,

sendo que 36% responderam que concordam com a afirmação, 28,1% disseram ter dúvidas em responder e 23,9% afirmaram concordar parcialmente.

A maioria dos entrevistados discordou da afirmação: “Em certas situações é melhor uma ditadura do que um regime democrático”, 58,8% dos vereadores jovens e 43,6% dos estudantes. 67,6% dos vereadores jovens e 56,1% dos estudantes também discordaram da afirmação: “O fato de o governo ser uma democracia ou uma ditadura não influencia nossa vida”.

Com o objetivo de verificar a concepção dos estudantes sobre o voto, foram elaboradas as seguintes afirmações: “Eu votaria mesmo que o voto não fosse obrigatório” e “Acredito que o jovem precisa ter interesse em votar com 16 anos e não esperar a obrigatoriedade do voto aos 18 anos”. Como resposta os entrevistados poderiam assinalar uma das opções seguintes: concordo, concordo parcialmente, discordo, dúvidas em responder.

As tabelas 20 e 21, e os gráficos 7 e 8 apresentam as respostas dos entrevistados a respeito do voto.

Tabela 19 - Eu votaria mesmo que o voto não fosse obrigatório

	Concordo		Concordo parcialmente		Discordo		Dúvidas em responder		Total
Vereadores Jovens	28	82,4%	4	11,8%	2	5,9%	0	0,00%	34
Estudantes	241	52,9%	56	12,3%	124	27,2%	35	7,7%	456

Elaboração: THOMAZINI, T.D.R

Tabela 20 - Acredito que o jovem precisa ter interesse em votar com 16 anos e não esperar a obrigatoriedade do voto aos 18 anos.

	Concordo		Concordo parcialmente		Discordo		Dúvidas em responder		Total
Vereadores Jovens	30	88,2%	2	5,9%	2	5,9%	0	0%	34
Estudantes	256	56,1%	88	19,3%	83	18,2%	29	6,4%	456

Elaboração: THOMAZINI, T.D.R

Cerca de 82,4% dos vereadores jovens concordaram com a afirmação de que votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório. No grupo dos estudantes, a maioria também concordou com a afirmação, 52,9%. Discordaram da afirmação, 5,9% dos vereadores jovens e 27,2% dos estudantes. A maioria dos entrevistados concordou com a afirmação de que o

jovem precisa votar antes dos 18 anos, o que corresponde a 88,2% dos vereadores jovens e 56,1% dos estudantes.

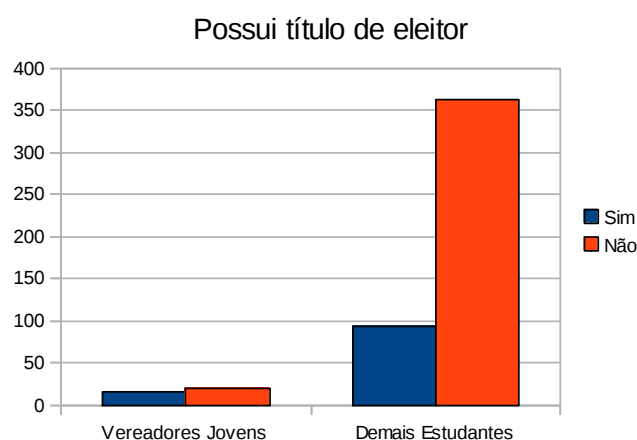


Gráfico 1 – Título de eleitor

ELABORAÇÃO: THOMAZINI, T.D.R.

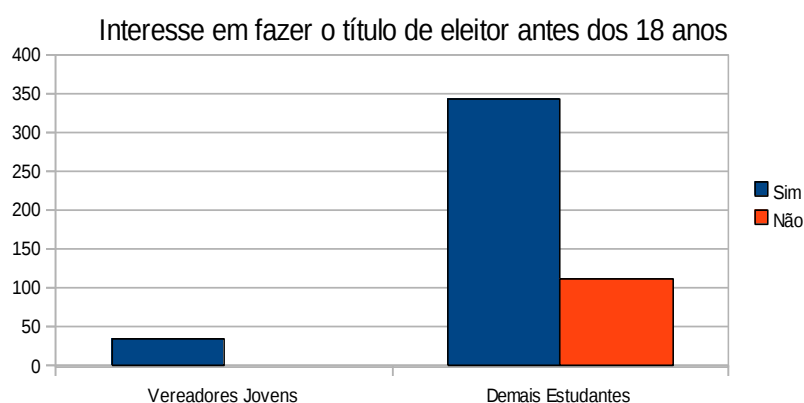


Gráfico 2 – Tem interesse em fazer o título de eleitor antes dos 18 anos?

ELABORAÇÃO: THOMAZINI, T.D.R

Segundo os dados dos gráficos 1 e 2, a maioria dos vereadores jovens e dos estudantes de ensino médio não possuem título de eleitor (55,9% dos vereadores jovens e 79,4% dos estudantes). Entretanto, a maioria dos entrevistados afirma ter interesse em fazer o título antes dos 18 anos (100% dos vereadores jovens e 75% dos estudantes). Destaca-se que na questão: “Tem interesse em fazer o título antes dos 18 anos?”, considerou-se também aqueles que o fizeram antes dos 18 anos.

Após a apresentação e análise dos dados, observa-se que embora não seja possível identificar contradições nas respostas dos dois grupos pesquisados, constata-se a frequência

de índices mais elevados acerca das afirmações propostas no grupo dos vereadores jovens. Nesse grupo pode ser identificado índices maiores de eficácia política, que, embora concordem com a afirmação de que os jovens não têm motivação para a política, a consideram como elemento de importante influência em suas vidas e também reconhecem a possibilidade de influenciá-la. Salienta-se que essa concepção também é evidenciada no grupo dos estudantes, porém, em menor porcentagem. A possibilidade de alcançar um cargo político também apresenta maiores índices no grupo dos vereadores jovens, pergunta esta utilizada também para verificar a concepção dos entrevistados acerca de sua possibilidade de influir politicamente.

Acerca da concepção dos entrevistados sobre partidos e regimes políticos, destaca-se suaves divergências nas respostas apresentadas dos dois grupos sobre as afirmações propostas. A maioria dos estudantes pelos dois grupos afirmou concordar com a afirmação de que os partidos políticos são importantes para o Brasil. A respeito da afirmação de que é bom para o Brasil ter muitos partidos políticos, o grupo dos vereadores jovens respondeu concordar parcialmente, ou seja, com certo grau de desconfiança, e no grupo dos estudantes, a maioria discorda da afirmação. Apesar dos estudantes dos dois grupos, não concordarem totalmente com a existência de muitos partidos no Brasil, também discordam da afirmação de que deveria existir apenas um partido. Observa-se índices mais divididos e contraditórios nesse conjunto de questões, o que nos sugere avaliar como confuso e limitado o conhecimento e a concepção dos entrevistados acerca dos partidos e sua importância para o Brasil e a democracia.

Com relação à concepção dos entrevistados acerca dos regimes políticos e da importância do voto, verifica-se que não existem contradições nas respostas dos dois grupos de estudantes, ambos concordaram que a democracia é sempre a melhor forma de governo; discordaram que, em certas situações, a existência de uma ditadura seja melhor e também discordaram da afirmação de que o tipo de regime político não influencia o modo de vida das pessoas. Entretanto, embora não existam divergências nas respostas, observa-se a presença de índices mais elevados nas respostas dos vereadores jovens. Os índices mais elevados também estão presentes nas respostas acerca do voto, que a maioria dos vereadores jovens afirma que votaria mesmo que o voto não fosse obrigatório e pensa ser importante o jovem votar antes dos 18 anos. Dados também expressos no grupo dos estudantes, porém, em menor porcentagem. (Gráficos 1 e 2).

Ao analisar a possível influência do programa Câmara Jovem na representação de maiores índices de concordância com a democracia e importância do voto apresentados pelos

vereadores jovens, constata-se que a organização da participação dos jovens no programa privilegia e reproduz concepções representativas de participação, nas quais o voto se legitima como elemento mais comum e representativo da vontade dos indivíduos.

Dessa forma, a atuação como vereador jovem possibilita que a interação com as regras do jogo democrático seja acentuada, o que pode aproximar o jovem do contexto representativo e influenciar sua aceitação à democracia e às instituições políticas.

5.4.4 Confiança política

Conforme dito no capítulo 2, a confiança nas instituições e nos sujeitos políticos, em conjunto com outros elementos, como o associativismo e a organização em redes de trabalho, caracterizam o conceito de capital social, utilizado como uma variável de análise do regime político e da participação política dos indivíduos e grupos sociais.

Baquero (2004), considera que a confiança nas instituições e nos indivíduos contribui na formação de associações secundárias e no entendimento das regras do jogo democrático. Elementos estes que são importantes para a promoção da participação política dos sujeitos, bem como para a estabilidade do regime democrático. Entretanto, utilizando uma diferente perspectiva, o autor destaca a necessidade de existir graus de desconfiança política para a qualidade do regime democrático. Segundo o autor, “[...] a confiança excessiva promove a apatia política e reduz a capacidade de fiscalização dos cidadãos e, conseqüentemente, de controle sobre o governo, fatores esses que limitam a eficiência da democracia”. (BAQUERO, 2004, p. 140).

A tabela 21 apresenta os índices de confiança dos entrevistados (vereadores jovens e estudantes) acerca de instituições sociais e políticas e também sujeitos públicos relacionados a essas instituições.

A análise dos dados abaixo tem como propósito verificar diferenças e semelhanças nos índices de confiança dos dois grupos estudados e avaliar em que medida a participação no programa Câmara Jovem pode influenciar o aumento ou não dos índices de confiança nas instituições políticas e sociais dos jovens participantes.

Tabela 21 – Confiança nas instituições sociais e políticas

		Confio totalmente	Confio até certo ponto		Não Confio		Não sei responder		Total
Governo Federal	Vereadores Jovens	2,9%	28	82,4%	3	8,8%	2	5,9%	34
	Estudantes	1,8%	243	53,3%	156	34,2%	49	10,7%	456
Governo Estadual	Vereadores Jovens	2,9%	29	85,3%	4	11,8%	0	0,00%	34
	Estudantes	2,6%	242	53,1%	152	33,3%	50	11%	456
Governo Municipal	Vereadores Jovens	0,00%	27	79,4%	6	17,6%	1	2,9%	34
	Estudantes	4,2%	240	52,6%	149	32,7%	48	10,5%	456
Deputados Estaduais	Vereadores Jovens	8,8%	24	70,6%	6	17,6%	1	2,9%	34
	Estudantes	1,5%	198	43,4%	197	43,2%	54	11,8%	456
Vereadores	Vereadores Jovens	2,9%	28	82,4%	5	14,7%	0	0,00%	34
	Estudantes	2%	194	42,5%	206	45,2%	47	10,3%	456
Partidos Políticos	Vereadores Jovens	2,9%	26	76,5%	7	20,6%	0	0,00%	34
	Estudantes	2%	174	38,2%	223	48,9%	50	11%	456
Igreja	Vereadores Jovens	47,1%	13	38,2%	3	8,8%	2	5,9%	34
	Estudantes	47,1%	169	37,1%	53	11,6%	19	4,2%	456
Família	Vereadores Jovens	79,4%	7	20,6%	0	0,00%	0	0,00%	34
	Estudantes	79,4%	75	16,4%	13	2,9%	6	1,3%	456
Escola	Vereadores Jovens	41,2%	19	55,9%	1	2,9%	0	0,00%	34
	Estudantes	33,8%	238	52,2 %	51	11,2%	13	2,9%	456
Professores	Vereadores Jovens	50,00%	15	44,1%	2	5,9%	0	0,00%	34
	Estudantes	30%	249	54,6%	55	12,1%	15	3,3%	456
Amigos	Vereadores Jovens	52,9%	13	38,2%	3	8,8%	0	0,00%	34

	Estudantes	41,7%	225	49,3%	33	7,2%	8	1,8%	456
Pessoas	Vereadores Jovens	2,9%	25	73,5%	8	23,5%	0	0,00%	34
	Estudantes	4,8%	265	58,1%	138	30,3%	31	6,8%	456

Elaboração: THOMAZINI, T.D.R.

Com relação às instituições políticas, observa-se que os vereadores jovens apresentaram índices de confiança mais elevados em comparação aos estudantes. A alternativa “confio parcialmente”, que pode ser entendida como uma confiança com restrições, com certo grau de desconfiança, foi respondida por 82,4% dos vereadores jovens com relação ao governo federal, 85,3% dos vereadores jovens e 53,1% dos estudantes e acerca do governo estadual, 79,4% dos vereadores jovens e 52,6% dos estudantes a respeito do governo municipal.

Quanto à confiança nos deputados estaduais, 70,6% dos vereadores jovens responderam a alternativa “confio até certo ponto”, e no grupo dos estudantes as respostas se dividiram entre: “confio até certo ponto” (43,4%), e “não confio” (43,2%). Com relação à confiança nos vereadores e nos partidos políticos, verifica-se diferenças nas respostas dos dois grupos analisados. Cerca de 82,4% dos vereadores jovens afirmaram confiar até certo ponto nos vereadores, em comparação a 45,2% dos estudantes que afirmam não confiar. 48,9% dos estudantes responderam não confiar em partidos políticos, em comparação a 76,5% dos vereadores jovens que afirmaram confiar até certo ponto.

Os dados indicam que embora os dois grupos possuam respostas aproximadas, em alguns momentos, os vereadores jovens apresentam maiores índices de confiança nas instituições e sujeitos políticos em comparação aos demais estudantes.

Com relação à confiança nas instituições sociais, percebe-se, através dos índices obtidos, maior aproximação entre os dois grupos quando compara-se a confiança nas instituições políticas. Observa-se que os dois grupos apresentaram resultados aproximados nas respostas sobre a confiança na igreja (47,1% dos vereadores jovens e 47,1% dos estudantes afirmaram confiar totalmente), família (79,4% dos vereadores jovens e 79,4% dos estudantes confiam totalmente), escola (55,9% dos vereadores jovens e 52,2% dos estudantes confiam até certo ponto).

A respeito da confiança nos professores, amigos e pessoas, 50% dos vereadores jovens afirmam confiar totalmente nos professores, em comparação a 30% dos estudantes. 52,9% dos vereadores jovens disseram confiar totalmente nos amigos, em relação a 41,7% dos

estudantes. 73,5% dos vereadores jovens responderam confiar até certo ponto nas pessoas, enquanto 58,1% dos estudantes.

A tabela 22 apresenta a opinião dos entrevistados a respeito da frase: “Todos os políticos são corruptos”. A afirmação tem o objetivo de identificar a concepção dos jovens acerca da corrupção e contribuir na análise dos índices de confiança política dos vereadores jovens e estudantes pesquisados.

Segundo Baquero (2004), a percepção dos indivíduos acerca da corrupção é um elemento que influencia na desconfiança política e em consequência “diminui a fé das pessoas no processo político” (BAQUERO, 2004, p. 137). O autor complementa que a existência ou não de corrupção indica o desempenho político, e que quando há índices elevados, reduzem a adesão às instituições e ao próprio modelo democrático.

Tabela 22 - Todos os políticos são corruptos

	Concordo		Concordo parcialmente		Discordo		Dúvidas em responder		Total
Vereadores Jovens	2	5,9%	7	20,6%	22	64,7%	3	8,2%	34
Estudantes	98	21,5%	180	39,5%	92	20,2%	86	18,9%	456

ELABORAÇÃO: THOMAZINI, T.D.R

Os dados indicam que um maior número de estudantes responderam concordar com a afirmação: “Todos os políticos são corruptos”, cerca de 21,5% e 5,9% dos vereadores jovens. A respeito dos que concordam com a frase com restrições temos 20,6% para os vereadores jovens e 39,5% para os estudantes. O número de entrevistados que discordaram da afirmação foi 64,7% no grupo dos vereadores jovens e 20,2% no grupo dos estudantes.

Os dados das tabelas 21 e 22 nos possibilitam verificar índices mais elevados de confiança política no grupo dos vereadores jovens e maiores índices de desconfiança política no grupo dos estudantes. A respeito da percepção da corrupção, os vereadores jovens também apresentaram maiores índices de discordância acerca da afirmação de que todos os políticos são corruptos, o que indica uma maior confiança no desempenho dos sujeitos públicos em comparação aos estudantes.

Ao relacionar os resultados obtidos com a possível influência que o programa Câmara Jovem pode ter no aumento da confiança política dos jovens participantes, observa-se que o contato dos vereadores jovens com o poder legislativo, em especial com os sujeitos que atuam como vereadores e com os trâmites burocráticos que envolvem o fazer político na câmara de vereadores, aproxima os das regras e normas do jogo democrático. Essa aproximação pode

influenciar a aceitação do regime democrático por parte dos participantes e aumentar a confiança desses jovens acerca das instituições sociais e políticas.

Em uma outra perspectiva, índices elevados de confiança nas instituições e sujeitos políticos, como já destacado por Baquero (2004), podem resultar em uma redução de fiscalização e controle das ações do legislativo e executivo, por parte desses sujeitos.

Uma análise que exemplifica essa concepção pôde ser feita durante o período de observação das sessões do programa Câmara Jovem no ano de 2011. Durante o segundo semestre de 2011, a Câmara Municipal de Cascavel foi palco de inúmeras denúncias de corrupção, investigações e protestos acerca das acusações realizadas e recebidas por parte de alguns vereadores da cidade. Durante todo o período de investigações, a Câmara Jovem e os vereadores jovens se mantiveram neutros e não realizaram debates e análises sobre o assunto durante as sessões do programa e nem protestos a respeito dos acontecimentos políticos que os envolvia.

O fato do programa ser organizado pelo legislativo e as sessões ocorrerem no espaço da Câmara de Vereadores pode ter influenciado a não participação dos estudantes e de seus coordenadores a respeito dessa situação. Observa-se que o não envolvimento da Câmara Jovem nos assuntos relacionados ao legislativo municipal, como denúncias e investigações das ações feitas pelos vereadores, destaca o caráter de aprendizagem do poder legislativo e limita a possibilidade do programa ser uma instância de debate e ação do público jovem frente aos problemas do município.

5.4.5 Integração do Programa Câmara Jovem com a comunidade escolar

Integrar a comunidade escolar com o poder legislativo municipal, por meio do programa Câmara Jovem, é um dos objetivos do programa mencionados em sua resolução de criação 011/2007, e também presente no discurso dos vereadores que idealizaram e elaboraram o projeto do programa e dos coordenadores que organizam a participação dos estudantes no mesmo.

A tabela 23 tem como propósito apresentar os índices referentes à concepção dos estudantes do ensino médio acerca do programa Câmara Jovem. Os estudantes foram questionados a respeito do funcionamento do programa, do seu conhecimento a respeito da atuação dos vereadores jovens e da escola enquanto espaço de mediação entre o programa e a comunidade escolar.

Tabela 23 – Programa Câmara Jovem e a comunidade escolar

		Sim		Não		Não Sei		NR		
Você já ouviu falar do programa Câmara jovem?	Vereadores Jovens	34	100%	0	0%	0	0%	0	0%	34
	Estudantes	332	72,8%	105	23%	19	4,2%	0	0%	456
Você sabe como funciona o programa Câmara Jovem?	Vereadores Jovens	33	97,1%	1	2,9%	0	0%	0	0%	34
	Estudantes	97	21,3%	302	66,2%	56	12,3%	1	0,2%	456
Você conversa com o vereador jovem de sua escola sobre problemas, dificuldades e sugestões que envolvem o contexto escolar e a sua comunidade?	Estudantes	24	5,3%	392	86%	39	8,6%	1	0,2%	456
Sua escola realiza eleições para a escolha do vereador jovem?	Vereadores Jovens	21	61,8%	9	26,5%	4	11,8%	0	0%	34
	Estudantes	139	30,5%	186	40,8%	131	28,7%	0	0%	456
Na sua escola existem espaços e momentos de apresentação das informações e discussões do programa Câmara Jovem?	Vereadores Jovens	14	41,2%	19	55,9%	1	2,9%	0	0%	34
	Estudantes	74	16,2%	248	54,4%	134	29,4%	0	0%	456
O vereador jovem de sua escola compartilha com os demais alunos informações do programa Câmara Jovem?	Vereadores Jovens	20	58,8%	12	35,3%	2	5,9%	0	0%	34
	Estudantes	55	12,1%	256	56,1%	145	31,8%	0	0%	456
O vereador jovem	Vereadores	23	67,6%	9	26,5%	2	5,9%	0	0%	34

de sua escola solicita a participação dos demais estudantes na identificação de problemas que possam ser discutidos pela Câmara Jovem?	Jovens									
	Estudantes	61	13,4%	244	53,5%	151	33,1%	0	0%	456
Você acha o programa importante para os estudantes de sua escola?	Vereadores Jovens	31	91,2%	1	2,9%	2	5,9%	0	0%	34
	Estudantes	243	53,3%	101	22,1%	112	24,6%	0	0%	456
Você acha o programa Câmara Jovem importante para os jovens do município?	Vereadores Jovens	30	88,2%	1	2,9%	3	8,8%	0	0%	34
	Estudantes	255	55,9%	93	20,4%	108	23,7%	0	0%	456
Você gostaria de ter mais conhecimento a respeito do funcionamento do programa Câmara Jovem?	Vereadores Jovens	28	82,4%	3	8,8%	3	8,8%	0	0%	34
	Estudantes	216	47,4%	157	34,4%	83	18,2%	0	0%	456

Elaboração: THOMAZINI, T.D.R

A partir dos dados acima, verifica-se que a maioria dos estudantes já ouviu falar do programa Câmara Jovem, cerca de 72,8%. Entretanto, 66,2% dos estudantes disseram não conhecer o funcionamento do mesmo. Apenas 5,3% dos estudantes afirmaram conversar com os vereadores jovens a respeito de problemas de sua comunidade e escola, e 86% de estudantes afirmam não conversar com os vereadores jovens de sua escola.

Verifica-se diferenças nas respostas dos vereadores jovens e dos estudantes com relação à realização de eleições para a escolha de vereadores jovens. No grupo dos estudantes, 30,5% afirmaram que a escola realiza eleições, 40,8% responderam que a escola não realiza eleições e 28,7% disseram não saber responder a questão. No grupo dos vereadores jovens, 61,8% afirmaram que a escola realiza eleições para a escolha dos vereadores jovens, 26,5% responderam que a escola não realiza e 11,8% disseram não saber responder a questão.

Com relação à existência de espaços e momentos na escola para a apresentação das informações e discussões do programa Câmara Jovem, apenas 16,2% dos estudantes responderam positivamente a questão, 54,4% disseram que a escola não possui esses momentos e 29,4% afirmaram não saber responder a pergunta. No grupo dos vereadores jovens, as respostas se dividem nesse sentido, 41,2% afirmaram que a escola proporciona espaços de apresentação das discussões do programa Câmara Jovem e 55,9% disseram que a escola não realiza essa atividade.

A respeito da pergunta: “O vereador jovem de sua escola solicita a participação dos demais estudantes na identificação de problemas que possam ser discutidos pela Câmara Jovem?”, 53,5% dos estudantes responderam negativamente à questão, 33,1% afirmaram não saber responder a pergunta e apenas 13,4% responderam positivamente. Com relação aos vereadores jovens, 67,6% afirmaram que solicitam a participação dos demais estudantes nos assuntos da Câmara Jovem e 26,5% reconheceram não solicitar a participação dos demais colegas.

A respeito da importância do programa, os dois grupos consideram importante para os jovens da escola e do município, no qual 91,17% dos vereadores jovens e 53,28% dos estudantes reconhecem que o programa é importante para a escola e 88,23% dos vereadores jovens e 55,92% dos estudantes afirmaram que o programa é importante para o município.

Cerca de 47,4% dos estudantes afirmaram ter interesse em conhecer mais o programa, 34,4% disseram não ter interesse em ter mais conhecimento sobre o programa e 18,2% não souberam responder.

Os índices acima evidenciam que a integração do programa com a comunidade escolar e a relação entre vereadores jovens e seus representados possui significativas limitações. Cerca de 66,2% dos estudantes não sabem como o programa funciona, 86% afirmaram não conversar com os vereadores jovens sobre problemas de sua comunidade e escola, 54,4% dos estudantes e 55,9% dos vereadores jovens disseram que a escola não possui espaços de apresentação das informações e discussões do programa Câmara Jovem, 56,1% dos estudantes responderam que o vereador jovem não compartilha informações do programa com os demais estudantes e 53,5% dos estudantes responderam que o vereador jovem de sua escola não solicita a participação dos demais estudantes na identificação de problemas que podem ser discutidos na Câmara Jovem. Salienta-se que essa limitada integração também pode ser identificada nos discursos dos profissionais que coordenam o programa e nas atividades de observação das sessões realizadas durante o segundo semestre do ano de 2010 e o ano de 2011. Outro elemento que evidencia a limitada e distante integração do programa com a

comunidade, são os elevados índices de estudantes que afirmaram não saber responder as questões propostas.

Os dados também indicam que a realização de eleições para a escolha do vereador jovem não é prática comum de todas as escolas. Fato este também observado a partir da análise das sessões do programa e entrevista com os vereadores jovens das gestões 2009-2010, 2010 - 2011 e com os coordenadores do programa. Muitos vereadores jovens são escolhidos e indicados por professores, equipe pedagógica e diretores, a partir de sua participação e desempenho escolar. Destaca-se a possibilidade dessa prática influenciar a concepção de representação política dos vereadores jovens e também dos estudantes das escolas, considerando o fato de algumas escolas não realizarem eleições democráticas.

Com relação à importância do programa, verifica-se que, embora os estudantes não tenham muito envolvimento com o mesmo, o consideram importante para os jovens da escola (53,3%) e para os jovens do município (55,9%). Isso indica que apesar de não possuir conhecimento sobre o programa, os estudantes o consideram como um espaço que pode ser importante para a o do jovem no município de Cascavel.

Após a apresentação e análise dos resultados, retoma-se o objetivo principal do procedimento metodológico quantitativo, que buscou contribuir na elaboração de um perfil dos adolescentes e jovens participantes do programa Câmara Jovem, identificando também semelhanças e divergências com os demais estudantes do ensino médio.

Desta forma, a partir da análise dos dados apresentados, identifica-se que os vereadores jovens:

- Possuem perfil socioeconômico semelhante ao dos demais estudantes entrevistados. São em sua grande maioria estudantes do ensino médio de escolas públicas, com idade entre 15 e 17 anos e estudam no período matutino;
- Os dados quantitativos revelam uma participação igualitária de meninos e meninas como vereadores jovens, entretanto, ao analisar os dados dos quatro anos de existência do programa, observa-se uma participação maior de meninas em relação aos meninos;
- Embora 41,2% dos vereadores jovens realizarem alguma função remunerada, a maioria dos entrevistados (58,8%) disseram não trabalhar;
- Possuem renda familiar aproximada de R\$1.131,00 a R\$ 1.695,00. Renda superior a maioria dos estudantes entrevistados, que afirmaram possuir renda familiar de R\$ 566,00 a R\$ 1.131,00;

- São mais participativos em atividades escolares, como grêmio estudantil, conselhos de classe; e também apresentam maiores índices de preocupação com o contexto escolar (conversaram com professores, diretores e representantes do grêmio sobre problemas da escola);
- Possuem maior interesse em assuntos relacionados a política, buscam mais informações sobre política e candidatos na televisão, jornais, revistas e internet e também conversam mais sobre esse tema com familiares, professores e amigos;
- São mais participativos em atividades da comunidade;
- Possuem índices mais elevados de eficácia política, entendido como o reconhecimento da importância da política em sua vida e também a compreensão de que são capazes de influenciar o contexto político;
- Apresentam maiores índices de confiança nas instituições políticas e sujeitos que ocupam cargos políticos;
- São mais favoráveis à democracia e ao voto;
- Reconhecem solicitar a participação dos estudantes a respeito de assuntos da Câmara Jovem e compartilhar informações do programa com os alunos. Conceção esta, divergente das respostas da maioria dos estudantes que afirmam que os vereadores jovens não solicitam sua opinião e não compartilham informações do programa.

Ao analisar diferenças e semelhanças entre os dois grupos, percebe-se que ambos possuem perfil socioeconômico e confiança nas instituições sociais (escola, família, igreja) semelhantes, ou seja, sem expressivas divergências. Na grande maioria das questões propostas, os dois grupos pesquisados (vereadores jovens e estudantes) apresentaram concepções semelhantes a respeito da política, regimes políticos, eficácia política e confiança política. Entretanto, destaca-se que os índices dos vereadores jovens foram mais elevados em relação à aceitação desses assuntos em comparação aos índices dos estudantes.

A análise dos dados nos sugere afirmar que os vereadores jovens possuíam um comportamento participativo em atividades do contexto escolar e da comunidade antes de participar do programa, e que esse perfil participativo e interessado por questões coletivas pode ter influenciado inclusive, a seleção dos estudantes como vereadores jovens.

Os resultados quantitativos apresentados, em conjunto com a análise das sessões do programa e as entrevistas semiestruturadas, nos sugere também afirmar que participar da

Câmara Jovem enquanto vereador jovem enfatiza comportamentos políticos já existentes, e proporciona aos participantes a experiência e vivência das relações sociais que envolvem o contexto democrático representativo. Consta-se que essa vivência proporcionada pela participação no programa pode influenciar a concepção do jovem acerca da política.

Nesse trabalho, essa influência é problematizada a partir de duas perspectivas teóricas apresentadas e discutidas no capítulo dois. A primeira se refere às possibilidades do processo de socialização política proposto no programa Câmara Jovem contribuir para a vivência e legitimação da democracia na medida em que insere os jovens no contexto das regras do jogo democrático e aumenta seu sentimento de influenciar politicamente sua realidade. A segunda perspectiva apresenta a necessidade de analisar os possíveis riscos do processo de socialização política limitar ou até mesmo impedir a transformação do contexto político, na medida em que a dinâmica de participação dos jovens no programa pode legitimar e reproduzir o modelo democrático representativo, em especial suas dificuldades, lacunas e estratégias de poder e dominação acerca das ações e decisões políticas.

A respeito das possibilidades do processo de socialização política contribuir para a legitimação do regime democrático, observa-se que o fato dos vereadores jovens participarem do espaço que representa o poder legislativo, discutirem temas relacionados ao cenário político, vivenciarem os procedimentos que envolvem as ações legislativas, e atuarem como representantes da juventude em palestras, conferências, seminários e demais atividades. Isso faz com que os jovens sejam inseridos com mais ênfase nas relações sociais e políticas que caracterizam o modelo democrático representativo e sua adesão ao mesmo acontece com maior intensidade em comparação a outros jovens na medida em que passam a conhecer e vivenciar a dinâmica do poder legislativo. Elemento este, evidenciado por altos índices de confiança e eficácia política e adesão ao regime democrático dos vereadores jovens, bem como o discurso dos mesmos acerca das contribuições do programa.

Nessa perspectiva, compreende-se que a participação do jovem em programas que proporcionem discussões de fenômenos políticos possibilita que o mesmo entenda o cenário político como espaço de sua atuação, compreenda a função do poder legislativo no que diz respeito a ações e políticas para juventude e identifique problemas e demandas sociais presentes em seu contexto social.

Observa-se que o programa Câmara Jovem pode ser compreendido como um espaço que insere o jovem no contexto político, possibilitando sua interação com o vocabulário político e com as maneiras de agir politicamente no modelo democrático representativo,

proporcionando conhecimento acerca da elaboração de projetos, resoluções, regimento e trâmites jurídicos.

A análise das proposições revela o interesse de alguns jovens em participar de sua realidade local através da identificação de problemas e demandas sociais de sua comunidade. Embora esse elemento sozinho não possa ser utilizado para afirmar que a participação no programa influencia a cultura política dos jovens participantes, constata-se que o envolvimento dos jovens na Câmara Jovem pode instigar a reflexão e análise de problemas sociais de sua comunidade. A participação no programa também possibilita o contato dos vereadores jovens com profissionais de diversas áreas de atuação e responsáveis por projetos sociais do município que procuram a parceria da Câmara Jovem na realização de suas ações. Esse contato com o debate de questões públicas pode aproximar o jovem do entendimento de necessidades do município e contribuir no processo de seu reconhecimento enquanto parte de uma coletividade. Elemento este, debatido pela antropóloga Keil (2004), que afirma ser necessária uma aprendizagem e interação do indivíduo com uma educação política para possibilitar o exercício de sua cidadania.

Dessa forma, ao refletir sobre o problema de pesquisa proposto nesse trabalho, que se fundamenta em compreender as implicações que o processo de socialização política proposto no programa Câmara Jovem pode exercer na formação da cultura política dos jovens participantes, considera-se que o programa atua como instância de aprendizagem e reprodução do regime democrático representativo, e na medida em que reproduz a organização e os limites desse sistema, atua na manutenção da cultura política existente, aprofundando os sentimentos, concepções e comportamentos dos jovens frente ao regime democrático. Essa influência, proporcionada aos jovens através do contato com um conhecimento mais específico acerca das relações políticas e o poder legislativo, realça em alguns participantes atitudes de participação, compromisso com o coletivo e cidadania.

Considera-se, a partir do referencial teórico estudado, que alguns autores²⁶ reconhecem que ações que proporcionam maior confiança e eficácia política aos jovens, maior conhecimento e adesão às regras do modelo democrático, podem ser positivas na medida em que atuam no fortalecimento da democracia e instigam o exercício da cidadania e participação na realidade política. Entretanto, esses mesmos autores reconhecem os limites que essas ações podem ter quando organizadas por adultos e pelo poder público, e que o excesso desses sentimentos podem provocar apatia, conformismo e a não fiscalização das

²⁶ Nazzari (1995, 2002, 2005); Schmidt (2000); Baquero (1997, 2003, 2004); Keil (2004).

ações do poder público. Constatação visualizada na neutralidade e na não discussão dos problemas do legislativo municipal por parte dos vereadores jovens.

O fato do Programa Câmara Jovem atuar como aprendizagem e reprodução do modelo político democrático nos remete aos limites do processo de socialização política apontados pelo referencial teórico apresentado (MACHADO, 1979; CASTRO, 2009), que estuda a ação imposta do processo de socialização em crianças e adolescentes e como essa ação pode contribuir na reprodução e na transformação de concepções e atitudes políticas. As referidas concepções nos instigam a pensar nos riscos que essa influência pode ter na formação dos jovens que atuam no programa como vereadores jovens e também dos que são representados por eles.

Ao reproduzir concepções, atitudes e comportamentos políticos do modelo democrático representativo contemporâneo, os participantes atuam na reprodução da cultura política existente, elemento que se destaca tendo em vista que está presente no discurso dos vereadores que criaram o programa, o objetivo de formar novos líderes políticos para a cidade.

Nesse contexto, evidencia-se a possibilidade dos estudantes reproduzirem comportamentos e concepções políticas que legitimem o modelo democrático representativo, reforçando uma participação política esporádica, fragmentada e presente apenas no momento de eleição dos vereadores jovens nas escolas quando elas ocorrem²⁷. Os limites e lacunas existentes na integração entre vereadores jovens e os demais estudantes podem reproduzir e legitimar o pensamento comum a respeito da distância entre o poder legislativo e o cidadão, e ainda comprometer a confiança desses jovens nas instituições políticas e em seus representantes.

O fato de algumas escolas não realizarem eleições para a seleção do vereador jovem e fazerem a escolha através de indicações também pode comprometer o reconhecimento do programa enquanto instância democrática perante os estudantes. Essa falta de integração pode também reproduzir e legitimar as mazelas do modelo democrático representativo, que inclui, em especial, a lacuna na representação política entre representantes e representados, fato este que pode ser associado à relação existente entre vereadores e sociedade civil.

A falta de integração dos jovens representados com o programa e seus representantes legitima a distância existente entre representantes e representados presente no regime

²⁷ A partir de entrevistas realizadas com os vereadores jovens é possível constatar que muitas escolas não realizam eleições para a escolha de seus vereadores jovens. Muitos são indicados pelos profissionais da direção e equipe pedagógica por terem um bom desenvolvimento escolar.

democrático representativo, e o não conhecimento dos representados acerca das discussões da Câmara Jovem reproduz a maneira individualizada como as propostas são formuladas, não considerando o debate público. Fato este que também ocorre no modelo representativo atual entre vereadores e a sociedade civil.

O perigo desses elementos influenciarem a formação política de novos líderes e também de novos eleitores está presente, em especial, na reprodução dessa distância entre representantes públicos e comunidade e também na assimilação das estratégias e relações de poder existentes no jogo político do poder legislativo, que em sua maioria, reconhecem sua função e seus representantes como instrumentos de mediação na aquisição de verbas, favores e serviços para uma determinada comunidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar o programa Câmara Jovem criado no município de Cascavel no ano de 2007, com a proposta de ser um espaço de aprendizagem e participação política do jovem e também integrar a comunidade escolar com o poder legislativo municipal.

Ao longo desse trabalho foram realizadas discussões teóricas acerca das políticas públicas para a juventude no Brasil e do conceito de socialização política, entendido como o processo de formação de concepções e atitudes políticas nos indivíduos, em especial nos jovens participantes do programa Câmara Jovem.

A pesquisa e análise teórica tiveram como propósito entender o contexto do jovem na agenda política brasileira, discutir o conceito de juventude no contexto atual e analisar as contribuições e limites do conceito de socialização política no que diz respeito à formação de atitudes políticas nos indivíduos jovens. As concepções teóricas apresentadas auxiliaram a análise do programa Câmara Jovem, objeto de estudo dessa pesquisa.

A partir das concepções teóricas de Helena Abramo (1997, 2011) e Marilia Sposito (2006 e 2007) constatou-se que embora seja possível identificar políticas que compreendam o jovem como sujeito capaz de propor e agir politicamente de maneira protagônica, a maioria das políticas públicas destinadas aos jovens possui caráter assistencial e é direcionada a indivíduos que encontram-se vulneráveis socialmente, ou seja, com baixa renda familiar e em situação de risco frente a problemas sociais, como criminalidade, violência, prostituição, uso de drogas, entre outros.

Destaca-se que o público-alvo do programa Câmara Jovem, bem como seus objetivos diferem-se da grande maioria das políticas destinadas aos jovens no contexto brasileiro, pois têm como propósito inserir e integrar os jovens e a comunidade escolar com o poder legislativo por meio da aprendizagem política adquirida pelo desempenho da função de vereador jovem. O programa não enfatiza em seus documentos oficiais, e também não está presente no discurso de seus criadores e coordenadores o objetivo de atender jovens em situação de vulnerabilidade social, e não pode ser atribuído a ele um caráter assistencial, presente na grande maioria das políticas públicas para jovens no Brasil. Em contraste, os jovens participantes do programa frequentam a escola, são participativos em atividades da comunidade, são interessados em política e questões coletivas e possuem renda familiar acima de dois salários mínimos.

Acerca do conceito de juventude e de como as políticas públicas tem compreendido o jovem brasileiro, Helena Abramo (1997, 2011), Marilia Sposito (2006, 2007) e Luís Antonio

Grosso (2004) destacam a necessidade de questionar e romper com a concepção de jovem enquanto indivíduo em fase de formação e ação futura, e enfatizam a importância dos jovens serem reconhecidos enquanto sujeitos capazes de identificar seus próprios problemas e demandas sociais, e também propor alternativas e ações para atenuá-las. Ou seja, é preciso compreender os jovens enquanto sujeitos autônomos e protagônicos, com capacidade de transformar o presente e não apenas o futuro.

Ao analisar a maneira como o programa Câmara Jovem entende a juventude, constatou-se que embora o discurso do coordenador do programa, Luis Antonio Siqueira, em entrevista realizada em 03 de agosto de 2011, evidencie a compreensão de um jovem protagônico, capaz de organizar-se e agir com autonomia frente às adversidades sociais que os envolvem, o discurso dos outros profissionais que coordenam o programa e os resultados da atividade de observação das sessões realizadas, destacam o reconhecimento de um jovem em fase de formação e desenvolvimento para o agir futuro. O foco direcionado à aprendizagem do contexto político nos sugere que o programa entenda o jovem como um sujeito que, a partir da aprendizagem do universo político, será capaz de analisar e agir com maior preparação diante dos problemas de sua sociedade.

Dessa forma, destaca-se a não possibilidade de atribuir ao programa Câmara Jovem papel determinante no processo de socialização política dos jovens participantes, pois este, envolve um conjunto de ações e influências permanentes, de diversas instituições sociais e sujeitos, involuntárias ou conscientes que inserem o indivíduo no universo social e político. Entretanto, é possível compreendê-lo como uma influência no que diz respeito à mediação do jovem com a política, e reconhecer que a participação e o envolvimento²⁸ dos vereadores jovens com o programa podem influenciar o desenvolvimento de seu comportamento político.

Os procedimentos metodológicos utilizados, caracterizados pelo estudo qualitativo do fenômeno e o trabalho com dados quantitativos, possibilitaram a compreensão do objeto de pesquisa, o programa Câmara Jovem, a partir das concepções dos sujeitos que nele estão envolvidos: vereadores jovens, estudantes do ensino médio, adultos que participaram do processo de criação e organização do programa (vereadores e coordenadores).

A elaboração e aplicação de questionário objetivo a estudantes que participam e que não participam do programa Câmara Jovem possibilitou a identificação de semelhanças e

²⁸ Compreendemos que a participação e o envolvimento dos jovens no programa se dá de maneira diferenciada tendo em vista seu grau de participação. Elementos que influenciam a relação do jovem com o programa: o fato de ser titular ou suplente; ter ou não participado da mesa diretora; sua assiduidade no comparecimento às sessões, etc.

divergências entre os dois grupos, e ainda forneceu dados capazes de contribuir na elaboração de um perfil dos jovens participantes do programa. Essa ação contribuiu no conhecimento de indicadores associados à relação do jovem com o cenário político, no contexto do município de Cascavel, e possibilitou uma análise da percepção do programa Câmara Jovem na visão dos estudantes das escolas.

O uso de técnicas da metodologia qualitativa possibilitou a aproximação da pesquisa com o objeto de estudo analisado e a compreensão de elementos que teriam dificuldade de ser identificados por meio dos dados quantitativos. A realização de entrevistas semiestruturadas, a observação das sessões do programa e a análise das proposições elaboradas pelos vereadores jovens proporcionaram um entendimento acerca das relações de poder que envolvem a participação do jovem no programa, e da forma como estes são inseridos no contexto político, fornecendo ainda elementos para a análise da concepção dos jovens acerca de sua participação no programa e como compreendem as demandas de sua realidade.

Ao refletirmos sobre as contribuições e limites do programa Câmara Jovem no processo de socialização política dos vereadores jovens a partir dos resultados e análises apresentadas, considera-se o mesmo como um espaço de aprendizagem do contexto político contemporâneo, em especial o poder legislativo que pode contribuir no aumento do interesse por questões políticas e no senso de responsabilidade e compromisso com o coletivo.

A interação dos vereadores jovens com sujeitos públicos e discussões políticas pode aproximar o jovem do cenário político e fortalecer a confiança nas instituições políticas, bem como o sentimento de eficácia política, o qual os jovens passam a reconhecer a importância da política para a vida em sociedade e sua ação como fator de influência no processo de tomada de decisões políticas.

A respeito das limitações do programa Câmara Jovem na formação política dos participantes, destaca-se que o fato de ser organizado e coordenado pelo poder público municipal e acontecer no espaço da Câmara de Vereadores, faz com que a autonomia dos vereadores jovens e da Câmara Jovem seja limitada e vinculada a Câmara Municipal. Essa autonomia limitada e o vínculo com o poder legislativo possibilitam classificar o programa como um espaço de aprendizagem e não de ação política do jovem. Esse elemento, somado a falta de integração da Câmara Jovem com a comunidade escolar e com a influência exercida pelo programa, faz com que atue na reprodução do modelo democrático representativo e da cultura política atual.

Por fim, destaca-se que os resultados obtidos nessa pesquisa, bem como a metodologia utilizada, podem contribuir na discussão acerca do conceito de socialização política de

adolescentes e jovens proposta pelo poder público, e também nas análises que têm sido realizadas ao longo do território nacional sobre a relação dos jovens com a política em âmbito local.

Espera-se que os resultados obtidos e análises realizadas nessa dissertação possam apresentar um entendimento detalhado do programa Câmara jovem enquanto espaço municipal de integração política da juventude no município. Acredita-se que as observações apresentadas possam ser compreendidas como instrumentos de avaliação do programa no que diz respeito à interação e mediação que o mesmo estabelece entre o jovem e o contexto político, e as possíveis contribuições e limites que a influência do programa pode ter no processo de socialização política dos estudantes e para o regime democrático.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. A tematização social da juventude. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº 5-6. ANPED, 1997.
- _____. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. (Orgs). **Retratos da Juventude Brasileira**: Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. P. 37 – 72.
- BAQUERO, M. **Democracia e desigualdades na América Latina**: novas perspectivas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- _____, M. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil. Um estudo preliminar de socialização política. In: **Cadernos de Ciência Política**. Série: Pré-edições. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, nº8, Porto Alegre, 1997. P. 3 – 34.
- BAQUERO, R. V. A. (Org.). **Agenda Jovem**: o jovem na agenda. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.
- BAQUERO, M.; KEIL, I. M. *et al.* (Orgs.). **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BAQUERO, R; NAZZARI, R. K. (Orgs.) **Formas de (ex)pressão juvenil e (in)visibilidade social**. Cascavel: Coluna do Saber, 2010.
- BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 5. ed. Faculdade de Ciências Econômicas de Vitória (FACEV): Ed. UFSC, 2002.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prática**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.
- BRENNER, Ana Karina . **Jovens de partidos: a experiência da socialização política**. In: VIII Reunión de Antropología del Mercosur RAM, 2009, Buenos Aires. VIII Ram. Diversidad y Poder en America Latina. Buenos Aires : UNSAM, 2009. v. 1. p. 1-15.
- BUCKINGHAM. D. **The making of citizens: Young people, news & politics**. Londres. Routledge, 2000.
- CASCADEL. Câmara Municipal de Vereadores. Resolução no 11, de 28 de junho de 2007. Institui na câmara municipal de Cascavel “O programa Câmara Jovem” e dá outras providências. Palácio José Neves Formighieri. Edifício da Câmara Municipal de Cascavel, 2007.
- CASCADEL. PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCADEL. Secretaria de Assistência Social. **Proteção Social Básica**. Disponível em <<http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/seaso/>>. Acesso em: 09 jan. 2011.

CASCADEL. PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCADEL. Secretaria de Esporte e Lazer. **Programas e ações**. Disponível em <<http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/semel/>>. Acesso em: 09 jan. 2011.

CASCADEL. PALÁCIO JOSÉ NEVES FORMIGHIERI. **Regimento Interno do Programa Câmara Jovem**. Edifício da Câmara Municipal de Cascavel, 2010.

CASTRO, L. R. de. Juventude e Socialização Política: Atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Vol. 25 n. 4. p. 479-487, Out-Dez 2009.

COSTA, M. C. C. **Sociologia: Introdução a Ciência da Sociedade**. São Paulo, Moderna, 1987.

COVATTI, Elaine Maria. **Elaine Maria Covatti**. Entrevista concedida em 03 de agosto de 2011. Entrevistadora: Thaís Damaris da Rocha Thomazini. Arquivo digital.

DAWSON, R.; PREWITT, K. Political socialization. Boston: Little, Brown & Co, 1969.

DEMO, P. **Metodologia em Ciências Sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

EASTON, D.; DENNIS, J. **Children in the political system**. New York: McGraw Hill, 1969.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. Portal dia a dia educação. Disponível em <<http://diaadiaeducacao.pr.gov.br>> Acesso em 24 de agosto de 2011.

GREENSTEIN, F. **Children and politics**. New Haven: Yale University Press, 1965.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.

HESS, R.; TORNEY, J. **The development of political attitudes in children**. Garden City, NY: Doubleday, 1967.

Jovens, Vereadores. **Vereadores Jovens do programa Câmara Jovem**. Entrevista concedida entre Agosto e Dezembro de 2011. Entrevistadora: Thaís Damaris da Rocha Thomazini. Arquivo impresso.

KEIL, I. M. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje. Uma nova forma de participação na polis? In: BAQUERO, M. (Org). **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. P. 17 – 48.

KRISCHKE, P. J. Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. (Orgs). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. P. 323 – 350.

MACHADO, M. B. Ciência Política e Socialização Política nos Estados Unidos. **Dados**, Rio de Janeiro, v.22. p. 65 – 73, 1979.

_____. Ideologia, Socialização Política e Dominação. **Dados**, Rio de Janeiro, v.2, p. 131 – 149, 1980.

MARTINS, Sandra Mara. **Sandra Mara Martins**. Entrevista concedida em 04 de março de 2011. Entrevistadora: Thaís Damaris da Rocha Thomazini. Arquivo digital.

MION, Leonardo. **Leonardo Mion**. Entrevista concedida em 17 ago de 2011. Entrevistadora: Thaís Damaris da Rocha Thomazini. Arquivo digital.

MOISÉS, J.A. Cultura política, instituições e democracia. Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 23, no 66. P.12 – 34. Fevereiro/2008.

_____. Os Brasileiros e a democracia. Brases sociais da legitimidade democrática. São Paulo. Ática, 1995.

NAZZARI, R. K. **Empoderamento da Juventude no Brasil**: Capital Social, Família, Escola e Mídia. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

_____. **Socialização Política e Construção da cidadania no Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

_____. **Juventude Brasileira**: Capital social, cultura e socialização política. Cascavel: Edunioeste, 2006.

_____. Socialização Política e Capital Social: Empoderamento dos estudantes em Cascavel/Pr. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, ISSN: 1928-4602, 2007. P. 506 – 526.

NEVES, J.L. Pesquisa Qualitativa: Características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, nº3, FEA – USP. 1996.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **Bowling Alone**. The collapse and revival of American community. New York: Simon & Schuster, 2000.

SCHMIDT, J. P. **Juventude e Política nos anos 1990**: Um estudo de socialização política no Brasil. 2000. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

_____. Os jovens e a construção de capital social no Brasil. In: BAQUERO, M. (Org). **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. P. 147 – 179.

SILVA, J.O. **As contribuições de Pierre Bourdieu para a análise do discurso político**. Anais do VII Congresso Internacional da Abralin. Curitiba 2011.

SILVA, Júlio César Leme. **Júlio César Leme da Silva**. Entrevista concedida em 18 de agosto de 2011. Entrevistadora: Thaís Damaris da Rocha Thomazini. Arquivo digital.

SIQUEIRA, Luís Antonio. **Luís Antonio Siqueira**. Entrevista concedida em 03 de agosto de 2011. Entrevistadora: Thaís Damaris da Rocha Thomazini. Arquivo digital.

SPOSITO, M. P; CARRANO, P. C. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 16 – 39, set/dez. 2003.

SPOSITO, M. P.(Org.). **Espaços Públicos e tempos juvenis**: Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TRUJILLO, V. **Pesquisa de mercado qualitativa e quantitativa**. São Paulo: Scortecci, 2001.

VENTURI, G.; ABRAMO, H. Juventude, Política e Cultura. **Teoria e Debate**, revista da Fundação Perseu Abramo, nº 45, jul/ago/set/ 2000.

APÊNDICE 1

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – CAMPUS DE TOLEDO MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Thaís Damaris da Rocha Thomazini
Mestranda em Ciências Sociais – UNIOESTE.

Escola: _____

Idade: _____ Série: _____

1 – Sexo: () Masculino () Feminino

2 - ESCOLARIDADE DOS PAIS

PAI

MÃE

() Não frequentou a escola

() Não frequentou a escola

() Até o Ensino Fundamental

() Até o Ensino Fundamental

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Ensino Médio Completo

() Ensino Superior Incompleto

() Ensino Superior Incompleto

3– Em que período/ turno você estuda:

() Manhã () Tarde () Noite

4 – Você realiza alguma função remunerada atualmente? (Trabalho com registro em carteira ou trabalho temporário sem registro em carteira)

() SIM Qual: _____

() NÃO

5 - RENDA FAMILIAR MENSAL:

() Até R\$ 565,00

() R\$ 566,00 a R\$ 1.130,00

() R\$ 1.131,00 a R\$ 1.695,00

() R\$ 1.696,00 a R\$ 2.060,00

() R\$ 2.061,00 a R\$ 2.825,00

() R\$ 2.825,00 a R\$ 3.390,00

() Acima de R\$ 3.390,00

() Não Sei

6 – Quantas pessoas moram em sua casa incluindo você? _____

7 – Gostaríamos de saber se você já participou ou participa dos eventos e atividades listadas abaixo?

Marque com um X as opções SIM ou NÃO.

Eventos ou Atividades	SIM	NÃO
Grêmios Estudantis		
Protestos e Passeatas		
Partidos Políticos		
Grupo religioso de jovens		
Conselhos de classe na escola		
Associação de moradores		
Sindicatos		

08 – Você participou das Conferências Municipais da Juventude realizadas no município de Cascavel, nos anos de 2008 e 2011?

- () Sim, das duas.
 () Participei da primeira Conferência no ano de 2008
 () Participei da segunda Conferência no ano de 2011
 () Não participei.

09 – Você já participou de alguma sessão parlamentar dos vereadores do município na Câmara Municipal de Cascavel?

- () SIM () NÃO

10 – Gostaríamos de saber se você realizou na última eleição para prefeito, vereadores e presidente alguma das atividades listadas abaixo? Marque com um X as opções SIM ou NÃO.

Atividade	SIM	NÃO
Assisti horário político na televisão;		
Conversei sobre os candidatos com meus familiares		
Assisti os debates na TV;		
Participei de comícios;		
Acompanhei notícias pela Internet		
Conversei com meus colegas de escola sobre os candidatos		
Conversei com meus professores sobre os candidatos		

11 – A seu ver, quais desses cargos políticos uma pessoa como você pode alcançar, caso se esforce para isso?

- () nenhum
 () deputados
 () vereador
 () governador
 () prefeito
 () presidente da república

12 – Algumas pessoas participam de atividades ligadas à política e outras não. Iremos apresentar algumas atividades e gostaríamos que você assinalasse aquelas que desenvolveu este ano. Marque com um X as opções SIM ou NÃO.

Atividade	SIM	NÃO
Leu reportagens em jornais ou revistas sobre assuntos relacionados a política;		
Participou de associações ou grupos para resolver problemas do bairro ou da cidade;		
Fez pedidos para políticos;		
Acompanhou notícias sobre política pela Internet;		
Conversou com algum vereador sobre problemas de sua comunidade;		
Conversou com seus professores, coordenadores ou diretores sobre problemas da escola.		

13 – Sua escola possui Grêmio Estudantil? () Sim () Não

14 – Você conhece os representantes do Grêmio Estudantil da sua escola? () Sim () Não

15 – Você já conversou com os representantes do Grêmio Estudantil sobre os problemas de sua escola? () Sim () Não

17 – Possui título de eleitor? () Sim () Não

18 – Possui interesse em fazer seu título antes dos 18 anos? () Sim () Não

	Concordo	Concordo Parcialmente	Discordo	Dúvidas em responder
Atualmente a maioria dos jovens não está motivada a participar de atividades políticas				
Todos os políticos são corruptos				
O Jovem pode influenciar as decisões políticas através de seus votos e suas ações.				
Os jovens não conseguem participar da política, pois não tem condições de entender esse assunto, que é difícil e complexo.				
É importante o jovem participar da política				
A política tem grande influência em nossa vida.				
Os partidos políticos são importantes para o Brasil.				
É bom para o Brasil ter muitos partidos como tem hoje.				
Seria melhor se no Brasil existisse apenas um partido político.				
A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo.				
Em certas situações, é melhor uma ditadura do que um regime democrático.				
O fato de o governo ser uma democracia ou uma ditadura não influencia nossa vida.				
Eu votaria mesmo que o voto não fosse obrigatório.				
Acredito que o jovem precisa ter interesse em votar com 16 anos e não esperar a obrigatoriedade do voto aos 18 anos.				

19 – Gostaríamos de saber se você confia nas instituições e pessoas abaixo. Assinale uma das alternativas: Confio totalmente; Confio até certo ponto, Não confio; Não sei responder.

Você confia?	Confio totalmente	Confio até certo ponto	Não confio	Não sei responder
Governo Federal				
Governo Estadual				
Governo Municipal				
Deputados Estaduais				

Vereadores				
Partidos Políticos				
Igreja				
Família				
Escola				
Professores				
Amigos				
Pessoas				

20 – Gostaríamos que você respondesse sobre o seu conhecimento a respeito do Programa Câmara Jovem e se as ações abaixo ocorrem em sua escola.

PROGRAMA CÂMARA JOVEM	SIM	NÃO	NÃO SEI
Você já ouviu falar do programa Câmara Jovem?			
Você sabe como funciona o programa Câmara Jovem e o trabalho de um vereador jovem?			
Você conversa com o vereador jovem de sua escola sobre problemas, dificuldades e sugestões que envolvem o contexto escolar e a sua comunidade?			
Sua escola realiza eleições para a escolha dos vereadores jovens?			
Na sua escola existem espaços e momentos de apresentação das informações e discussões do programa Câmara Jovem?			
O vereador jovem de sua escola compartilha com os demais estudantes as discussões e informações ocorridas na Câmara Jovem?			
O vereador jovem de sua escola solicita a participação dos demais estudantes na identificação de problemas que possam ser discutidos pela Câmara Jovem?			
Você acha o programa importante para os estudantes de sua escola?			
Você acha o programa Câmara Jovem importante para os jovens do município?			
Você gostaria de ter mais conhecimento a respeito do funcionamento do programa Câmara Jovem?			